

RAFAELE BOGATZKY RIBEIRO CORRÊA

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA
EM DIAMANTINA: o caso do distrito de Guinda**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C824p
2012

Corrêa, Rafele Bogatzky Ribeiro, 1983-

O processo de formação de uma nova centralidade urbana em Diamantina: o caso do distrito de Guinda / Rafele Bogatzky Ribeiro Corrêa. – Viçosa, MG, 2012.
129f. : il. color. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Regina Esteves Lustoza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 116-122

1. Planejamento urbano. 2. Crescimento urbano.
3. Diamantina (MG). 4. Guinda (Diamantina, MG)

I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 711.4

RAFAELE BOGATZKY RIBEIRO CORRÊA

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA
EM DIAMANTINA: o caso do distrito de Guinda**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 31 de julho de 2012.

Geraldo Browne Ribeiro Filho
(Coorientador)

Teresa Cristina de Almeida Faria
(Coorientadora)

Denise Antonucci

Regina Esteves Lustoza
(Orientadora)

Dedico esta pesquisa...

*... a **Gilton** e **Giovane**, meus dois amores, amigos e companheiros.*

*... a **Benício** e **Siomara**, meus amados pais, que me ensinaram a lutar pelos sonhos e a não desistir diante das dificuldades.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

... à querida professora Regina Esteves Lustoza, por me aceitar como orientanda, e conduzir este trabalho com equilíbrio, sensibilidade e muita competência. Agradeço pela amizade, e pelos bons momentos que passamos juntas.

... ao professor Geraldo Browne Ribeiro Filho e à professora Teresa Cristina de Almeida Faria pelos questionamentos sobre o tema desse trabalho e pelas orientações complementares.

... à professora Denise Antonucci por aceitar participar da banca de defesa de dissertação.

... à Universidade Federal de Viçosa pelo suporte institucional; ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, pelo acolhimento e incentivo à pesquisa desenvolvida; e aos professores e colegas pelas discussões e debates acadêmicos.

... à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio e suporte às atividades de pesquisa através da bolsa.

... à professora Stael de Alvarenga Pereira Costa por ter me introduzido na pesquisa científica, e por me iniciar nos estudos de morfologia urbana. Agradeço a atenção, a dedicação e a presteza em todos os momentos.

... aos funcionários da COPASA, IPHAN, Prefeitura Municipal e Biblioteca Municipal em Diamantina, que deram o suporte necessário para que o trabalho pudesse ser realizado.

... à população de Diamantina, e a todos que contribuíram através de conversas, entrevistas, empréstimo de livros, disponibilização de fotos e documentos.

... especialmente, à população de Guinda, pela disponibilidade, hospitalidade e cordialidade. Aqui não poderia deixar de citar a amiga Eliane e o pessoal da Projecta.

RESUMO

CORRÊA, Rafael Bogatzky Ribeiro, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2012. **O processo de formação de uma nova centralidade urbana em Diamantina: o caso do distrito de Guinda.** Orientadora: Regina Esteves Lustoza. Coorientadores: Geraldo Browne Ribeiro Filho e Teresa Cristina de Almeida Faria.

A pesquisa teve como objetivo estudar e investigar o processo de formação de uma nova centralidade no distrito de Guinda, a partir da manifestação da raridade do espaço urbano na cidade de Diamantina-MG, através da aplicação das metodologias desenvolvidas pelas escolas de morfologia urbana. A abordagem sobre a raridade do espaço urbano e as novas centralidades em Diamantina possibilita, além das discussões sobre planejamento urbano e processo de urbanização, a abordagem sobre preservação do Centro Histórico e as novas propostas de expansão urbana. A intenção é que esse trabalho seja uma contribuição para os estudos de morfologia urbana, assim como os de produção do espaço urbano sob a temática da raridade do espaço urbano e a formação de novas centralidades. Espera-se que a pesquisa colabore para as tomadas de decisão com relação ao planejamento urbano não só da cidade de Diamantina e do distrito de Guinda, mas de todo o município. A partir das reflexões sobre os temas tratados, é esperado que essa pesquisa contribua para as discussões sobre a produção do espaço urbano em outras cidades de pequeno porte, principalmente, as que apresentam conjuntos arquitetônicos e urbanísticos a serem preservados.

ABSTRACT

CORRÊA, Rafaele Bogatzky Ribeiro, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2012. **The process of forming a new centrality in Diamantina: the case of district of Guinda.** Adviser: Regina Esteves Lustoza. Co-Advisers: Geraldo Browne Ribeiro Filho and Teresa Cristina de Almeida Faria.

The research aimed to study and investigate the process of forming a new centrality in the district of Guinda from the manifestation of the rarity of urban space in the city of Diamantina-MG, through the application of methodologies developed by the schools of urban morphology. The approach to the rarity of urban space and the new centralities in Diamantina allows, in addition to discussions on urban planning and urbanization process, the approach to the dilemma between preservation of Historic Center and new proposals for urban expansion. The intention is that this work is a contribution to studies of urban morphology, as well as the production of urban space under the theme of the rarity of urban space and the formation of new centralities. It is expected that research collaborate for decision making with respect to urban planning not only the city of Diamantina and the district of Guinda, but of the whole municipality. From reflections on the themes addressed, it is expected that this research will contribute to discussions on the production of urban space in other small towns, and especially those with feature architectonic and urban to be preserved.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Diamantina-MG.....	28
Figura 2 – Acesso rodoviário ao município de Diamantina-MG.....	29
Figura 3 – Divisão política do município de Diamantina-MG.....	31
Figura 4 – Localização do Arraial do Tejuco, Diamantina, na Estrada Real..	33
Figura 5 – O conjunto arquitetônico de Diamantina.....	38
Figura 6 – A Serra dos Cristais em Diamantina.....	39
Figura 7 – Croqui do Arraial do Rio Grande – o primeiro arraial do Tejuco...	40
Figura 8 – Croqui da formação triangular do Tejuco.....	40
Figura 9 – Croqui da formação quadrangular do Tejuco.....	41
Figura 10 – Croqui da ocupação do Tejuco entre 1720 e 1750.....	43
Figura 11 – Croqui da ocupação do Tejuco entre 1750 e final do século XVIII.....	43
Figura 12 – Croqui da ocupação do Tejuco no século XIX.....	44
Figura 13 – Croqui do Centro Histórico de Diamantina no século XX.....	45
Figura 14 – Croqui da ocupação urbana de Diamantina até 2012	47
Figura 15 – Linha do tempo de Diamantina.....	48
Figura 16 – Croqui da malha urbana de Diamantina.....	51
Figura 17 – Croqui dos tecidos urbanos de Diamantina.....	53
Figura 18 – Tecido Urbano 1 – ilustrações sobre a forma de ocupação.....	54
Figura 19 – A Catedral – “ponto focal”, “privilégio” e “desníveis”.....	55
Figura 20 – O Beco da Tecla – “recinto”	56
Figura 21 – A Rua da Quitanda – “recinto”.....	56
Figura 22 – O Chafariz – “estreitamento”	57
Figura 23 – A Casa de Chica da Silva - “edifício-barreira”	57
Figura 24 – A Igreja do Amparo – “acidente”.....	57
Figura 25 – O conjunto arquitetônico do Centro de Diamantina - homogeneidade.....	58
Figura 26 – O Hotel Tijuco – “contraste”	58
Figura 27 – Silhueta da cidade de Diamantina.....	59
Figura 28 – A “singularidade” do muxarabiê.....	59
Figura 29 – O Mercado Velho – “simplicidade de forma”.....	60
Figura 30 – A “continuidade” na Rua Burgalhau.....	60

Figura 31 – A “predominância” da Igreja do Rosário na paisagem.....	61
Figura 32 – Interseção das ruas Macau do Meio e Macau de Baixo – “clareza de ligação”.....	61
Figura 33 – A Rua das Monteiras – “diferenciação direcional”.....	62
Figura 34 – Mirante na Avenida Francisco Sá – “alcance” visual.....	62
Figura 35 – Avenida Francisco Sá – “consciência do movimento”.....	63
Figura 36 – Sequencia simples na Rua do Carmo.....	63
Figura 37 – Rua das Mercês – “nome e significado”.....	64
Figura 38 – A Igreja do Bom Fim – “profundidade”.....	65
Figura 39 – A Igreja São Francisco – “monumentalidade”.....	65
Figura 40 – A Praça Barão de Guaicuí – harmonia e irregularidade.....	65
Figura 41 – O predomínio do uso do solo urbano no Centro Histórico de Diamantina.....	66
Figura 42 – Tecido Urbano 2 – ilustrações sobre a forma de ocupação.....	67
Figura 43 – Ocupação da Serra dos Cristais.....	68
Figura 44 – Vista do Córrego do Rio Grande.....	69
Figura 45 – Tecido Urbano 3 – ilustrações sobre a forma de ocupação.....	70
Figura 46 – A Rua da Palha – paisagem urbana comprometida.....	71
Figura 47 – Tecido Urbano 4 – ilustrações sobre a forma de ocupação.....	72
Figura 48 – Tecido Urbano 4 – ausência de “ondulação”.....	73
Figura 49 – Tecido Urbano 5 – exemplo de <i>fringe-belts</i>	74
Figura 50 – Percurso Diamantina - Guinda.....	78
Figura 51 – Casario singelo em Guinda.....	79
Figura 52 – Quintal com criação de animais.....	79
Figura 53 – O posto de saúde e a creche.....	80
Figura 54 – A escola municipal.....	80
Figura 55 – Croqui da ocupação inicial de Guinda.....	81
Figura 56 – O alcance visual do largo da Igreja.....	82
Figura 57 – Croqui da segunda fase de ocupação de Guinda.....	82
Figura 58 – O largo da Igreja de Santo Antônio.....	83
Figura 59 – A casa do padre no largo da Igreja.....	83
Figura 60 – Croqui da terceira fase de ocupação de Guinda.....	84
Figura 61 – A área de garimpo fragmentando a malha urbana.....	84
Figura 62 – Áreas de garimpo que foram ocupadas.....	84
Figura 63 – Croqui da quarta fase de ocupação de Guinda.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil

CCD – Clube Campestre Diamantinense

CEMIG – Empresa de Energia de Minas Gerais

COPANOR - Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

SPHAN – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1.	A produção do espaço urbano	6
2.2.	A raridade do espaço urbano	11
2.3.	A formação de uma nova centralidade	14
3.	METODOLOGIA	18
3.1.	A morfologia urbana	18
3.1.1.	A linha Italiana.....	19
3.1.2.	A linha Anglo/germânica.....	20
3.1.3.	A morfologia urbana no Brasil.....	23
3.1.4.	A metodologia utilizada nessa pesquisa.....	25
4.	A CIDADE DE DIAMANTINA	27
4.1.	O município de Diamantina	28
4.1.1.	Aspectos históricos.....	32
4.1.2.	Aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.....	37
4.2.	A evolução urbana	39
4.3.	A estrutura urbana	48
4.3.1.	O Tecido Urbano 1 – Centro Histórico.....	54
4.3.2.	O Tecido Urbano 2 – ocupação da Serra dos Cristais.....	67
4.3.3.	O Tecido Urbano 3 – ocupação recente em fase de consolidação.....	69
4.3.4.	O Tecido Urbano 4 – área de expansão urbana.....	71
4.3.5.	O Tecido Urbano 5 – <i>fringe-belts</i>	73
5.	O DISTRITO DE GUINDA	75
5.1.	A proximidade de Guinda com Diamantina	76
5.2.	Caracterização do distrito	79
5.3.	A evolução urbana	81
5.4.	A estrutura urbana	86
5.4.1.	O Tecido Urbano 1 – ocupação ao longo do caminho inicial.....	92

5.4.2. O Tecido Urbano 2 – ocupação junto ao largo da Igreja.....	97
5.4.3. O Tecido Urbano 3 – ocupação recente em fase de consolidação...	100
5.4.4. O Tecido Urbano 4 – área de expansão urbana.....	101
6. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE EM GUINDA.....	105
6.1. A raridade do espaço urbano em Diamantina.....	105
6.2. O distrito de Guinda no vetor de crescimento urbano – o processo de formação de uma nova centralidade.....	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO A – Hipsometria de Diamantina.....	123
ANEXO B – Bacias Hidrográficas.....	124
ANEXO C – Hidrografia de Diamantina.....	125
ANEXO D – Geologia de Diamantina.....	126
ANEXO E – Geomorfologia de Diamantina.....	127
ANEXO F – Áreas de Preservação de Diamantina.....	128
ANEXO G – Mapa diagnóstico – uso do solo.....	129

1. INTRODUÇÃO

Diamantina, antigo Arraial do Tejuco, é uma cidade histórica mineira do início do século XVIII. Sua ocupação foi decorrente da descoberta de ouro no Vale do Córrego do Tejuco, por volta de 1713, e se consolidou com a descoberta do diamante, por volta de 1729.

Com a decadência da atividade mineradora, na primeira metade do século XX, a economia se direcionou para as atividades comerciais e de prestação de serviços.

Em 1938, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recebendo o título de Patrimônio Histórico Nacional.

Na segunda metade do século XIX, foi inaugurada a Faculdade de Odontologia de Diamantina.

Em 1999, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) delimitou no Centro Histórico uma área que foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade. A partir de então, Diamantina passou por um processo de valorização do espaço urbano, principalmente dessa área e de suas atividades culturais.

No século XXI, a implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) trouxe nova dinâmica social, política e econômica para o município.

Com o incremento das atividades turísticas, as propriedades do Centro Histórico¹ foram valorizadas, e desencadearam um processo de especulação imobiliária. As antigas residências em estilo colonial passaram a ter o seu valor de uso (residencial unifamiliar) reduzido, e o valor de troca (aluguel ou venda do imóvel para comércio e prestação de serviços) ganhou força e expressividade.

O turismo é visto como uma fonte de renda e de empregos para toda a população, que se beneficia direta e/ou indiretamente da exploração do patrimônio e cultura locais.

¹ Centro Histórico é uma expressão utilizada para se referir à área tombada pelo IPHAN.

Além de investimentos ligados ao turismo, a cidade de Diamantina também apresentou um investimento imobiliário crescente e explosivo nos últimos sete anos, devido à presença da UFVJM. Os novos cursos ofertados têm trazido para a cidade uma população cada vez maior de alunos, professores, funcionários e novos investidores. Esse aumento populacional provocou, primeiramente, um adensamento da área central, e posteriormente, um crescimento urbano periférico.

A disputa pelas áreas centrais, comercialmente bem localizadas, fez com que o solo urbano em Diamantina se tornasse raro. Devido à impossibilidade de verticalização no Centro Histórico, dadas as questões patrimoniais, as áreas do entorno imediato também sofreram valorização imobiliária. Nas áreas de expansão urbana da cidade, na periferia do Centro Histórico, verificamos “contradições espaciais” manifestadas através do tipo de habitação, do acesso aos serviços e de variações no preço da terra nos diferentes tecidos urbanos.

Essa segregação espacial e social não é fruto somente da especulação imobiliária, mas também da participação do Estado, através da legislação urbanística e ações políticas adotadas. A iniciativa privada, responsável pelos novos loteamentos, condomínios e pelos grandes investimentos locais, atua através do Plano Diretor vigente. As diretrizes urbanísticas induzem a ocupação desigual do espaço urbano, através dos zoneamentos propostos, e reforçando ainda mais as contradições espaciais.

A expansão urbana de Diamantina se espacializa ao longo das vias de comunicação, sendo o eixo de expansão privilegiado no sentido Oeste, no qual foi identificada a presença da rodovia, as áreas mais valorizadas, e os maiores investimentos imobiliários no setor de habitação.

Localizado na direção do vetor de crescimento urbano de Diamantina, está o distrito de Guinda. Com acesso pela BR-367 (sentido oeste), situa-se a 8km do Centro Histórico. Em Guinda predomina o uso residencial, com poucos serviços institucionais e comércio para atender as primeiras necessidades. O distrito é o mais próximo de Diamantina, e por estar no sentido do vetor de crescimento urbano, se apresenta como opção para quem busca por sossego. Para muitos, o Guinda é um distrito dormitório; para outros, é local para passar os finais de semana. A vocação para a habitação é inegável.

Nesse processo de expansão urbana de Diamantina, o distrito de Guinda se apresenta como um local onde uma nova centralidade pode se formar – uma centralidade vinculada ao uso residencial.

O início do processo de formação de uma nova centralidade em Guinda é decorrente, entre outros, da manifestação da raridade do espaço urbano em Diamantina. Com uma nova centralidade, novos usos e novas formas de ocupação do solo acontecem, gerando forças políticas, sociais e econômicas capazes de valorizar determinados locais do tecido urbano. Essa valorização do solo urbano, explorada principalmente pelos investidores imobiliários, tende a acontecer tanto no Centro Histórico de Diamantina, onde o espaço se torna raro, como também no entorno da nova centralidade, valorizando o solo do distrito de Guinda, até então desvalorizado.

Pesquisas sobre raridade do espaço urbano e novas centralidades têm sido desenvolvidas para as metrópoles brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, e é um tema que não foi explorado nas cidades de pequeno e médio porte, tampouco em cidades históricas. Nesse sentido, a pesquisa se mostra relevante por trazer essa discussão para um contexto ainda carente de estudos e pesquisas.

O tema proposto conduzirá a pesquisa ao objetivo geral, que é investigar o processo de formação de uma nova centralidade no distrito de Guinda, a partir da manifestação da raridade do espaço urbano na cidade de Diamantina. Os objetivos específicos trabalhados foram: análise da evolução urbana de Diamantina e Guinda, desde sua formação até 2012, investigando como os fatores históricos e geográficos foram determinantes na ocupação da área; reconhecimento da estrutura urbana de Diamantina e Guinda, através da metodologia da morfologia urbana; identificação dos tecidos que formaram a malha urbana de Diamantina e Guinda; descrição dos tipos edilícios encontrados em cada tecido urbano; análise da paisagem urbana em Diamantina e no Guinda; identificação do tipo de uso e ocupação do solo urbano em cada tecido identificado, sob a luz da legislação urbana vigente; verificação da manifestação da raridade do espaço urbano no Centro Histórico de Diamantina; análise das ações dos órgãos públicos e das iniciativas privadas para viabilizar a formação de uma nova centralidade em Guinda.

O embasamento teórico para o desenvolvimento da pesquisa com relação ao tema raridade do espaço urbano e novas centralidades foram as

pesquisas desenvolvidas, principalmente, por Lefebvre (1974), Carlos (2001a, 2001b, 2008, 2011), Damiani (2001) e Lustoza (2006). Através desses estudos é possível a compreensão do tema abordado.

Para embasar as questões sobre a formação urbana de Diamantina, a principal referência foi Vasconcellos (1956, 1959, 1967), devido ao grande número de estudos realizados pelo autor sobre as cidades coloniais mineiras, entre elas, Diamantina.

Com relação à análise do desenvolvimento histórico do município de Diamantina, foram consultados os estudos de Holanda (1995) e Barreto (1996). As características do urbanismo nas cidades coloniais foram investigadas através de Bittencourt (1994), Assumpção (1989), Almeida (2003) e Bastos (2003).

A morfologia urbana está fundamentada no trabalho de Conzen (1981a, 1981b) e Whitehand (2001). A paisagem urbana é estudada através dos conceitos de Lynch (2007, 2009) e Cullen (2009), e Sitte (1982) oferece uma abordagem sobre as qualidades artísticas das edificações. A análise dos tecidos urbanos e a metodologia utilizada nas análises morfológicas têm como referência os trabalhos de Pereira Costa (1999, 2003a, 2003b, 2004, 2007).

A dissertação está composta por três partes: introdução, desenvolvimento do tema apresentado em cinco capítulos, e conclusão. Na primeira parte, faz-se uma breve introdução com a apresentação do problema a ser discutido, a relevância e os objetivos da pesquisa.

A segunda parte inicia-se com o primeiro capítulo contendo o referencial teórico que embasou as discussões sobre o tema “raridade do espaço urbano e a nova centralidade”. No segundo capítulo, é apresentada a metodologia de pesquisa adotada.

No terceiro capítulo, “A cidade de Diamantina”, será apresentada uma contextualização histórica da formação do município, a evolução urbana da cidade de Diamantina, dividida em períodos cronológicos distintos. Em cada período, foram analisados os dados históricos, as regulamentações urbanas, e a tipologia do parcelamento do solo urbano. Ainda sobre Diamantina, é apresentada a sua estrutura urbana, com a identificação e análise dos tecidos urbanos que a compõe, da paisagem urbana e o tipo de uso e ocupação do solo predominante.

“O distrito de Guinda” é analisado com os mesmos critérios apresentados para Diamantina, compondo o quarto capítulo desse trabalho.

No quinto capítulo, “A produção do espaço urbano em Guinda”, o tema raridade do espaço urbano é analisado no contexto de Diamantina, e introduz as discussões sobre a formação de uma nova centralidade no distrito de Guinda.

Finalizando o trabalho, na terceira parte foram apontadas algumas conclusões da pesquisa, assim como sugestões para novas investigações.

Espera-se que a pesquisa colabore para as tomadas de decisão com relação ao planejamento urbano não só da cidade de Diamantina e do distrito de Guinda, mas de todo o município.

A intenção é que esse trabalho seja uma contribuição para os estudos de morfologia urbana, assim como os de produção do espaço urbano sob a temática da raridade do espaço urbano e a formação de novas centralidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar o embasamento teórico que será utilizado ao longo de todo o trabalho, procurando mostrar o processo de formação da raridade do espaço urbano em Diamantina e o surgimento de uma nova centralidade no distrito de Guinda.

Num primeiro momento, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, com ênfase na produção *social* do espaço urbano. O embasamento teórico será obtido nos estudos de Lefebvre (1974), Gottdiener (2010) e Carlos (2011). Num segundo momento será abordado o tema raridade do espaço urbano, com base, principalmente, nos estudos de Carlos (2001a, 2008) e Lustoza (2006). Num terceiro momento, será discutida, com maior ênfase, a formação de uma nova centralidade a partir da raridade do espaço urbano. A base teórica é complementada com os trabalhos de Damiani (2001) e Sposito (2011).

2.1. A produção social do espaço urbano

Para a compreensão do processo de formação de uma nova centralidade a partir da raridade do espaço urbano, é imprescindível uma discussão sobre a produção do espaço urbano.

A “produção” não deve ser vista apenas no sentido econômico-material ou economicista.

Muito embora, nos marcos do capitalismo, a produção do espaço se dê sob o signo de uma sobrevalorização do econômico no próprio imaginário, é fundamental resgatar a importância e as especificidades do poder e do simbólico. (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p.13).

A “produção” e “reprodução do espaço” se baseiam na expansão do desempenho do capitalismo, que ao se realizar, “tomou o mundo” no processo de globalização. Isso possibilita a compreensão da forma com que as cidades estão se redefinindo, através de sua urbanização, “de sua explosão, da

extensão das periferias; enfim, da construção de um novo espaço” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p.13).

Nesse sentido, pode-se questionar a participação e intervenção do Estado, que na maioria das vezes, apresenta interesses divergentes da população. Verifica-se, assim, a importância da efetiva participação popular no processo de planejamento e gestão da cidade².

A articulação entre interesses da população, interesses do Estado e suas intervenções, e os reflexos do capitalismo, resultam numa sociedade urbana complexa.

Diante da complexidade da sociedade urbana, pode-se pressupor que a produção do espaço constitui um *elemento central* da problemática do mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista – e, por consequência, de justificativa das ações do Estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução – quanto do ângulo da (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos. (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p.13).

Carlos, Souza e Sposito (2011) observam a importância de práticas de resistência ao processo de acumulação capitalista, sugerindo “um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo „direito à cidade”” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p.14).

A abordagem da produção do espaço urbano pelo aspecto social analisa as relações sociais em sua dimensão espacial, considerando indissociável a relação entre elas.

Tal enfoque aponta para a idéia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo. (CARLOS, 2011, p. 53)

Nessa abordagem, as reflexões se desenvolvem a partir das obras de Karl Marx e Henri Lefebvre. O objetivo é construir uma “análise da realidade” a

² De acordo com Souza (2004, p. 46) “o planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*.”

partir do pensamento desses autores, procurando “analisar a totalidade do processo de reprodução social como constituição de uma espacialidade específica que lhe dá conteúdo” (CARLOS, 2011, p. 54). A produção do espaço urbano, vinculada ao seu conteúdo social, constitui-se historicamente.

Segundo Carlos (2011), a obra de Marx reflete uma postura de indagação não apenas sobre Filosofia, mas sobre o mundo que deve ser transformado, e indica a crítica como condição própria do trabalho intelectual. A contribuição de Marx permite uma profunda reflexão sobre o sentido de “produção”. Segundo Carlos (2011)

Mais do que pensar uma produção específica, o conceito de Marx é globalizante e aponta tendências contraditórias – renovação, conservação, preservação, continuidade e rupturas. (CARLOS, 2011, p. 55)

A noção de produção, portanto, refere-se tanto ao próprio processo constitutivo do humano quanto ao caráter histórico. Utilizar a produção como categoria de análise permite, assim, desvendar a vida humana (CARLOS, 2011).

Com base nas idéias de Karl Marx, Lefebvre desenvolve em vários momentos de sua obra, a noção de produção como produção de objetos, mercadorias, mas também produção do espaço como reprodução da vida social. A maior contribuição de Lefebvre está em analisar a produção do espaço associada à reprodução da sociedade, sob a luz do capitalismo, e desvendar a história do espaço.

Mas não é só do espaço como realidade e conceito que Lefebvre vai tratar, e sim da “produção do espaço”. Isso porque, com o debate em torno da noção de produção, é possível apreender o momento a partir do qual o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção. O central na obra é a idéia de que, num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. (CARLOS, 2011, p. 57)

Com isso, o espaço passa a ser condição para a reprodução do capital, o que acontece com o respaldo do Estado. Assim, o desenvolvimento do capitalismo produz o espaço da mundialidade, através das relações de reprodução e dominação (CARLOS, 2011)

Lefebvre entende o espaço como multifacetado, aceitando diversos conceitos e abordagens, assim como se apresentando contraditório. O espaço é, “não só uma localização física, mas também o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação”. (LUSTOZA, 2006, p. 46).

O ato de produzir da sociedade, de sua reprodução como espécie, é apresentado como ato de produção do espaço, que é, ao mesmo tempo, condição e meio para a realização das atividades humanas.

Nas suas reflexões, Lustoza (2006) interpreta os três conceitos apresentados por Lefebvre sobre produção e reprodução social do espaço supondo o uso do corpo. O vivido (prática espacial), o concebido (as representações do espaço) e o percebido (os espaços de representações) possuem uma linguagem em comum, de modo que um membro de um grupo social transita nesse “espaço” sem perder a coerência, sem deixar de permanecer no grupo.

Assim o espaço é visto como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais em um determinado momento (tempo). Ao discorrer sobre a produção do espaço, Lefebvre (1991) aponta o espaço e o tempo como produtos, frutos da sociedade capitalista.

Nessa condição, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação. Assim, a fim de concretizar a existência humana, se realizaria como processo de reprodução da vida pela mediação do processo de apropriação do mundo. (CARLOS, 2011, p.63)

Ao refletir sobre os ideais propostos e implantados pelo modernismo, Lefebvre (1974) critica os princípios da homogeneidade, fragmentação e hierarquização. Para ele, a sociedade se apropria do espaço consolidado e, aos poucos, vai inserindo as modificações do modo de produção capitalista.

Segundo Carlos (2011, p. 63), “o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação³”.

³ Carlos (2011, p. 72) traduz o conceito de apropriação apresentado por Lefebvre: “A apropriação não arrasa, mas transforma a natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido e finalidade da vida social”.

Buscando a compreensão de “produção do espaço”, é importante identificar e considerar os sujeitos da ação. Carlos (2011) apresenta três sujeitos: o Estado, o capital e os sujeitos sociais.

[...] o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. (CARLOS, 2011, p. 64)

Esses sujeitos correspondem aos da prática sócio-espacial⁴ real, que ganha sentido como produtora dos lugares. É no plano do lugar que essa prática se realiza, expondo os atos da vida cotidiana.

O espaço social pode gerar a produção de mais-valia, quando considerado como força de produção, tal qual aponta Lefebvre (1979).

Para Gottdiener (2010), o espaço como força de produção pode ser entendido como a forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza. Uma das formas pelas quais isso acontece é através do consumo do espaço, tão bem exemplificado pelas atividades turísticas.

No processo de produção social do espaço urbano, pode-se identificar o espaço como instrumento político. Isso acontece quando o Estado utiliza o espaço para controlar a sociedade, uma vez que representando poder, o espaço é ferramenta para hierarquizar os indivíduos, homogeneizá-los e segregá-los em classes.

A segregação espacial reflete, e é reflexo, da segregação social.

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada; desse modo a cidade, como trabalho social materializado, é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão. (CARLOS, 2001a, p. 38).

A sociedade, ao produzir o espaço, revela a profunda contradição entre o processo de produção, que é socializado, e a apropriação do espaço, que é privada (CARLOS, 2001a).

⁴ O termo sócio-espacial, segundo Carlos (2011), diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente, levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um.

Com a extensão do capitalismo, o espaço foi generalizado como propriedade privada, e teve início a contradição entre espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca. Como consequência, houve uma separação radical entre espaços públicos e privados, contribuindo para o aprofundamento da segregação. Nesse contexto, o Estado aparece produzindo um espaço homogêneo e induzindo um modo de apropriação diferenciado (CARLOS, 2011).

As formas de uso e apropriação do espaço urbano são consequências da ocupação inicial do espaço, e de como a sociedade se organizou social e espacialmente para se desenvolver, se reproduzir. As novas demandas sociais, políticas e econômicas necessitam e se materializam nas novas demandas espaciais.

O solo urbano se apresenta como meio de produção e produto na dinâmica capitalista. Procurando entender sobre isso, sobre como novos espaços são produzidos ao longo do desenvolvimento de uma cidade será apresentada uma abordagem à luz da raridade do espaço e a nova centralidade.

2.2. A raridade do espaço urbano

As contradições encontradas no espaço urbano levam ao questionamento das estratégias utilizadas pelo Estado com relação à produção do espaço urbano.

Nas metrópoles brasileiras, praticamente inexistente a possibilidade de ocupar novas áreas para expansão da malha urbana das cidades. De acordo com Carlos (2011), que analisa a metrópole paulistana,

No atual momento histórico, o processo de reprodução espacial, no qual a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da malha urbana (com o parcelamento de antigas chácaras ou fazendas, como o caso de muitos bairros na metrópole), depara-se com a escassez, revela que a existência da propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade sob a égide do capitalismo – passa a ser um limite à expansão econômica capitalista. Aqui estamos diante da passagem da condição do espaço *abundante* ao desenvolvimento das atividades econômicas, para sua atual condição de *raridade*. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria, no processo histórico – é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução (em função da produção de sua própria escassez). Nesse momento, o espaço, produto da reprodução da sociedade, entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital: a “raridade” como resultante do processo de produção do espaço sob o capitalismo gera uma contradição que é inerente a esse desenvolvimento. (CARLOS, 2011, p. 69)

Para Carlos (2001a) a raridade não acontece em qualquer lugar, mas apenas em determinados pontos associados à centralidade⁵ e à necessidade de sua área de expansão.

Mesmo em áreas já consolidadas, continuamente os usos, funções e o sentido dos lugares estão se modificando, e com isso, permitindo que novas atividades se estabeleçam. Esse processo propicia a valorização do solo urbano, e impõe um processo de “renovação”. Para que isso aconteça, faz-se necessária a intervenção do poder público, através dos seus mecanismos políticos e legislativos (Carlos, 2001a).

Ao intervir, o Estado utiliza-se do espaço urbano para hierarquizar e segregar a sociedade, aumentando, assim, as diferenças entre classes. Ao analisar a postura do Estado, verifica-se que a intervenção acontece liberando áreas para o crescimento através da “transformação” da propriedade privada em “propriedade de interesse público” (CARLOS, 2001a, p. 107).

A contradição entre a produção social do espaço e a apropriação privada do solo urbano é superada no processo de reprodução do espaço quando este se torna mercadoria reprodutível. Isso acontece quando o espaço “entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução”, de forma ordenada e direcionando a

⁵ Carlos (2001, p.177) elucida sobre centralidade: “A desigualdade do processo de reprodução do espaço urbano faz do centro o nó e conserva duas forças interligadas e poderosas: aquela do poder e riqueza e aquela da miséria. A questão da centralidade diz respeito à constituição de lugares como ponto de acumulação e atração de fluxos, centro mental e social que se define pela reunião e pelo encontro.”

ocupação através de operações que se realizam no mercado. (LUSTOZA, 2006, p. 146)

Carlos (2001a) verificou na metrópole paulista a falta de espaço para a instalação de grandes incorporações, que se depararam com a grande quantidade de lotes pequenos, ao que chamou de “nova raridade”. A consequência disso foi o início de um processo de mercantilização do solo urbano em espaços cujas possibilidades de edificação tenderam a se tornarem raras. A pressão imobiliária nesses espaços fez o valor de troca superar o valor de uso.

Para Carlos (2001a), a constituição do espaço como nova raridade é um fenômeno que está associado à centralidade urbana, enquanto hierarquia espacial, e à propriedade privada do solo urbano, relacionada ao seu grau de ocupação.

A escassez do solo urbano no centro e seu entorno já consolidado, torna-o uma mercadoria rara, decorrente do processo de expansão urbana. O setor imobiliário, que precisa de estratégias para continuar se reproduzindo, promove a reprodução de outro setor produtivo, que demanda novas áreas construídas. Assim o ciclo vicioso vai se formando (Lustoza, 2006).

A escassez do espaço nas proximidades do centro requer a liberação de amplas parcelas do espaço ocupadas – na sua área de expansão - visando a criação de uma “área livre” para os novos usos necessários à expansão da atividade econômica, bem como a supressão dos direitos conferidos aos proprietários urbanos pela existência do estatuto jurídico da propriedade privada. (CARLOS, 2007, p.75)

Analisando a Operação Urbana Faria Lima em São Paulo, Carlos (2001a) identificou, através da morfologia urbana, o processo de formação de uma nova centralidade:

[...] a constituição de uma nova morfologia espacial que se impõe como mudança funcional da região, e com isso, seu papel na hierarquização dos espaços na metrópole, mas também como mudanças no uso, constituindo-se como centro e expulsando habitantes e atividades para áreas “menos nobres da metrópole” do ponto de vista das necessidades de reprodução do capital. (CARLOS, 2001a, p. 280)

Dessa forma, verifica-se que na busca de soluções para o problema da escassez de solo urbano, o Estado intervém através de alterações na

legislação urbanística e no discurso político adotado, induzindo a ocupação de novas áreas. Nelas, o solo urbano é valorizado, e rapidamente se transforma em mercadoria.

Nesse contexto, para que o desenvolvimento do ciclo do capital continue, ele precisa associar-se ao poder político, na medida em que só ele pode “colocar em suspensão” o estatuto da propriedade privada do solo urbano, e assim, liberar as áreas ocupadas para novas atividades, bem como só ele pode atuar em grandes extensões do espaço produzindo a infra-estrutura necessária à reprodução das novas atividades econômicas, o que significa a criação de novas estratégias entre as várias formas de capital (financeiro, industrial) e o Estado. (CARLOS, 2007, p.75)

Surgem, assim, as novas centralidades.

2.3. O processo de formação de uma nova centralidade

Cada sociedade, em cada momento histórico, produz um espaço. Na cidade, esses vários espaços convivem, ora harmoniosamente, ora conflituosamente, e compõem assim o tecido urbano “como uma colcha de retalhos”. O espaço, que também é mercadoria, apresenta-se “como um todo fragmentado”, unindo e separando os homens (SANTOS, 2004).

O solo urbano é disputado, os conflitos entre as classes sociais e os usos aparecem, e o espaço é apropriado diferencialmente. Os “retalhos”, fragmentos do tecido urbano, vão sendo costurados, com maior ou menor critério, gerando novas formas espaciais, novas finalidades, novos usos, novas centralidades (DAMIANI, 2001).

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intraurbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidades e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território. (SOARES, 2006)

Como observado anteriormente, a raridade do espaço urbano em determinados locais induz a formação de novas centralidades como geradoras de novos espaços a serem ocupados.

Em sua análise sobre São Paulo, Carlos (2001a) verifica na metrópole a presença de vários centros, que se consolidam e também se deslocam de acordo com as questões econômicas e políticas - em cada momento histórico, a cidade apresenta uma centralidade. A esse fenômeno, a autora nomeou de “centralidade móvel”.

Os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. Essas transformações decorrentes das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de “centralidades móveis” - movimentação no espaço metropolitano de centros geradores de fluxo assentadas nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. (CARLOS, 2007, p.15)

Assim como a cidade se apresenta fragmentada, também a centralidade se dispersa no território.

A segregação socioespacial e sua forma mais avançada e complexa de expressão, a fragmentação socioespacial, são, contraditoriamente, os processos que negam e redefinem a centralidade. Transformam-na em centralidade segmentada social e funcionalmente, dispersa no território e difusa na representação que elaboramos sobre a própria cidade e sobre a rede urbana, visto que a centralidade pode ser compreendida e apreendida em múltiplas escalas. (SPOSITO, 2011, p. 138)

As novas centralidades podem assumir diferentes características: econômica, social, política, imagética e infraestrutural (GOMES e LUSTOZA, 2009). Apesar das muitas centralidades que surgem com a expansão urbana, sempre haverá o centro principal, que marca a origem e formação da cidade, e onde a raridade do espaço se manifesta mais intensamente.

Toda aglomeração sócio-espacial urbana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as précolombianas – desenvolve um, e apenas um centro principal. „Não existe realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações, de decisão, etc. (LEFEBVRE, 1972, p. 206, citado por Martins 1982, p. 170)

Para que a nova centralidade se forme, cria-se uma nova aliança entre o Estado e os setores privados da economia, pois é necessário planejar o espaço para a realização destas novas atividades (CARLOS, 2007).

O Estado intervém nesse processo, “liberando as áreas necessárias ao crescimento, e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em „propriedade de interesse público””. (LUSTOZA, 2006, p. 144).

Aliada à atuação estatal, a dinâmica imobiliária tem importante papel na estrutura do espaço, “via investimentos capazes de deslocar a demanda, e influenciá-las em suas decisões” (ABRAMO e FARIA, 1998, p. 433).

Segundo Sposito (1993), a análise da redefinição da centralidade urbana no interior das cidades se mostra relevante devido a quatro dinâmicas que marcam as transformações em curso:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através das formas flexíveis de produção impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, ruas canha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e ét sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio.
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 1993, p.28)

Para Sposito (1993) a extensão dessas dinâmicas impõe novas formas de centralidade e uma recomposição contínua da estrutura interna das cidades.

Para viabilizar a formação de uma nova centralidade, novas estratégias articulam-se ao mercado fundiário e imobiliário, à evolução das estruturas e dos pesos das diferentes funções econômicas e residenciais (SPOSITO, 1993).

Se de um lado, a lógica de localização das novas áreas residenciais reproduz os princípios do urbanismo de Le Corbusier para atender aos interesses fundiários e imobiliários que as definem, podemos dizer que a lógica de multifuncionalidade ficou relegada a um segundo plano, pois independentemente do padrão a que se destinam essas novas formas de habitat urbano revelam uma das faces da cidade especializada internamente, marca da monofuncionalidade que se instala, fortemente apoiada nas políticas de planejamento urbano e na legislação produzida por essas políticas. (SPOSITO, 1993, p.30)

Sposito (1993) identifica, em suas análises, uma separação entre as atividades terciárias e a função residencial. Essa separação deve-se a dois motivos: primeiro, porque ambas as atividades exigem grandes extensões territoriais; e segundo, porque com o automóvel, que permitiu o fim da centralidade única, o acesso de toda a sociedade a essas novas áreas urbanas não está garantido.

Sob vários aspectos, as novas localizações periféricas acentuam a composição em mosaico que caracteriza a estruturação recente das cidades, especialmente no Brasil. Essas novas áreas parecem setores que mais se justapõem, do que se articulam. Produz-se uma paisagem urbana recortada, com forte desequilíbrio e sem estreitas ligações entre habitação, trabalho, comércio e serviços.

Para Sposito (1993), a fluidez predomina sobre o lugar.

3. METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a morfologia urbana como uma metodologia de análise eficiente para o estudo das transformações da forma da cidade.

Num primeiro momento, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre os estudos de morfologia urbana, com breve apresentação das duas principais linhas de investigação: a linha Italiana e a linha Anglo-germânica. Num segundo momento, será apresentada uma breve descrição dos principais estudos de morfologia urbana desenvolvidos no Brasil. Finalizando, será apresentada a base metodológica aplicada nesse trabalho.

3.1. A morfologia urbana

A morfologia urbana, ou estudo da forma urbana, é uma das linhas de investigação que podem ser empregadas para compreensão do surgimento da malha urbana, sua consolidação e expansão.

A Morfologia Urbana como metodologia de trabalho é um instrumento eficiente para estudo das permanências e transformações da forma da cidade. Proporciona a habilidade para identificar causas que formam e modificam a estrutura física da cidade (PEREIRA COSTA, 1999, p.81)

O estudo da morfologia urbana, através de levantamentos bibliográficos e iconográficos, é feito em etapas, cada qual determinada pelos fatos históricos marcantes e que se materializam no traçado urbano da cidade. Os fatos existentes são espacializados em mapas ou figuras, e analisados comparativamente a partir de datas determinadas.

Em cada etapa, previamente definida, são analisadas a forma urbana, a legislação vigente e o contexto social, político e econômico. Assim, é possível identificar os agentes e forças atuantes definidoras das novas formas urbanas.

Um adequado planejamento urbano só pode ser feito quando precedido da análise da forma urbana da cidade. Assim, a análise morfológica foi introduzida nos estudos arquitetônicos e urbanísticos no final dos anos de 1950, através de duas linhas de investigação da morfologia urbana, que são a Italiana e a Anglo/germânica.

3.1.1. A linha Italiana

A Escola Italiana foi fundada por Muratori nos anos de 1950, e pretendia recuperar o sentido de continuidade na prática arquitetônica através da história. O arquiteto italiano procurou construir uma estrutura teórica crítica para explicar a criação e transformação das formas urbanas ao longo dos séculos.

Muratori define, então, quatro conceitos/elementos fundamentais: tipo, tecido, organismo e história operativa. Cada um desses elementos é parte integrante do elemento seguinte, e se concretizam numa construção temporal partindo de condições sugeridas pelo passado.

Seguidor de Muratori, Caniggia procurou simplificar e reduzir o sistema teórico, enfatizando os aspectos operativos, e assim, facilitando a sua difusão. Em oposição às idéias modernistas vigentes, os arquitetos italianos desenvolveram, nos anos sessenta, a idéia de que a explicação dos diferentes tecidos integrantes da forma urbana tinha origem na arquitetura menor e mais repetitiva.

Atualmente, a linha italiana possui um núcleo de estudos, o Centro Internazionale per lo Studio dei Processi Urbani e Territoriali (CISPUT), fundado em 1981 em Florença. O objetivo do núcleo é a promoção e desenvolvimento da investigação tipo-morfológica para preservar e restaurar o patrimônio construído.

3.1.2. A linha Anglo/germânica

A linha Anglo/germânica, que será a seguida também nesse trabalho, tem sua origem com os trabalhos dos geógrafos ingleses ao longo do século XX. Apesar da tradição inglesa, Larkham e Whitehand identificam as origens da escola de Birmingham na geografia germânica. Conzen, geógrafo alemão, faz a ligação entre as duas culturas propondo uma abordagem indutiva ao fenômeno urbano. (PEREIRA COSTA, 2007)

Seguindo uma abordagem histórico-geográfica, Conzen (1960) desenvolve trabalhos buscando entender como uma cidade já consolidada adquire complexidade, e quais as contribuições que isso pode dar ao plano de cidade. O autor estabelece três elementos básicos da paisagem urbana: o plano de cidade, o tecido edificado e os usos do solo urbano. Com ênfase no plano de cidade, ele o define como “disposição topográfica de uma área urbana constituída por um conjunto de elementos produzidos pelo homem”. Esse conjunto de elementos pode ser agrupado de três formas: ruas e sua disposição num “sistema viário”, as parcelas e sua agregação em “blocos de parcela”, e os “planos de implantação”.

Whitehand (2001) segue a mesma linha de investigação, porém, expandindo a abordagem às questões econômicas e às dinâmicas de edificação, nas suas relações com a cidade e seus habitantes. Em 1974, funda o *Urban Morphology Research Group* (UMRG) na Universidade de Birmingham, um centro de investigações da área urbana através do estudo da sua história, dos agentes, e das idéias envolvidas na sua criação e transformação.

Com investigações buscando a melhoria na qualidade do ambiente urbano, começam a surgir estudos com abordagens normativas. Esses estudos tinham o objetivo de elaborar uma base conceitual para permitir ao planejador manipular a forma urbana. Esses estudos foram desenvolvidos, principalmente, por Alexander (1965) e Alexander et al (1977), Cullen (2009), Lynch (2007, 2009) e Krier (1991).

Lynch (2009) trata da qualidade visual da cidade americana, estudando a imagem mental que os cidadãos têm dela. O seu enfoque está na qualidade visual que ele trata por legibilidade, ou seja, “a facilidade com que as partes

podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. (LYNCH, 2009, p. 10). Para a construção de uma imagem da cidade, a sua forma é importantíssima, e pode ser analisada através de cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes. Os cinco elementos apresentados por Lynch não existem isoladamente, sobrepondo-se e interligando-se constantemente, reintegrando-se para formar a imagem da cidade.

Outro estudo, publicado quase simultaneamente com o de Lynch é apresentado por Cullen (2009), seguindo a mesma linha de pesquisa. Cullen estuda a percepção do espaço urbano a partir do que chama de “arte do relacionamento”, ou seja, “a reunião de elementos que concorrem para a criação de um ambiente”. (CULLEN, 2009, p.10) Para o autor, o ambiente urbano provoca reações emocionais nas pessoas através de três aspectos: óptica, apresentada pela visão serial; o local, referente à posição no espaço; e o conteúdo, referente à constituição da cidade.

Os trabalhos de Lynch (2009) e Cullen (2009) têm em comum a percepção do ambiente urbano a partir de situações do cotidiano das pessoas, e admitem as emoções e sensações como um caminho em busca de novas soluções no planejamento urbano.

Lynch (2007) apresenta um novo trabalho embasado na teoria de uma boa forma urbana como um conjunto de dimensões de desempenho: vitalidade, percepção, adaptação, acesso, controle, eficiência e justiça.

Alexander (1965) desenvolve seu estudo criticando as “cidades artificiais organizadas em árvores” na Inglaterra, defendendo cidades com formas mais naturais, de organização mais complexa e menos reticuladas, e estruturada com base na articulação das várias partes. Assim, o autor propõe uma “linguagem-padrão”, um conjunto de regras finitas que poderiam ser utilizadas para gerar uma infinidade de variações de edifícios e cidades.

Krier (1991), assim como Alexander, sistematiza formas urbanas. Seu objetivo é mostrar que as qualidades dos espaços têm valor universal devido à geometria dos planos e às proporções utilizadas nos modelos clássicos. O seu trabalho se constitui de uma classificação tipo-morfológica de elementos primários (praça e rua) e de marcos urbanos (monumentos).

Sitte (1992) traz um estudo sobre a dimensão estética da cidade, ao considerá-la como uma obra de arte, e não apenas como um artefato para

atender exclusivamente as necessidades funcionais. Sua obra foi pioneira na defesa da preservação de centros históricos, e influenciou o urbanismo europeu, americano e soviético nas primeiras décadas do século XX. Em sua obra, o autor apresenta a cidade como ela é vista pelo cidadão, pelo que transita pelas suas ruas realizando percursos variados. A cidade, assim vista em partes, fragmentada, é apreendida como uma diversidade de lugares, e não um espaço liso, homogêneo e indiferenciado.

Lamas, arquiteto português, também desenvolveu seus trabalhos nessa mesma linha de investigação, buscando compreender sobre a forma urbana. Para ele, “as formas urbanas são constituídas pela composição de diferentes unidades espaciais e elementos morfológicos”. (LAMAS, 2010, p. 73) Admitindo a idéia de que as formas urbanas estão relacionadas com a dimensão e a escala, ele propõe três dimensões da forma urbana: dimensão setorial – escala da rua, dimensão urbana – escala do bairro, e dimensão territorial – escala da cidade. Além disso, apresenta onze elementos morfológicos do espaço urbano: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação, e o mobiliário urbano.

Paralelamente às abordagens histórico-geográficas e às normativas, desenvolveu-se também uma linha de pesquisa com abordagem quantitativa. Investigações sobre a relação entre as formas urbanas e a estrutura espacial das cidades foram desenvolvidas por Martin e March (1966). Seus estudos eram desenvolvidos com a ajuda de modelos matemáticos, e a teoria dos grafos, que é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto, foi um dos instrumentos mais utilizados por essa corrente. Steadman (1983) e Kruger (1977) utilizaram os grafos em análises arquitetônicas e no estudo da forma urbana, respectivamente.

Batty e Longley (1994) desenvolveram estudos sobre formas irregulares que resistiam a uma classificação científica, através da geometria fractal. Batty (2001) desenvolve estudos considerando o espaço como um conjunto de pontos, e analisando-o a partir de um determinado ponto; ele defende a idéia de que cada campo visual tem sua própria forma, que é resultante da interação entre a geometria da edificação e o movimento do observador.

Hillier e seus colaboradores desenvolvem um conjunto de técnicas para análise das configurações espaciais, especialmente os edifícios e as cidades, que denominam de *Space Syntax*. (HILLIER, 1996; HILLIER e HANSON, 1984;

STEADMAN, 2004). A forma de análise que apresentam possibilita a simulação dos efeitos das propostas de planejamento urbano, e têm sido largamente empregadas nas últimas décadas.

3.1.3. A morfologia urbana no Brasil

Segundo Pereira Costa (2007) as duas áreas de conhecimento que trabalham com a morfologia urbana no Brasil são a Geografia Humana e a Arquitetura e Urbanismo. Os primeiros estudos estão relacionados aos aspectos econômicos, sociais e políticos das formas urbanas brasileiras, e tiveram início com Freire (1933) e Holanda (1995), ainda no início do século XX.

Os estudos sobre morfologia urbana, propriamente dita, têm início com Lúcio Costa, que investiga a influência portuguesa na arquitetura brasileira (COSTA, 1995). Sylvio de Vasconcellos, que trabalhou com Lúcio Costa, desenvolveu estudos sobre a tipologia das cidades coloniais de Minas Gerais e também sobre a tipologia das edificações. (VASCONCELLOS, 1956; 1959).

Boltshauser (1968) trabalhou com o crescimento das cidades latino-americanas, com ênfase no papel da legislação na formação e transformação das cidades.

Ainda segundo Pereira Costa (2007), a construção de Brasília “é um importante marco sobre a concepção e construção de cidades seguindo modelos de forma urbana baseados numa forte ideologia”. O modelo modernista é reflexo da influência modernista adotada tanto nos estudos acadêmicos quanto com relação ao urbanismo e arquitetura empreendidos pelo poder público. A rica produção dos anos de 1960 foi interrompida com a instalação da ditadura militar no Brasil, que provocou a descontinuidade da pesquisa acadêmica.

Nos anos 80, com o fim da ditadura militar e o início dos cursos de pós-graduação em algumas escolas de arquitetura, os estudos das tipologias e evolução da forma urbana recomeçam, Segundo Pereira Costa (2007), fortemente influenciados pelos cursos de pós-graduação da Europa, Ásia e Estados Unidos.

Sob influência do professor Ivor Samuels, da Universidade Oxford Brookes na Inglaterra, uma nova geração de estudiosos sobre morfologia urbana no Brasil tem início.

Del Rio (1995) desenvolve estudos sobre o desenho urbano, suas origens, definições, teorias, metodologias, função e possibilidades durante o processo de planejamento urbano. O autor mostra a importância da conciliação entre planejamento urbano e projeto de arquitetura e a inclusão do desenho urbano na estrutura administrativa governamental, principalmente no nível municipal.

Pereira Costa (1999, 2003a, 2003b, 2004, 2007) desenvolve seus trabalhos apresentando a importância da análise da paisagem no processo de planejamento urbano. Suas pesquisas apresentam o embasamento conceitual e metodológico para análise da paisagem através da malha urbana, identificando os elementos que a caracterizam e a condicionam, e os tecidos urbanos que a compõe.

As novas idéias sobre morfologia urbana começaram a ser discutidas na Universidade de Brasília. Holanda, F. (1985) inicia trabalhos sobre a relação entre os processos sociais e a morfologia e características das áreas onde eles acontecem. O autor faz um estudo sobre o Plano Piloto de Brasília, analisando-o de acordo com as teorias e métodos de HANSON e HILLIER (1984).

Kohsldorf (1996) apresenta estudos sobre a apreensão da forma dos espaços através de atributos universais do mecanismo cognitivo. A autora propõe a “técnica de análise seqüencial”, que procura “representar a paisagem progressiva do visto para o percebido, na sucessão de registros selecionados da composição morfológica de determinado lugar” (KOHSLDORF, 1996, p. 78).

Na última década do século XX, estudos desenvolvidos seguindo uma linha histórica de investigação se destacam. (TOLEDO, 1996; GUNN, 1997; CASTRIOTA, 1998)

Reis Filho (2000) apresenta um trabalho não apenas para o conhecimento e análise do urbano no passado, mas, sobretudo, para a elaboração de alternativas para o presente através do planejamento urbano.

Outro grupo de pesquisadores desenvolve estudos sobre os aspectos funcionais das cidades, e abordam questões ligadas a política, economia e problemas sociais. A abordagem é multidisciplinar, incluindo sociologia e

economia e produção do espaço urbano. Dentre esses estudos, destaca-se Marx (1991), Villaça (1998) e Lustoza (2006).

Pereira Costa (1986) e Bonduki (1999), entre outros, procuram identificar padrões existentes nos assentamentos urbanos que contribuem para sua manutenção no espaço urbano e fixação da população no local.

Outra linha de pesquisa que surge no cenário brasileiro desenvolve estudos sobre as novas formas urbanas e também sobre o impacto do parcelamento do solo urbano na paisagem. Destacam-se, nessa linha, os trabalhos de Silvio Soares Macedo e seu grupo de pesquisa “Quapá”, na Universidade de São Paulo, sobre os produtos do parcelamento urbano na produção tipológica dos lotes, espaços verdes abertos e parques públicos. (MACEDO, 1999).

3.1.4. A metodologia utilizada na pesquisa

Diante dos diversos estudos desenvolvidos na linha de investigação da morfologia urbana, alguns se destacam por apresentarem uma significativa contribuição em termo de conceitos e metodologias.

Especialmente nesse trabalho, as referências adotadas com relação à morfologia urbana enquanto estudo da estrutura urbana da cidade, são os trabalhos de Conzen (1981a, 1981b), Conzen, M. P. (2008) e Pereira Costa (1999, 2003a, 2003b, 2004, 2007). Esses trabalhos forneceram o embasamento para análise da malha urbana, através da identificação dos elementos que a caracterizam e a condicionam, e também da identificação dos tecidos urbanos que a compõe.

Com relação ao estudo da paisagem urbana, os trabalhos de Lynch (2009) e Cullen (2009) foram decisivos. O estudo através da percepção ambiental e análise visual em cidades pequenas, onde o observador pode deslocar-se a pé, explorando o traçado urbano, vivenciando as sensações e “surpresas” ao longo do percurso, possibilita a compreensão do todo da cidade através das suas partes.

O trabalho de Sitte (1982) contribui significativamente para a apreensão da forma urbana, complementando as análises sobre o traçado, a percepção ambiental e a análise visual, ao despertar uma crítica sobre as qualidades

artísticas de composição do espaço urbano, que resulta da interação entre arquitetura e urbanismo.

Por tratar desse trabalho de um estudo sobre a cidade de Diamantina, com um conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial, a contribuição de Vasconcellos (1956, 1959, 1967) se faz imprescindível.

Partindo dos conceitos e metodologias apresentadas acima, o estudo sobre a cidade de Diamantina e o distrito de Guinda conduziu-se, primeiramente, pela caracterização física, social, política, econômica e cultural, através de consultas bibliográficas.

Na seqüência, foi feita uma análise descritiva da evolução urbana de cada uma delas, com o objetivo de compreendê-las, desde a formação até o ano de 2012. Posteriormente, analisou-se a estrutura urbana, com estudos sobre seus tecidos urbanos. Para cada tecido urbano identificado foram apresentadas as suas características principais, a paisagem urbana e o tipo de uso do solo urbano predominantes.

A linha de investigação da morfologia urbana se apresenta como um importante instrumento para a compreensão da articulação entre as formas, os processos e as lógicas que ensejam as dinâmicas de estruturação do espaço urbano.

4. A CIDADE DE DIAMANTINA

Esse capítulo se iniciará com uma breve descrição sobre o município de Diamantina, apresentando os fatores históricos da formação do município, uma descrição sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, e finalizando com uma apresentação sobre os aspectos da legislação urbana do município. Nesse primeiro momento, o objetivo é agrupar informações relevantes para a compreensão do contexto urbano da cidade de Diamantina e sua relação com os outros distritos do município. A cidade de Diamantina centraliza não só o poder político municipal, mas também a estrutura econômica e social que subsidia os distritos do município.

Num segundo momento, será abordada a cidade de Diamantina. O estudo terá início com a análise descritiva da sua evolução urbana, com o objetivo de compreender a cidade, desde sua formação até 2012. Posteriormente, será feita breve análise da estrutura urbana de Diamantina, com estudos sobre seus tecidos urbanos. Para cada tecido urbano identificado serão apresentadas as suas características principais, a paisagem urbana e o tipo de uso do solo urbano predominantes.

Todas as análises feitas terão embasamento teórico e metodológico na morfologia urbana. A linha de investigação apresentada será pautada nos estudos de Cullen (2009), Lynch (2009), Sitte (1992) e Pereira Costa (2004, 2007).

A análise desses aspectos sobre a cidade de Diamantina proporcionará a compreensão da sua formação, consolidação e atual expansão urbana. O objetivo geral desse capítulo é levantar dados que mostram o processo de formação da raridade do espaço urbano na cidade de Diamantina.

4.1. O município de Diamantina

O Município de Diamantina localiza-se na Região Sudeste do território brasileiro, ao Norte do Estado de Minas Gerais, na Mesorregião do Jequitinhonha e Microrregião Diamantina.

Os municípios limítrofes são: ao Sul, Monjolos, Gouveia, Datas e Serro; a Leste, Couto de Magalhães e Senador Modestino Gonçalves; a Nordeste Carbonita; a Norte e Oeste, Bocaiúva; a Noroeste, Olhos d'Água; a Oeste, Buenópolis e Augusto de Lima (Figura 1).



Figura 1 – Localização do município de Diamantina-MG
Fonte: Plano Diretor do Município de Diamantina – Documento Técnico, 2008.

A principal rodovia de acesso à cidade de Diamantina é a rodovia BR 367, que liga Gouveia a Diamantina. O acesso rodoviário para Belo Horizonte, capital do estado que está a 299 km (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, 2006), é feito pela rota rodoviária federal BR 367 e BR 259, até Curvelo e depois pelas rodovias federais BR 135 e BR 040 até Belo Horizonte (Figura 2).

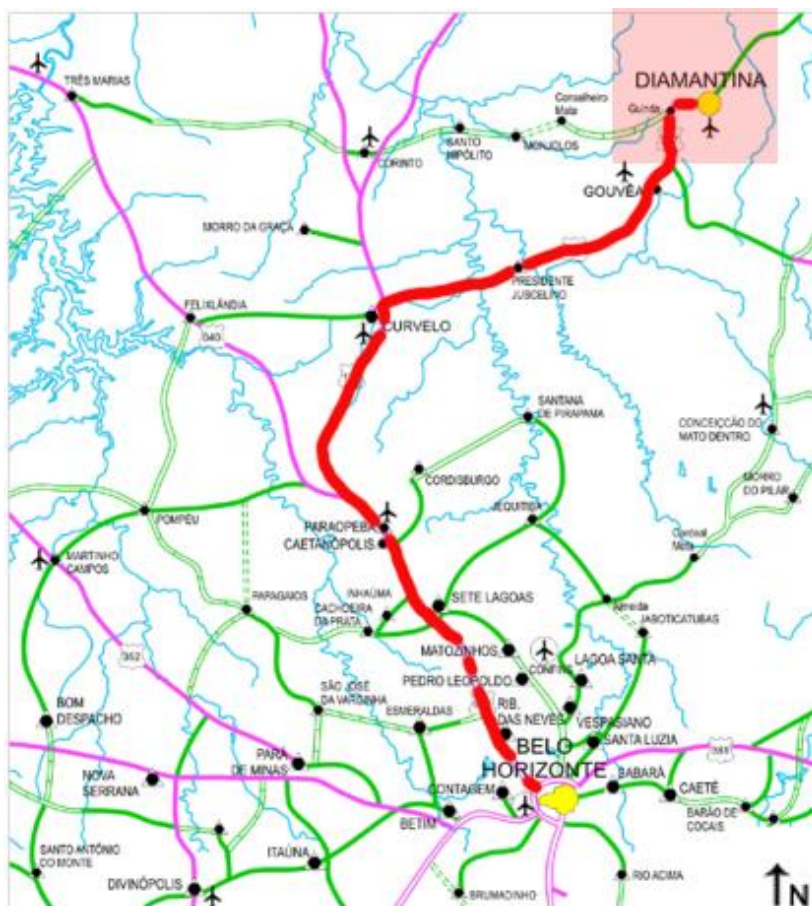


Figura 2 – Acesso rodoviário ao município de Diamantina-MG
Fonte: Plano Diretor do Município de Diamantina – Documento Técnico, 2008.

Diamantina está implantada na Serra do Espinhaço, o grande divisor hidrográfico interposto entre as bacias do centro-leste brasileiro e a do Rio São Francisco.

Analisando a hipsometria⁶ da Serra do Espinhaço, observa-se que Diamantina encontra-se na parte central desse planalto, também a parte mais

⁶ Hipsometria é uma técnica de representação da elevação de um terreno através de cores. As cores utilizadas possuem uma equivalência com a elevação do terreno, e geralmente são utilizadas num sistema de graduação.

elevada, correspondente ao Planalto Diamantina, onde encontra-se o maior volume topográfico, cujo teto está em altitude média de 1300m (ANEXO A).

Com relação à hidrografia, Diamantina assume a função de ponto irradiador das drenagens dos rios São Francisco, Doce, Jequitinhonha e Aracuaí, confirmando seu caráter de teto orográfico⁷ regional (SAADI, 1995).

O município de Diamantina está inserido em duas grandes bacias hidrográficas: a Bacia do Rio São Francisco e a Bacia do Rio Jequitinhonha. (ANEXO B) A rede hidrográfica do município é composta por rios perenes, que tem os rios Jequitinhonha e Ribeirão do Inferno como principais cursos d'água, e por vários pequenos cursos d'água intermitentes. Na parte oeste do município, de domínio da Serra do Espinhaço, há uma boa disponibilidade de água superficial. (ANEXO C)

Do ponto de vista geológico, a característica fundamental da área ocupada é a predominância de quartzitos, compondo uma cobertura rígida, no entanto, densamente fraturada e cisalhada. As formas do relevo resultantes de sua esculturação pela dissecação fluvial são representadas, majoritariamente, por cristais, escarpas e vales profundos adaptados às direções tectônicas e estruturais (ANEXO D). A importância geológica do município de Diamantina se manifesta na exploração mineral. O diamante é o mineral de maior importância, e isso se reflete no nome da cidade.

A sede do município está em altitude de 1.113m, com posição geográfica marcada pelas coordenadas 43°36"00" longitude oeste e 18°14"56" latitude sul. O clima é o Tropical de Altitude.

O relevo da região é caracterizado pela Serra do Espinhaço, pelo planalto do Rio Jequitinhonha e pela depressão do Rio São Francisco. O município de Diamantina está sobre um extenso planalto irregular, tendo apenas 20% de área plana. Assim, a forma predominante de relevo é a montanhosa (60%), com as feições plana (20%) e ondulada (20%) em menor proporção (ANEXO E).

Em Diamantina a vegetação predominante é o campo rupestre, também conhecido como campos de altitude. Esse tipo de vegetação se desenvolve sobre solos pedregosos, de baixa capacidade de retenção de água e com formações rochosas, crescendo a maior parte das plantas nas pequenas

⁷ A orografia é um ramo da geografia que estuda as variações de relevo. Assim, teto orográfico corresponde ao local onde são encontradas as maiores altitudes.

Os distritos dependem da sede municipal no que se refere à prestação de serviços e ao comércio especializado, suprindo-se apenas do comércio básico para a subsistência. Os distritos localizados à Norte sofrem dificuldades com a distância da sede municipal; com a falta de conservação da infraestrutura de acesso, com a infraestrutura urbana e a falta de serviços de transporte.

4.1.1. Aspectos históricos

Com o descobrimento do Brasil muitos europeus se aventuraram em busca de tesouros e riquezas. O litoral brasileiro foi explorado inicialmente, e teve como base econômica a exploração do pau-Brasil e da cana-de-açúcar. A busca pelos metais preciosos teve início na segunda metade do século XVI, quando inúmeras expedições investiram no desbravamento da região das minas. Segundo Barreto (1996), a primeira expedição enviada saiu da Bahia com destino aos sertões mineiros por volta de 1553, a mando de Duarte da Costa, e tendo à frente Francisco Bruza Spinosa. Entretanto, a bandeira que mais se destacou e que efetivamente descobriu as Minas Gerais foi a de Fernão Dias, que partiu de São Paulo em 1764 e deu origem a povoados, antes pousos, que se perpetuaram; entre esses, destacamos Serro do Frio, ao qual pertencia o Arraial do Tejuco, e ponto final da penetração dos caminhos do norte.

Com a expedição de Fernão Dias, novas bandeiras investiram no território das Gerais. A ocupação das Minas, como observou José de Souza (2000) ocorreu de forma esparsa, e em vários pontos das capitania, fugindo à regra de ocupação das demais capitânicas, que tinham a ocupação concentrada.

O Arraial do Tijuco, atual Diamantina, se localizava na região explorada pela bandeira de Jerônimo Gouveia. O Arraial ocupou uma elevação que integra o maciço divisor de três bacias hidrográficas: do São Francisco, do Rio Doce e do Jequitinhonha. Entroncava as estradas capitais do nordeste mineiro: do sul – procedente do litoral; do nordeste, orientada para o Jequitinhonha e sul

da Bahia; do nordeste, voltada para o vale do São Francisco (VASCONCELLOS, 1959). (Figura 4)



Figura 4 – Localização do Arraial do Tejuco, atual Diamantina, na Estrada Real.
Fonte: www.serrabonita.com.br

No vale do Córrego Tijuco o primeiro povoado se instalou, provavelmente no ano de 1713. De acordo com Joaquim Felício dos Santos, o ouro ocorreu nos cursos d'água que separam as Serras de São Francisco e Santo Antônio, na área do arraial do Tejuco. O local onde ocorreu mais ouro foi no Vale do Tejuco, junto ao Burgalhau, e mais acima, nas Grupiaras.

Entretando, Vasconcellos (1959, p. 123) observa que estas minerações “não foram de muito vulto em comparação com as efetuadas em outras regiões das Minas”.

Durante as duas décadas subseqüentes, a área explorada se expandiu para o córrego de Morrinhos, a leste, e Caetémirim, ao norte.

Em 1729, aproximadamente, aparece o diamante.

“O Tejuco, que se espreguiça pelas encostas abaixo, tinha ouro e o ouro às vezes era jogado em alegres partidas de gamão nas tardes solarengas de desfastio. Marcavam-se os pontos com pedrinhas duras, de reflexos metálicos, que passavam de mão em mão, ao capricho da sorte. Um dia, alguém mais sabido identificou-as, guardou-as, mandou-as à corte. Foi um Deus-nos-acuda: reuniu-se a corte, o Rei teve palpitações, a rainha desmaiou e correios urgentes foram despachados aos quatro cantos – diamantes havia nas Minas, e da melhor qualidade”.

(VASCONCELLOS, 1967, p. 6)

Com a descoberta dos diamantes, a exploração passou a ser regulada pela Coroa Portuguesa. Além da fiscalização e cobrança de taxas sobre a exploração, a Coroa também exercia o controle social da população local, permitindo que apenas homens brancos e negros escravos se estabelecessem para a prática da extração dos minerais preciosos. A Coroa passou a conter a imigração e também monopolizou a riqueza.

Proíbem-se as minerações, cerca-se o lugar com tropa escolhida, estava salva a pátria. Não quis saber o Rei de aforamentos de terras, nem de quintos ou impostos. Quis tudo para si, dono incontestemente que era do chão dadivoso. Estabeleceram-se contratos, legislação pertinente, rigor tremendo nos descaminhos. O lugar transformou-se numa cidadela fechada de produção em grosso. Nada de liberdade, de autonomias ou de Câmaras dos Senhores Vereadores. Era bom demais o tesouro para perder-se em mãos de muitos ou dividir-se.

(VASCONCELLOS, 1967, p. 6)

Conforme observou Vasconcellos (1959) o diamante não era encontrado na área ocupada pela população. Deduziu, então, que “embora fruto do diamante, não se configurou ela, diretamente, em razão das minerações ou das extrações. E ainda mais, aquelas se localizaram na periferia do arraial, limitando-o e não ampliando-o...” (VASCONCELLOS, 1959, p. 124). Ainda sobre a influência da mineração, observou que

Como as lavras diamantíferas se encontravam a considerável distância, principalmente nas margens do Jequitinhonha e do Ribeirão do Inferno, não pode restar dúvida de que a interferência das minerações na urbanização local foi bastante diminuta, restringindo-se quase ao período de sua iniciação. (VASCONCELLOS, 1959, p. 124)

Essas observações de Vasconcellos permitem a consideração sobre a formação de todo o município de Diamantina, englobando as áreas ocupadas próximas às minerações. Dessas vilas, nove se desenvolveram com maior intensidade e dessas, a que mais se destacou no aspecto populacional foi Senador Mourão. As vilas, hoje distritos, que merecem ênfase pelo desenvolvimento são: ao sul, Extração, **Guinda** e Conselheiro Mata; na área central do município, Mendanha, Inhaí e São João da Chapada; e ao norte, Senador Mourão e Planalto de Minas.

Até a descoberta dos diamantes, Serro do Frio progredia muito em comparação com o Arraial do Tejuco. Como dito anteriormente, por ser o ponto final e encruzilhada dos caminhos do norte, ali foram instaladas a Casa de Fundação e a Vila do Príncipe. Entretanto, provavelmente devido à descoberta dos diamantes, o Arraial do Tejuco rapidamente se consolidou e ganhou destaque político e econômico, tornando-se o local onde as arrematações passaram a ser feitas (VASCONCELLOS, 1959).

Diferentemente das povoações auríferas, onde a riqueza era difusa, no Arraial do Tejuco, a sociedade estruturou-se rapidamente em “uma pequena e apurada elite e multidão de negros escravos” (VASCONCELLOS, 1967, p.6). A elite, de alto nível econômico, procura acompanhar os padrões europeus, apesar do isolamento imposto pelas inúmeras restrições feitas pela Coroa.

Ilha de requinte, perdida na imensidão do deserto sertanejo. Fechada em si mesmo, procura reconstituir, como pode, a fisionomia da sociedade européia que, com sofreguidão procura identificar nas informações que, periodicamente, lhe alcançam. Está em moda o cravo, a espineta, a guitarra. Importam-se cravos, espinetas e guitarras. Cantam romanzas em Coimbra; importam-se as cantigas. As roupas, as caixas, os móveis, as carruagens. Continua o isolamento e todos os requintes importados permanecem como padrão local. (VASCONCELLOS, 1967, p 6)

A Intendência dos Diamantes foi criada em 1734 para gestão e tentativa de assegurar para a Coroa os seus direitos sobre a extração. Nesse momento realizou-se também a demarcação territorial: o Arraial do Tijuco foi o centro

administrativo do distrito e englobava outros arraiais próximos na então Demarcação Diamantina.

A importância econômica da demarcação territorial, as estratégias econômicas da Coroa e a dificuldade de controle da extração clandestina e do contrabando geraram várias iniciativas de gestão, culminando em 1771 com a declaração da exploração diamantífera como monopólio da Monarquia. Assim, foi criada a Real Extração dos Diamantes. Esse regime perdurou até o século XIX, quando ocorreu o fechamento da empresa.

A conturbada trajetória administrativa da região postergou a elevação do Tijuco a Vila, fato que só ocorreu no ano de 1831, quando o arraial recebeu o nome de Diamantina.

Paralelamente à exploração de diamantes e ouro nas lavras, principal atividade econômica, o comércio evoluiu na área urbana. Para suprir o povoado haviam lavouras nas áreas rurais mais próximas, cuja produção era comercializada no mercado da Vila. Havia também o comércio de víveres, e lojas de produtos diversos começaram a se instalar no local. Além da existência dos estabelecimentos comerciais, os tropeiros traziam produtos de Salvador e do Rio de Janeiro, complementando e aquecendo o comércio na vila. A prosperidade desse setor era notável no século XIX.

Desde os setecentos a Igreja Católica também se instalou como agente da fé e do controle social, tendo cada casta seu ente de adoração. Assim, as irmandades e confrarias religiosas foram se estabelecendo através da construção das igrejas, e demarcando territórios à medida que a cidade crescia.

Já em meados do século XIX, em algumas dessas localidades do interior, começaram a surgir lavouras para subsistência e para abastecer o comércio na sede. Era comum encontrar áreas de plantio de cana-de-açúcar, arroz, milho e mandioca, dentre outras variedades. Entretanto, a produção agrícola não chegou a um patamar que a tornasse relevante na economia local.

Essa rede de pequenas cidades depende do comércio e do atendimento público da sede municipal. Estruturaram-se como cidades-dormitório que, até a segunda metade do século XX, tinham no garimpo sua principal atividade econômica.

Com a decadência da atividade mineradora, na primeira metade do século XX o perfil social e econômico de Diamantina começou a se modificar. A

economia foi direcionada ao comércio e oferta de serviços no âmbito da região. Algumas fábricas, como a de tecidos, começaram a se instalar no município. O incremento do sistema de transportes com a chegada da ferrovia (Central do Brasil) foi de grande importância para esse cenário econômico.

Em 1938, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado pelo SPHAN, atual IPHAN, recebendo o título de Patrimônio Histórico Nacional.

Na década de 1950 houve um impulso no desenvolvimento de Diamantina, com a atenção dada por Juscelino Kubitschek de Oliveira à sua cidade natal. Na segunda metade do século XX o incentivo à instalação de entidades de ensino superior agrega mais uma renovação no perfil do município, com a inauguração da Faculdade de Odontologia de Diamantina.

Em 1999, Diamantina desenvolveu seu primeiro Plano Diretor Urbanístico, motivado pelo desejo de conquistar o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, concedido nesse mesmo ano, transformando Diamantina em Patrimônio Cultural da Humanidade.

No século XXI, a implantação da UFVJM trouxe nova dinâmica social, política e econômica para o município.

4.1.2. Aspectos sociais, políticos econômicos e culturais

Diamantina pode ser analisada através de dois índices reconhecidos no Brasil. O primeiro é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), derivado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e adaptado para os municípios brasileiros em 1996, pela Fundação João Pinheiro e pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Numa escala de IDH-M (de 0,0 a 1,0) os municípios são classificados em três níveis: baixo, médio ou alto desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Diamantina é de 0,748 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2010). Verifica-se que esse índice se elevou consideravelmente nos últimos dez anos, aproximando-se do índice estadual e nacional (DIAMANTINA, 2011d).

A população atual do município em 2010 era de 45.884 habitantes, sendo de 87,31% a sua população urbana e 12,69% a sua população rural (IBGE, 2010).

Diamantina é uma cidade com muitas tradições culturais. As manifestações mais antigas são comumente ligadas à religião. Há também uma rica tradição musical, pautada nas bandas musicais, serenatas e vespertatas, trazendo mais variedade e dinamismo às manifestações culturais.

O município de Diamantina guarda um rico acervo histórico que abrange desde exemplares da arquitetura religiosa, oficial e civil, como também um importante patrimônio artístico religioso. Afrescos, pinturas e a arte sacra complementam o acervo histórico e artístico que se produziu durante séculos de história. Além do patrimônio material, há o patrimônio imaterial dos costumes e festejos.

A cidade de Diamantina teve o Centro Histórico inscrito na lista da UNESCO em 1º de dezembro de 1999. Possui também vários bens tombados pelo IPHAN, inclusive seu conjunto arquitetônico e urbanístico. (Figura 5)



Figura 5 – O conjunto arquitetônico de Diamantina/MG.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A sede municipal também é dotada de um bem paisagístico natural excepcional: a Serra dos Cristais. Essa formação geológica localiza-se a leste do Centro e de forma complementar cria um ambiente exuberante para o casario. (Figura 6)

A importância desta serra na história da cidade advém dos caminhos iniciais de acesso ao núcleo urbano (caminho dos escravos), e de formar o pano de fundo de beleza marcante para o espaço urbano tombado.



Figura 6 – A Serra dos Cristais em Diamantina/MG.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Além do Centro Histórico de Diamantina, o município possui bens espalhados em seus distritos pelo interior. No distrito de Inhaí, a Igreja Sant^a Ana do Inhaí é uma construção colonial tombada pelo IPHAN, e era citada como uma das capelas filiais do Tijuco.

A vocação turística já era sinalizada como alternativa econômica desde 1938, quando o IPHAN passou a interferir no núcleo histórico do município com a intenção de proteger seu patrimônio. A confirmação veio com a consagração da UNESCO, em 1999, de Patrimônio Cultural da Humanidade. A atividade turística é hoje um dos alicerces da economia local.

A cidade de Diamantina possui um centro comercial bastante diversificado, graças ao incentivo da atividade turística. As atividades de prestação de serviços, especialmente no setor hoteleiro e no setor de restaurantes, bares e transporte, também são impulsionadas pelo turismo. Esse impulso dos serviços e comércio voltados ao turismo deu outra conformação ao mercado de trabalho, reforçando a grande abrangência do setor terciário.

4.2. A evolução urbana

A cidade de Diamantina está localizada na entremeada dos vales de três cursos d'água principais: o córrego Tijuco, o da Prata e o Quatro Vinténs. Por essa razão está situada em um sítio bastante acidentado, com topografia variada. Ao Leste do córrego Quatro Vinténs, situa-se a Serra dos Cristais, que participa do contexto do sítio urbano como um elemento de grande importância paisagística e que se apresenta como um limite natural à sua expansão.

O Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina, teve sua origem à margem direita do córrego do Tijuco, um afluente do Rio Grande. Nesse local, instalaram-se os primeiros habitantes, por volta de 1713, provindos de Serro Frio, e que ali se estabeleceram por terem encontrado ouro na confluência dos córregos Pururuca e Rio Grande. Esse foi o primeiro povoado, o Arraial do Rio Grande, na saída para Minas Novas. (Figura 7)

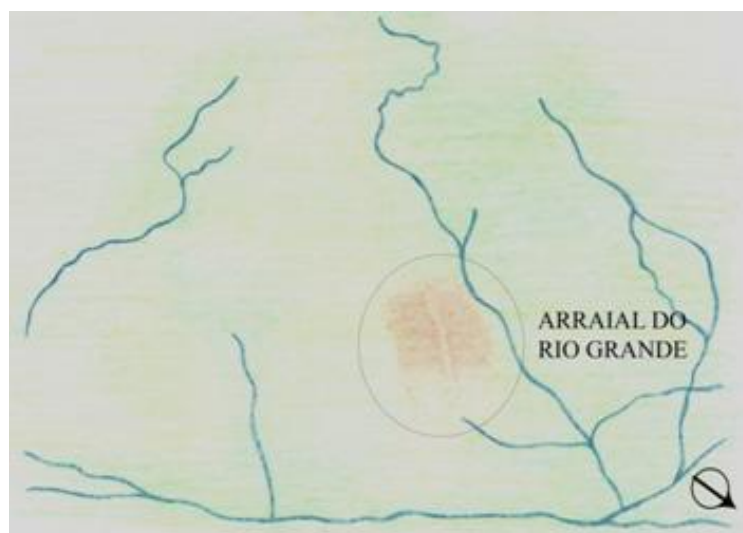


Figura 7 – Croqui do Arraial do Rio Grande – o primeiro arraial do Tejuco.
Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
Fonte: Planta do Arraial do Tejuco, 1772. Arquivo histórico do Exército, RJ

Com o tempo, outros dois arraiais se formaram, sendo o primeiro na entrada do caminho que vinha do Serro – Arraial de Baixo, e o segundo, na saída para a Barra do Guaicuí – Arraial de Cima. (Figura 8)

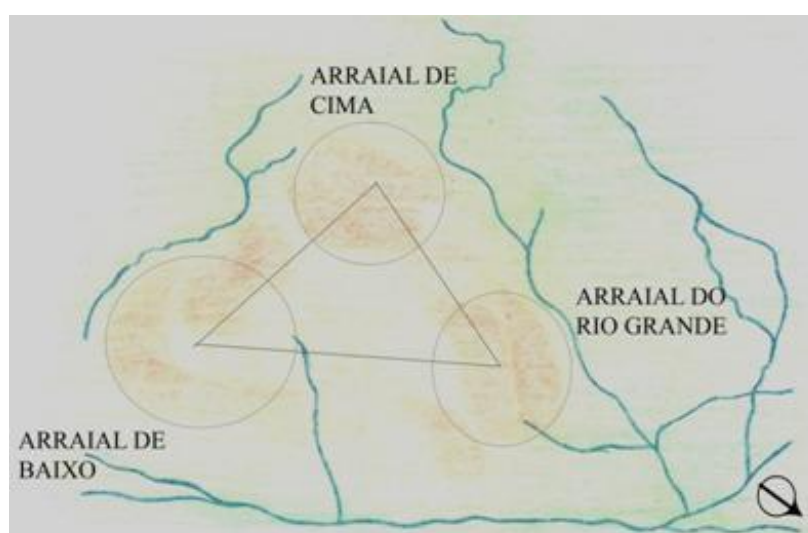


Figura 8 – Croqui da formação triangular do Tejuco.
Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
Fonte: Planta do Arraial do Tejuco, 1772. Arquivo histórico do Exército, RJ

No Arraial de Cima ficavam os currais para o gado trazido da Bahia. Esses três núcleos determinaram uma formação atípica das cidades históricas mineiras – uma aglomeração triangular e densa na área mais plana. Essa formação triangular tinha como centro de gravidade o arraial do Tejuco, o vértice no arraial de Baixo e a base no curso do Tejuco.

Um quarto arraial surgiu mais tarde, na margem esquerda do tejuçal, junto ao curso do córrego da Caridade – o Arraial dos Forros ou Macau. Assim, a formação antes triangular passou a ser quadrangular: a sudeste, o Arraial de Baixo; a nordeste, o Arraial do Rio Grande; a noroeste, o Arraial dos Forros; a sudoeste, o Arraial de Cima. (Figura 9)

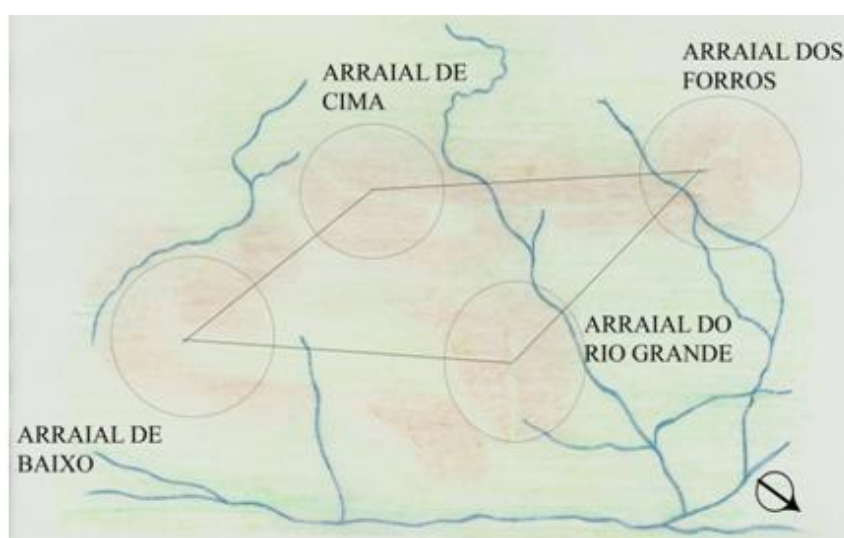


Figura 9 – Croqui da formação quadrangular do Tejuco.
Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
Fonte: Planta do Arraial do Tejuco, 1772. Arquivo histórico do Exército, RJ

Essa primeira fase do povoamento pode ser estabelecida entre 1700 e 1720, segundo Vasconcellos (1959), caracterizando-se pelo povoamento esperso, em vários arraiais, e de limitação indeterminada.

A análise morfológica dessa etapa permitiu identificar uma formação atípica do tecido urbano em Diamantina. As povoações mineiras, na sua maioria, se conformavam linearmente ao longo de um caminho tronco, que era o mais importante e também o mais transitado, e acompanhando o curso d'água. O Arraial do Tejuco, entretanto, se conformou de forma singular.

O Arraial do Tejuco, ao contrário, adotou solução quadrangular, concentrada e reticular, semelhante à observada pelos povoados litorâneos brasileiros, mais de acordo com os princípios urbanísticos recomendados pela administração portuguesa. (VASCONCELLOS, 1959, p. 121)

A população do Tejuco se instalou à meia-encosta, ocupando áreas onde o ouro e o diamante não eram encontrados. Sobre a implantação das primeiras povoações mineiras, Assumpção (1989) afirma

Situavam-se geralmente a meia encosta nos terrenos acidentados da Minas, protegidos dos ventos mais fortes que costumam soprar nas cumeadas de serras e a cavaleiro dos cursos d'água, locais mais baixos, sujeitos a pestes e inundações. (ASSUMPÇÃO, 1989, p. 132)

Além disso, a área ocupada no Tejuco era topograficamente mais favorável, e possibilitou arruamentos transversais à encosta, seguindo as curvas de nível do terreno natural. Esses arruamentos são, atualmente, as ruas do Rosário, Bonfim, Carmo, Quitanda e Direita.

Os caminhos que foram surgindo faziam não só a ligação entre os arraiais como também entre esses e os pontos de mineração. Os caminhos que uniram os quatro arraiais, normais entre si, cruzaram-se, conformando o centro urbano que se consolidou. Esses caminhos, atualmente, são as ruas do Amparo, das Mercês, da Quitanda e do Carmo. Os arraiais periféricos ligaram-se dois-a-dois, por caminhos que se constituíram em uma perimetral da área quadrangular. As saídas se davam pelos ângulos, como se fossem tangentes da área central.

Conforme observação de Vasconcellos (1959), o Arraial do Tejuco, nascido no Burgalhau, teve seu centro transferido “mais para cima e mais para a esquerda”, devido às condições topográficas do lugar.

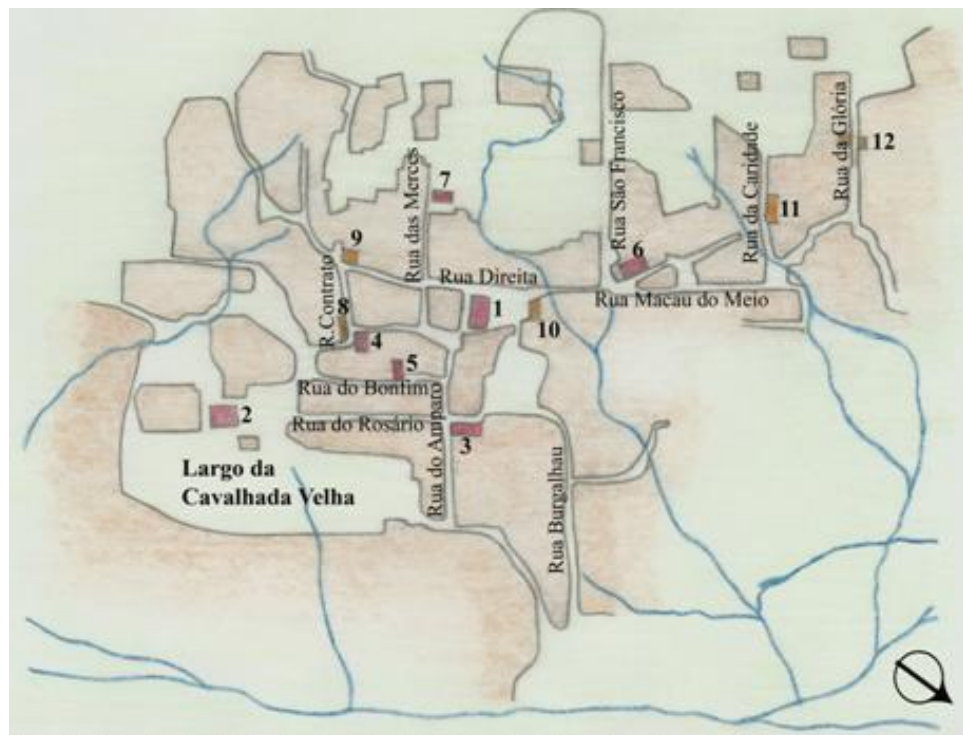
A segunda etapa do desenvolvimento pode ser compreendida entre 1720 e 1750, quando a parte urbana se organizou num reticulado. (Figura 10)

Tanto desenvolvimento em tão pouco tempo deveu-se à descoberta dos diamantes, nos primeiros anos da década de 1720, e que se fez saber pela Coroa em 1729. O diferencial no tecido urbano que constatou a rapidez na estruturação do arraial no século XVIII foi a presença das igrejas inseridas dentro das quadras, sem o recorrente largo ao seu redor.



Figura 10 – Croqui da ocupação do Tejuco entre 1720 e 1750.
 Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Planta do Arraial do Tejuco, 1772. Arquivo histórico do Exército, RJ.

A terceira etapa desse desenvolvimento, entre 1750 e final do século XVIII, se caracterizou pela consolidação do seu traçado urbano e expansão. (Figura 11)



Legenda: 1 Matriz de Santo Antônio, 2 Igreja do Rosário, 3 Igreja do Amparo, 4 Igreja do Carmo, 5 Igreja do Bom Fim, 6 Igreja São Francisco, 7 Igreja das Mercês, 8 Casa do Contrato, 9 Casa de Chica da Silva, 10 Casa da Intendência, 11 Santa Casa, 12 Casa da Glória.

Figura 11 – Croqui da ocupação do Tejuco entre 1750 e final do século XVIII.
 Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Planta do Arraial do Tejuco, 1772. Arquivo histórico do Exército, RJ.

Naturalmente, estes primitivos caminhos, tão logo se transformaram em ruas e tão logo as condições o exigiram, se multiplicaram em paralelas que normais entre si ou interligadas por becos, viriam a constituir o reticulado que compõe a parte urbana propriamente dita da povoação. Este reticulado, como é normal, amiúda-se, subdividindo-se, à medida que se aproxima de seu centro, limitado pelas ruas do Bonfim, Contrato e Direita. Nos dois extremos desta área central, localizaram-se as construções mais importantes do lugar: de um lado, a Matriz de Santo Antônio e, de outro, a Casa do Contrato. (VASCONCELLOS, 1959, p. 129)

Nessa fase, os caminhos duplicaram-se em paralelas, e a população se expandiu subindo as encostas através da Rua da Glória e da Rua da Caridade. Essa fase polarizou-se na capela de Nossa Senhora da Luz, construída no início do século XIX.

Numa quarta fase identificamos os principais fatos históricos propulsores de sua consolidação e expansão – de 1800 a 1900: emancipação do município do Serro e elevação do Arraial a Vila Diamantina (1831); a Vila passa a ser Cidade (1833); o fim do monopólio português e a instituição do garimpo livre (1845); e a instalação de algumas fábricas (têxtil, vinho e lapidação de ouro). Nessa fase, a malha urbana alcançou toda a encosta até então parcialmente ocupada, avançando-se para oeste e também para leste. O córrego do Rio Grande, que fazia as vezes de conter a expansão urbana rumo à Serra dos Cristais, foi transposto, e o pé da Serra começou a ser ocupado. (Figura 12)



Legenda: 1 Matriz de Santo Antônio, 2 Igreja do Rosário, 3 Igreja do Amparo, 4 Igreja do Carmo, 5 Igreja do Bom Fim, 6 Igreja São Francisco, 7 Igreja das Mercês, 8 Casa do Contrato, 9 Casa de Chica da Silva, 10 Casa da Intendência, 11 Santa Casa, 12 Casa da Glória, 13 Igreja da Luz, 14 Igreja Sagrado Coração de Jesus, 15 Mercado Velho.

Figura 12 – Croqui da ocupação do Tejuco no século XIX.

Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

O século XX trouxe para Diamantina a ferrovia, e com ela muitas melhorias. Nessa fase, a cidade passou a ser o centro administrativo da microrregião do Vale do Alto Jequitinhonha. A Matriz de Santo Antônio, a primeira do povoamento (junto à Rua Direita), foi demolida e em seu lugar construída a atual Catedral.

Em 1938, como mencionado anteriormente, o conjunto arquitetônico da cidade recebeu o título de Patrimônio Histórico Nacional. Em 1946, com o avanço urbano, estabeleceu-se o perímetro da área tombada, que pode ser vista na Figura 13.

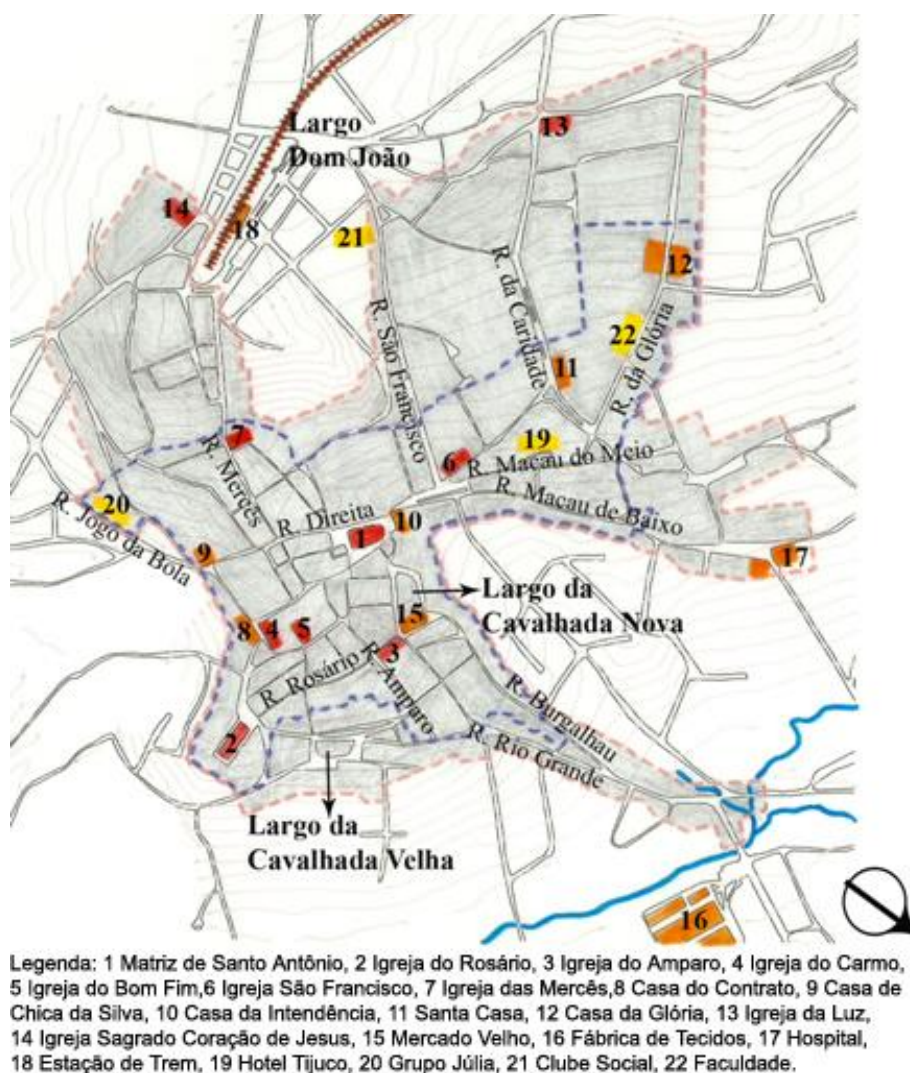


Figura 13 – Croqui do Centro Histórico de Diamantina no século XX.
Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

Na segunda metade do século XX, Diamantina ganha edifícios modernistas. As influências políticas de Juscelino Kubitschek, então governador do Estado de Minas Gerais trouxeram para Diamantina, três edificações de Niemeyer – hotel, escola e clube – além da criação da Faculdade de Odontologia de Diamantina, em 1953.

Em 1970, a ferrovia foi desativada e a expansão urbana passou a ser pela rodovia. Nessa etapa, verifica-se uma expansão urbana em todos os sentidos, seguindo soluções adotadas pelo crescimento espontâneo.

Em 1999, parte do conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Um novo perímetro foi delimitado (Figura 13). Essa conquista só foi possível com a elaboração de um Plano Diretor, instituído pela Lei Complementar nº 0035 de 28 de setembro de 1999.

Nos últimos doze anos, a malha urbana se expandiu por todas as encostas. (Figura 14) Esse crescimento é resultado, dentre outros, da implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) na cidade, em 2005, provocando uma demanda crescente na área de habitação.

A expansão urbana, orientada pelos interesses imobiliários da elite local, acontece ao longo das vias de comunicação, num crescimento em forma de “tentáculos”.

A malha urbana do Centro Histórico, adequada e adaptada à topografia natural do sítio não foi seguida nas áreas de expansão urbana planejadas e devidamente regularizadas. Essas novas implantações apresentam um tecido urbano em malha reticulada e ortogonal lançado no terreno natural, sem adaptações.

Entretanto, nas áreas de ocupação da população de baixa renda, que ilegalmente vai ocupando, loteando as terras, o tecido urbano procura se adaptar ao relevo acidentado, buscando caminhos através do sentido das curvas de nível, e apresentando um caráter orgânico assim como no tecido urbano do Centro Histórico.

O eixo de expansão privilegiado é no sentido Oeste e Sudeste, no qual identificamos respectivamente: expansão pela rodovia e expansão pela estrada de terra, investimentos imobiliários para classe média e alta e ocupação residencial da classe baixa.

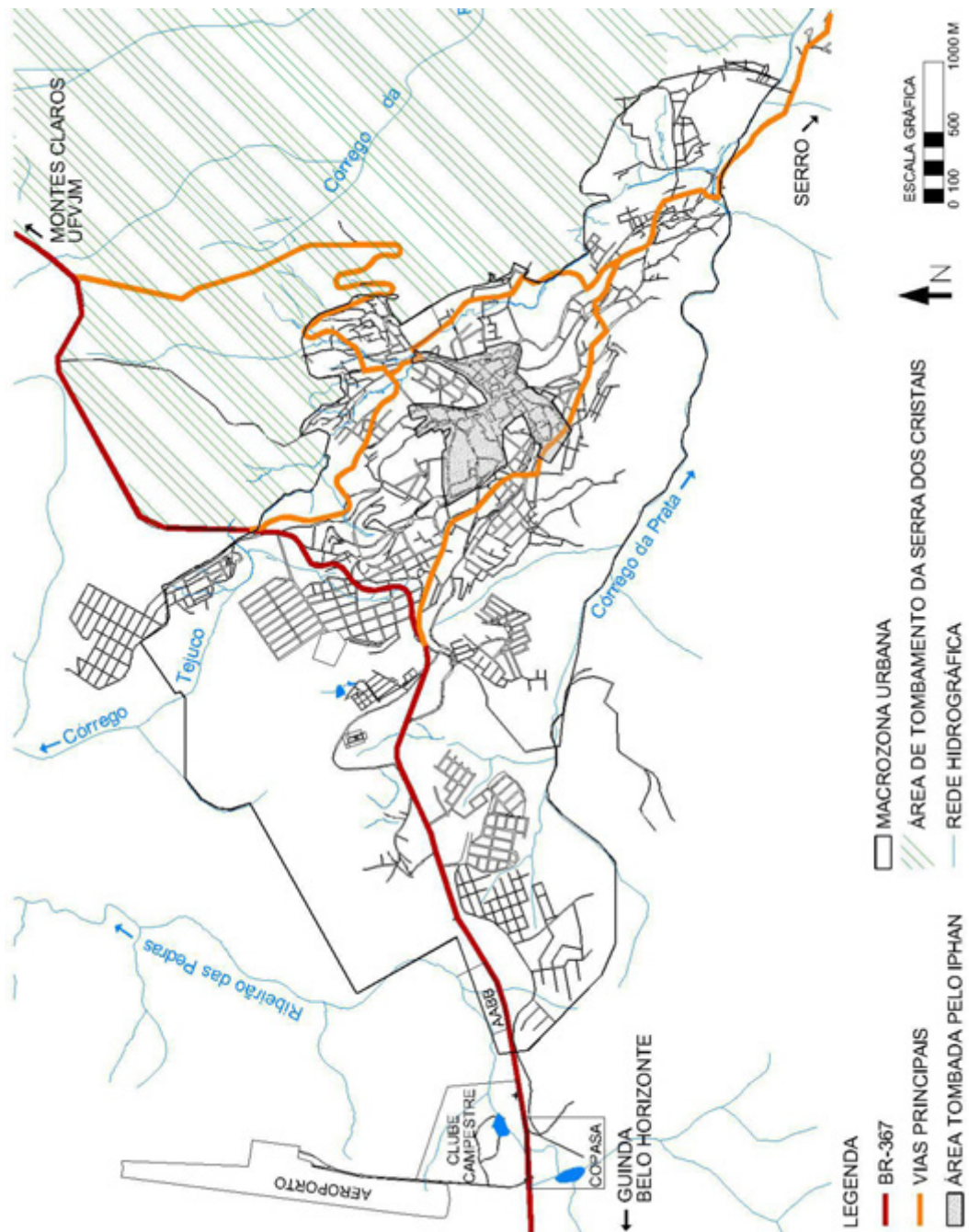


Figura 14 – Croqui da ocupação urbana de Diamantina até 2012.
 Elaboração: Rafaela Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

Nesse estudo sobre a evolução urbana de Diamantina foi possível identificar quatro períodos principais: o período da exploração do ouro (até 1720), o período da exploração do diamante (1720 e 1950), o período após tombamento do IPHAN e marcado pelo início das atividades turísticas (1950 a 2005), e o período marcado pela consolidação das atividades turísticas e implantação da UFVJM (após 2005).

O que se pode perceber ao longo do estudo sobre a evolução urbana de Diamantina é que a centralidade, durante os três primeiros períodos esteve na área do Centro Histórico. Entretanto, com a consolidação das atividades turísticas, o Centro Histórico passou por um processo de valorização imobiliária, o que fez com que o uso residencial cedesse espaço para as novas atividades demandadas pelo turismo. Com a implantação da universidade, a demanda por áreas comerciais e de prestação de serviço para atender à população emigrante colaborou, ainda mais, para a valorização das áreas centrais. Com uma demanda habitacional crescente, novas áreas foram ocupadas, ampliando a malha urbana. Devido à distância dessas áreas de expansão com relação ao Centro Histórico, e também à incapacidade desse de absorver os novos usos, devido às limitações do tombamento pelo IPHAN, é perceptível o início de um processo de formação de uma nova centralidade. (Figura 15)



Figura 15 – Linha do tempo de Diamantina.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

4.3. A estrutura urbana

Do processo de interação do homem com o espaço natural surgem os espaços humanizados, ou seja, espaços onde o homem desenvolve suas atividades. Ao humanizar o espaço, o homem está inserindo modificações, que nada mais são que adaptações do espaço às suas demandas, respondendo a determinadas finalidades. (SERRA, 1987). Essas adaptações são construídas coletivamente, vão se acumulando ao longo do tempo, e expressando assim, as características (cultura e tecnologia) daquela ocupação do espaço, daquele povoamento.

A forte influência do sítio natural na conformação urbana de Diamantina se manifesta através do relevo e da hidrografia. Além dos condicionantes físicos, os fatores econômicos, políticos e sociais também determinam as formas de ocupação urbana.

A malha urbana pode ser compreendida através da análise das articulações viárias e da análise dos seus tecidos urbanos. Em Diamantina, a malha urbana é condicionada pelos elementos naturais do sítio. A nordeste, o córrego do Rio Grande e a Serra dos Cristais são limites e barreiras naturais à expansão urbana; a sul a topografia acidentada e o córrego da Prata também limitam e condicionam a malha urbana. A sudeste, o curso d'água e a antiga estrada de ligação a Serro induzem as ocupações; a oeste, a presença da rodovia (BR-367) e a topografia facilitam e promovem a ocupação urbana.

Assim, as vias principais e estruturantes da malha urbana formam uma perimetral da área consolidada, triangular, com saída pelos ângulos e tendo como centro de gravidade o centro histórico. Essas saídas são: pela BR-367 a oeste e também a norte, e pela antiga estrada para o Serro, a sudeste. (Figura 16)

Nessa primeira análise, percebemos que a expansão urbana seguiu as direções apontadas desde a ocupação inicial do sítio, quando do período dos três arraiais iniciais – o arraial de Cima, de Baixo e do Rio Grande. Assim, a característica do assentamento de Diamantina continua não sendo linear, mas estruturada pelas vias principais.

O fato da área já consolidada estar contida pelos limites naturais do sítio contribui para que se configure com uma única centralidade. Essa centralidade corresponde ao Centro Histórico, e pode ser representada pelo Largo da Catedral, antiga Matriz de Santo Antônio.

Segundo Conzen (2008) *fringe-belts* são áreas urbanas que têm como características principais a baixa densidade de ocupação, o uso não residencial predominante e limites bem demarcados. Em Diamantina, podemos perceber a presença de *fringe-belts* localizados tanto no interior da malha urbana quanto nas suas áreas de expansão. A área onde está implantada a indústria de tecidos e o terreno pertencente à Santa Casa de Misericórdia são exemplos de *fringe-belts* internos. Como exemplos de *fringe-belts* externos, pode-se citar as áreas onde estão instalados a UFVJM, a área do Aeroporto, o Clube Campestre Diamantinense (CCD) e a Associação Atlética do Banco do Brasil

(AABB). Os *fringe-belts* também constituem-se em barreiras físicas ao crescimento da malha urbana e estruturam e condicionam as áreas de expansão urbana.

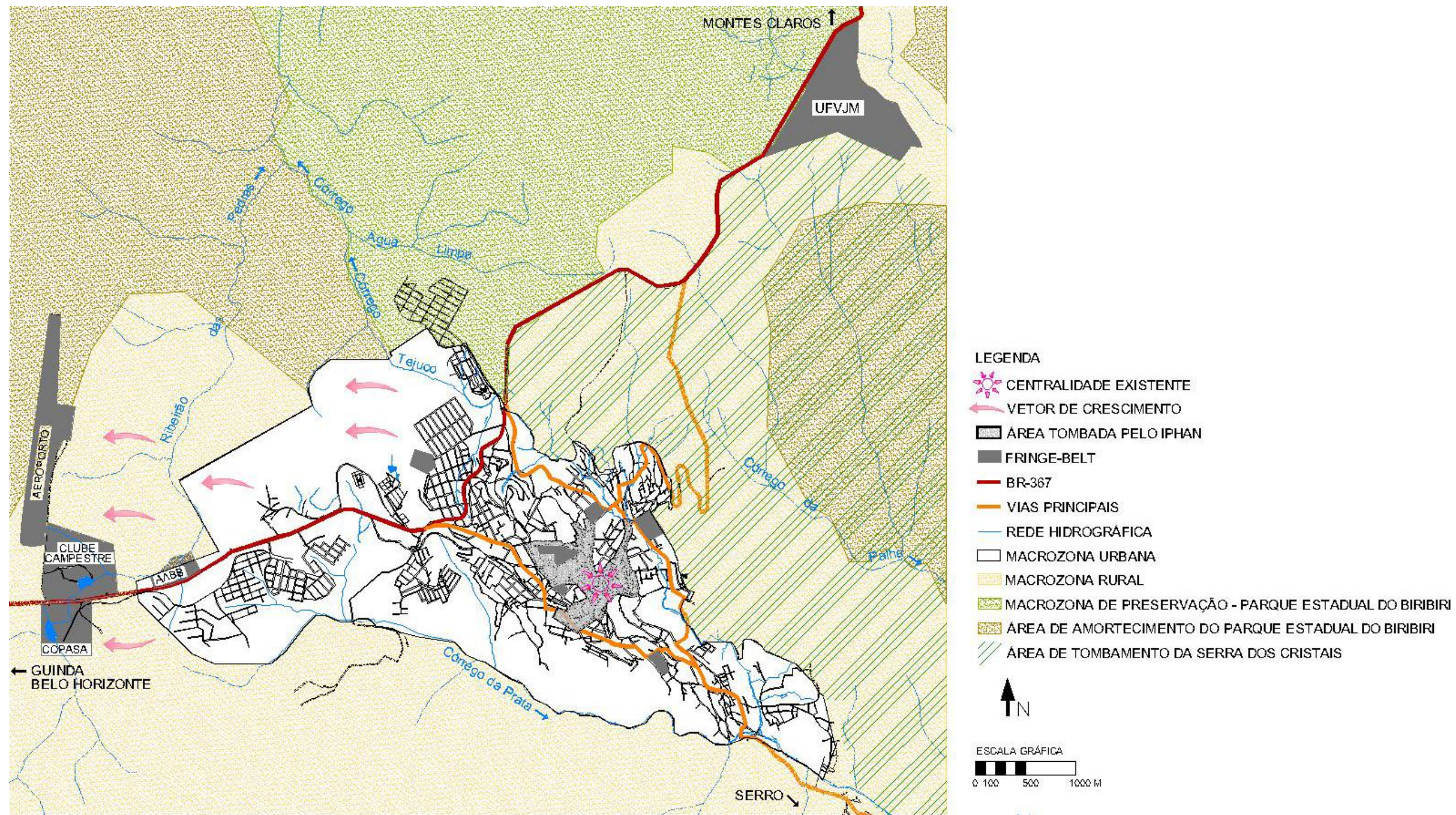


Figura 16 – Croqui da malha urbana de Diamantina.
 Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

A malha urbana de uma cidade é formada por vários tecidos urbanos, compostos pela reunião de elementos tipológicos (PEREIRA COSTA, 2004). Segundo Pereira Costa (2007),

Para a identificação de um tecido urbano, consideram-se as características gerais de seus elementos construídos, o modelo de assentamento no solo, o número de pavimentos e o uso resultantes desse modelo. Ressaltam-se as características do estilo arquitetônico e o uso dos materiais de revestimento que constituem produtos da sociedade materializados através do tempo. (PEREIRA COSTA, 2007, p.5)

Analisando a malha urbana de Diamantina pode-se identificar cinco tecidos urbanos diferentes, assim divididos em razão de semelhanças quanto à época de ocupação, traçado urbano, tipologia dos lotes, das edificações, e predominância de uso do solo urbano (Figura 17)

Os cinco tecidos urbanos identificados são os seguintes:

- Tecido Urbano 1, correspondente ao centro histórico;
- Tecido Urbano 2, correspondente à ocupação da encosta da Serra dos Cristais;
- Tecido Urbano 3, correspondente às ocupações recentes em fase de consolidação;
- Tecido Urbano 4, correspondente à área de expansão urbana;
- Tecido Urbano 5, correspondente aos *fringe-belts*.

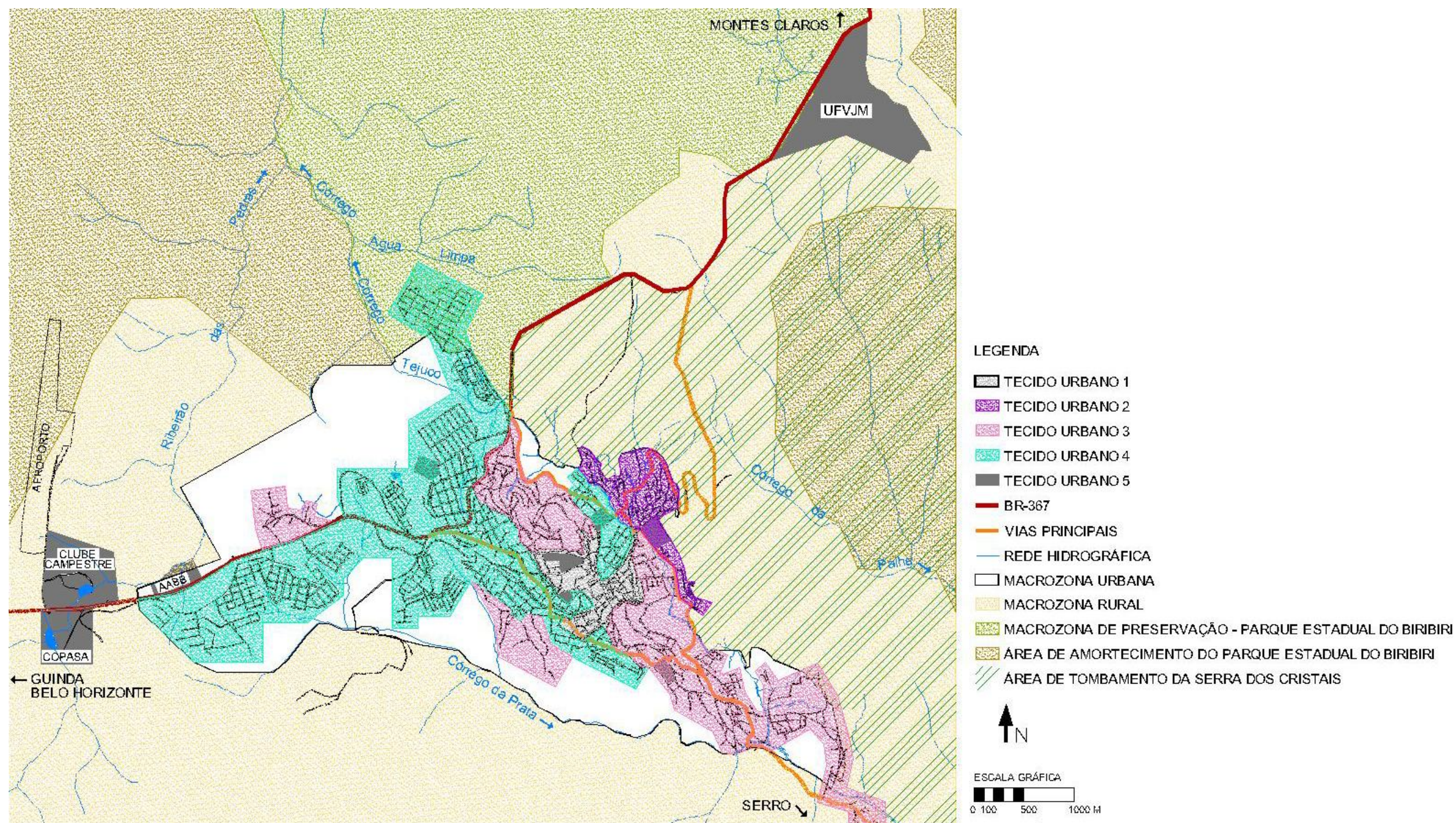


Figura 17 – Croqui dos tecidos urbanos de Diamantina.
 Elaboração: Rafaela Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

4.3.1. O Tecido Urbano 1 – Centro Histórico

O Tecido Urbano 1 corresponde ao Centro Histórico de Diamantina, e é caracterizado pela sua ocupação inicial e demarcado segundo o tombamento do IPHAN de 1938.

O tecido urbano, apesar de irregular, tende ao reticulado, com vias sinuosas e largas irregulares. Os lotes são predominantemente estreitos e compridos, com a área edificada junto à divisa frontal, e sem afastamentos laterais.

As edificações são, predominantemente, em dois pavimentos no lado de cima da rua, sendo o primeiro para uso comercial e o segundo para uso residencial; e as edificações da parte mais baixa são preferencialmente de um pavimento à frente e dois ao fundo, acompanhando o terreno natural. As fachadas dos casarios são exemplares do estilo construtivo colonial brasileiro, com um ritmo bem marcado entre cheios e vazios, e por estarem na testada do lote, conformam e delimitam os espaços públicos. (Figura 18)

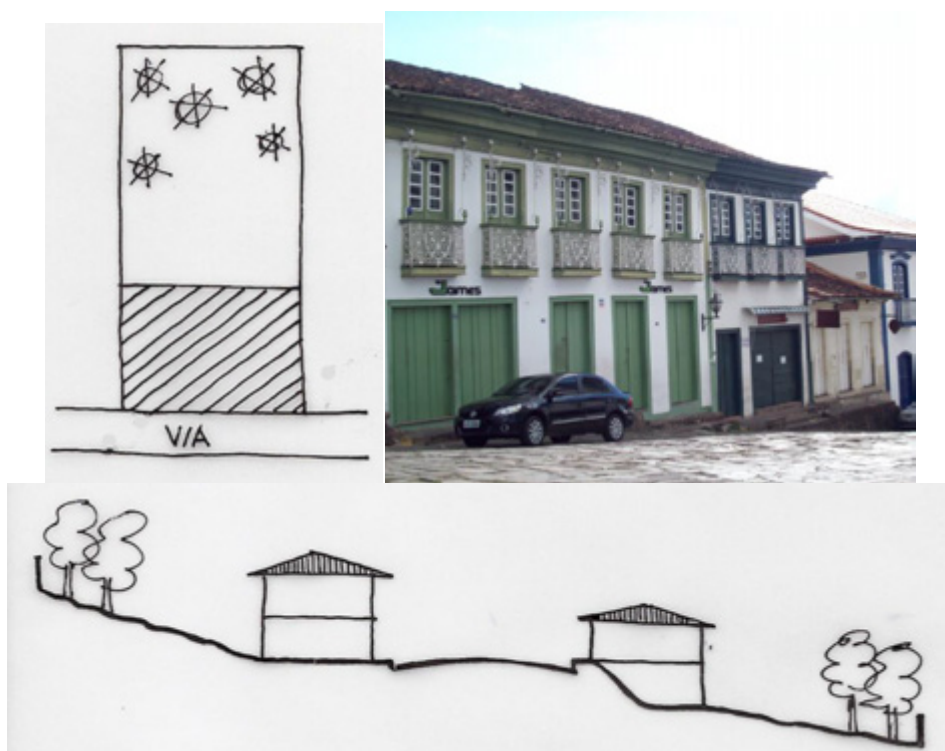


Figura 18 – Tecido Urbano 1 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No Centro Histórico de Diamantina, podemos perceber alguns dos efeitos e sensações apontadas por Cullen (2009) que enfatizam a riqueza do traçado urbano da cidade. Considerando a grande extensão do Centro, e os muitos percursos possíveis, os exemplos apresentados a seguir foram selecionados aleatoriamente, e não estão na seqüência de um percurso específico.

O “ponto focal” para Cullen (2009, p.28) é o local que agrega força e poder, e assume ser o “símbolo vertical de convergência”. Em Diamantina, o “ponto focal” é o Largo da Catedral, representado pela Igreja Matriz. A origem do Largo da Catedral, no local onde os três arraiais iniciais da cidade se uniam e onde foi construída a primeira igreja, agrega força e poder ao local, e a verticalidade é marcada pela tipologia arquitetônica. Por ser local de intenso fluxo de pessoas, pedestres ou em automóveis, o local está sempre movimentado.



Figura 19 – A Catedral – “ponto focal”, “privilégio” e “desníveis”.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A escadaria da Catedral, e também de outras edificações do entorno se tornam local de espera e encontro, onde as relações interpessoais acontecem. A apropriação das escadarias, através da ocupação estática, segue a lógica do “privilégio”, uma vez que estando ali, de pé ou sentado, o individuo está privilegiado pela “qualidade imediata da vista que proporciona sobre a paisagem” (CULLEN, 2009, p.26). (Figura 19)

Os “recintos” são os locais onde a escala humana prevalece e onde as relações interpessoais acontecem com maior frequência (CULLEN, 2009, p. 27). Em Diamantina os “recintos” podem ser exemplificados pelos becos estreitos e também pela Rua da Quitanda, onde predomina o sossego e a tranquilidade, onde o pedestre caminha despreocupado e longe dos veículos. (Figuras 20 e 21)



Figura 20 – O Beco da Tecla – “recinto”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 21 – A Rua da Quitanda – “recinto”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Os “estreitamentos”, segundo Cullen (2009, p.47) “permitem manter uma atmosfera de recinto mas não impedem o trânsito dos veículos” e nem dos pedestres. Um bom exemplo de estreitamento é o local onde está construído o Chafariz, por onde se faz a ligação entre a Praça Juscelino Kubitschek e o Largo da Catedral. Como caracterizado, o estreitamento ajuda a “estabelecer a articulação da cidade”, e o Chafariz está no ponto onde foi feita a união entre os três primeiros arraiais e o quarto arraial formado no início do século XVIII. A atmosfera de recinto é criada quando as pessoas ali param para descansar sentadas na sua borda, ou para se refrescarem com a água. (Figura 22)

O “edifício-barreira”, para Cullen (2009, p.32) é um elemento que bloqueia momentaneamente uma saída, delimitando espaços. Na malha urbana irregular do Centro de Diamantina podemos encontrar vários exemplos de “edifício-barreira”, entre os quais destacamos a Casa de Chica da Silva, que fecha a visada de quem vem da antiga Casa do Contrato, na rua do Contrato, e funciona “como elemento de pontuação ou delimitação” no trajeto. (Figura 23)



Figura 22 – O Chafariz – “estreitamento”.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 23 – A Casa de Chica da Silva –
“edifício-barreira”.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Outra situação que enriquece o tecido urbano e a qualidade da paisagem é a presença de “acidentes”, que são elementos que têm a “capacidade de prender o olhar, impedindo-o de deslizar para longe, e evitando, desta forma, a monotonia” (CULLEN, 2009 p.46). Um exemplo de “acidente” ao longo das ruas diamantinas é a Igreja do Amparo, na rua de mesmo nome. Pelo fato de estar inserida na malha urbana, essa igreja não tem o recorrente largo, mas ainda assim, cria um efeito de silhueta e destaca do casario. (Figura 24)



Figura 24 – A Igreja do Amparo – “acidente”.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No Centro Histórico o casario apresenta características semelhantes, tornando homogêneo o seu conjunto arquitetônico: o telhado colonial, a

alvenaria branca, o ritmo bem marcado pelas aberturas (portas e janelas), a estrutura e esquadrias em madeira. (Figura 25)



Figura 25 – O conjunto arquitetônico do Centro de Diamantina - homogeneidade.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Entretanto, na segunda metade do século XX, alguns edifícios modernistas foram construídos, se destacando do conjunto consolidado. Esses edifícios exemplificam a situação de “contraste” apresentada por Cullen (2009, p.79), e pode ser exemplificado pelo Hotel Tijuco, projeto por Oscar Niemeyer. (Figura 26)



Figura 26 – O Hotel Tijuco – “contraste”.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Como em todas as cidades coloniais brasileiras, a presença das igrejas é uma característica marcante. As torres das igrejas são os elementos mais importantes da caracterização da paisagem urbana dessas cidades, inclusive em Diamantina. A “silhueta” é formada pela linha que separa a cobertura das edificações da “leveza dos volumes celestes”, assim como serve “para capturar

o céu, entrelaçando-se com ele e ligando-o, assim, à terra”. (CULLEN, 2009, p. 42). (Figura 27)



Figura 27 – Silhueta da cidade de Diamantina.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Com as análises embasadas nos conceitos de Cullen (2009) foi possível a verificação da qualidade da paisagem urbana no Centro de Diamantina segundo as diferentes sensações que o espaço urbano, livre ou construído, proporciona ao transeunte.

Entretanto, as qualidades do espaço urbano também podem e devem ser analisadas segundo a sua legibilidade. Em Diamantina, podemos perceber as qualidades apontadas por Lynch (2009) no seu Centro Histórico.

A “singularidade ou clareza das figuras de fundo” pode ser percebida através da evidência de limites, de fechamentos ou do contraste, e contribui para a identificação de um elemento, tornando-o “notório, vivo e reconhecível” (LYNCH, 2009, p. 109). Na Biblioteca Antônio Torres, encontramos uma janela com muxarabiê⁸, que a destaca em relação às demais. (Figura 28)



Figura 28 – A “singularidade” do muxarabiê .
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

⁸ Muxarabiê é um balcão protegido, em toda a altura da janela, por uma treliça de madeira, assegurando ventilação e sombra, além da possibilidade de poder olhar para o exterior sem ser observado.

A “simplicidade de forma” visual em sentido geométrico e a limitação das partes contribuem para uma leitura facilitada, uma vez que formas complexas estão mais susceptíveis de distorções pelos observadores. As formas simples “são mais facilmente incorporadas na imagem” (LYNCH, 2009, p. 109). No Mercado Velho, a vedação de madeira com aberturas arqueadas definem a fachada de forma simples e marcante. (Figura 29)



Figura 29 – O Mercado Velho – “simplicidade de forma”.
Fonte: Rafeale Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A “continuidade” é uma qualidade que facilita a percepção de uma realidade complexa, sugerindo uma “identidade própria” (LYNCH, 2009, p. 109). Nas ruas de Diamantina, o alinhamento frontal da edificação, o ritmo bem marcado entre cheios e vazios, a tipologia das esquadrias e a composição dos telhados contribuem para a idéia de continuidade através da superfície vertical. A proximidade das partes, verificado na ausência de afastamento lateral entre as edificações reforça a continuidade. (Figura 30)



Figura 30 – A “continuidade” na Rua Burgalhau.
Fonte: Rafeale Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A “predominância” de uma parte em relação às demais permite a “necessária simplificação da imagem por omissão e inclusão” (LYNCH, 2009, p. 110). As características físicas das igrejas em Diamantina, pelo seu tamanho e tipologia arquitetônica fazem com que elas predominem na paisagem. (Figura 31)



Figura 31 – A “predominância” da Igreja do Rosário na paisagem.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Uma boa visibilidade das ligações e a relação clara e de interligação proporcionam “clareza de ligação” entre os elementos da paisagem. “As ligações são os pontos estratégicos de uma estrutura”, e por isso, devem ser facilmente percebidos (LYNCH, 2009, p. 110). Em Diamantina, a interseção das ruas Macau do Meio e Macau de Baixo exemplificam a “clareza de ligação”: a separação entre as ruas é bem marcada através do desnível, da presença do guarda-corpo e da vegetação. (Figura 32)



Figura 32 – Interseção das ruas Macau do Meio e Macau de baixo – “clareza de ligação”.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A “diferenciação direcional” também pode ser percebida no centro de Diamantina, na Rua das Monteiras. Ali, as diferenças de um lado do outro da rua orientam o observador no seu percurso, sabendo que no sentido centro-Igreja da Luz ele encontrará um balaustre e uma visada aberta à sua direita, e edificações à sua esquerda. (Figura 33)



Figura 33 – A Rua das Monteiras – “diferenciação direcional”.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

O “alcance” visual é uma qualidade que facilita a compreensão do todo, aumentando a eficiência da visão, através da “organização, penetração e poder de resolução” (LYNCH, 2009, p. 110). Com a topografia acidentada de Diamantina, muitos são os pontos onde o alcance visual é possível. Entre eles, destacamos o mirante na Avenida Francisco Sá, de onde é possível uma vista da ocupação no sentido da Serra dos Cristais. (Figura 34)



Figura 34 – Mirante na Avenida Francisco Sá – “alcance” visual.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A “consciência do movimento” é uma qualidade que reforça “aquilo que o observador pode fazer para interpretar a direção ou a distância e dar forma ao seu próprio movimento” (LYNCH, 2009, p. 111). As referências visuais e cinestésicas em Diamantina são muitas, e podem ser exemplificadas pela Avenida Francisco Sá. (Figura 35)



Figura 35 – Avenida Francisco Sá – “consciência do movimento”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

As “séries temporais”, nas quais “um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue” (LYNCH, 2009, p. 111) ajudam o observador a marcar os intervalos temporal e espacial. Em Diamantina, devido à predominância da homogeneidade, as séries temporais foram pouco utilizadas; ao longo da Rua do Carmo, podemos perceber uma sequência simples, marcada pela diferença de volumetria e gabarito das edificações. (Figura 36)



Figura 36 – Sequencia simples na Rua do Carmo.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A última qualidade apontada por Lynch (2009) se refere a “nomes e significados”, que são “características não físicas que podem reforçar a

imagem de um elemento”, orientar na localização e cristalizar uma identidade. Em Diamantina, os nomes dos Becos e ruas fazem referências à fatos, pessoas e sentidos de localização. Por exemplo, a “Rua do Rio Grande”, é a rua que liga o centro ao córrego de nome Rio Grande, facilitando na sua localização e pontos de ligação. Outro exemplo são as ruas do Amparo, das Mercês, do Rosário, do Carmo e São Francisco, que levam o nome das igrejas que nelas se inserem ou a que elas se ligam. (Figura 37)



Figura 37 – Rua das Mercês – “nome e significado”.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Com as análises embasadas nas qualidades apresentadas por Lynch (2009) se pode perceber que Diamantina possui alta legibilidade no seu Centro Histórico.

Outra forma de avaliar a paisagem urbana é de acordo com as qualidades artísticas do espaço urbano. Seguindo essa linha, nos estudos de Sitte (1992) encontram-se alguns dos princípios artísticos de composição do espaço urbano, entre os quais: relação entre as edificações e praças e entre ruas e praças, o centro livre, a dimensão e a forma das praças em relação aos edifícios principais e ao seu traçado.

A composição do espaço urbano de Diamantina apresenta os princípios apontados por Sitte (1992): profundidade, monumentalidade, harmonia e irregularidade.

A “profundidade” pode ser verificada na Igreja do Bom Fim, que recuada do alinhamento da rua, ganha destaque na paisagem. (Figura 38)

A “monumentalidade” pode ser verificada na Igreja São Francisco, que além de estar recuada, também está num nível superior ao do observador (Figura 39).



Figura 38 – A Igreja do Bom Fim – “profundidade”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 39 – A Igreja São Francisco –
“monumentalidade”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A harmonia e a irregularidade das praças podem ser observadas na Praça Barão de Guaicuí, onde o casario delimita e conforma o espaço público, e o Mercado o estrutura fisicamente, como reflexo das questões sociais, econômicas e políticas. (Figura 40)



Figura 40 – A Praça Barão de Guaicuí – harmonia e irregularidade.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

As análises feitas, segundo os estudos de Cullen (2009), Lynch (2009) e Sitte (1992), contribuem para a compreensão da paisagem urbana e seus reflexos na composição dos outros tecidos urbanos de Diamantina. O estudo no Centro Histórico, Tecido Urbano 1, aponta um espaço urbano rico em produzir e estimular sensações, um espaço legível e facilmente identificado, e com características artísticas que o tornam único.

O uso do solo no Centro Histórico é bem diversificado, e nele a atividade comercial, a prestação de serviços e o uso institucional estão mais concentrados. (Figura 41) As atividades cotidianas da população demandam sua passagem pelo Centro: compras, serviços bancários e institucionais, lazer, entre outros.

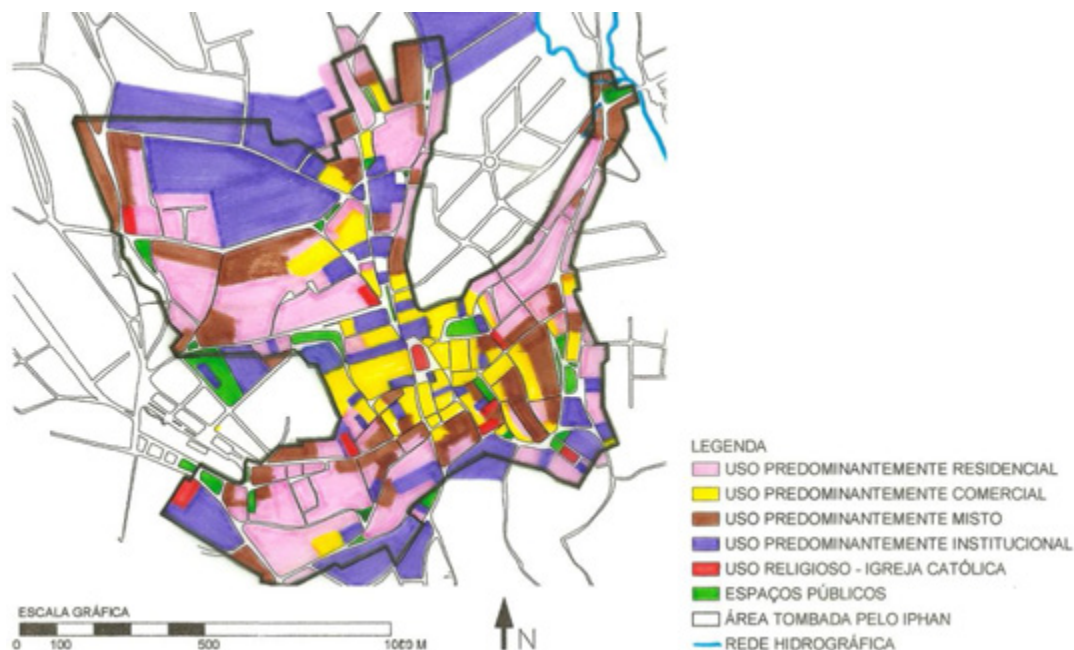


Figura 41 – O predomínio do uso do solo urbano no Centro Histórico de Diamantina.
Elaboração: Rafael Bogatzky Ribeiro Corrêa, 2012.
Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

Com a atividade turística intensa na cidade, no Centro também está a maior parte das atividades voltadas ao atendimento dos turistas, através de pousadas, hotéis, restaurantes, lojas de artesanato e presentes, agências de viagens e turismo, entre outros.

Os espaços públicos que se destacam estão conformados pelos largos e praças. O cruzamento de ruas e os espaços que envolvem as igrejas configuram espaços singulares no tecido urbano, e são caracterizados pela pouca arborização. Os espaços apresentados possuem, além do uso cotidiano, um uso voltado para a atividade turística. Eventos musicais e religiosos são os que mais se destacam (CORREA e LUSTOZA, 2011).

4.3.2. O Tecido Urbano 2 – ocupação da Serra dos Cristais

O Tecido Urbano 2 corresponde à ocupação da Serra dos Cristais, e é caracterizado por uma ocupação do início no século XX, induzida, principalmente, pela instalação da fábrica de tecidos. Esse tecido urbano está implantado entre o Córrego do Rio Grande e a Serra dos Cristais, e apesar de ser uma área de proteção ambiental, já possui uma ocupação consolidada.

Esse tecido urbano é composto por vias sinuosas e estreitas, adaptadas à alta declividade do terreno. A área ocupada possui muitas rochas e muitos cursos d'água que se configuram como limites naturais à ocupação. Assim, muitas vias são sem saída, e/ou sem continuação com outras na malha urbana, o que resulta em quarteirões de tamanhos variados e formas irregulares. Os lotes são predominantemente estreitos e compridos. Neles, a edificação ocupa praticamente todo o lote, sem afastamento frontal, lateral e de fundos.

As edificações são, predominantemente, em dois pavimentos acima do nível da rua e um ou dois pavimentos para os fundos do lote, aproveitando o declive natural. As fachadas, assim como as edificações, não seguem uma tipologia padrão, e não são representativas de nenhum estilo arquitetônico. O padrão construtivo é de baixa renda e, na maioria das vezes, não se usa revestimento externo ou mesmo pintura. (Figura 42)

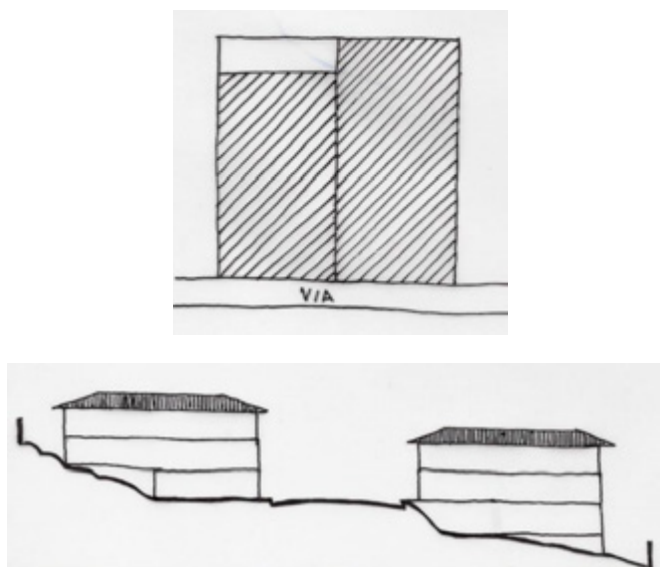


Figura 42 – Tecido Urbano 2 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Analisando a paisagem urbana no Tecido Urbano 2 se pode verificar uma riqueza maior na sua composição. A ocupação seguindo a topografia do terreno, dando ondulação ao tecido, as ruas irregulares, os diferentes padrões construtivos conferem dinamismo à paisagem. Entretanto, a presença dessa ocupação na Serra, além de infringir a legislação municipal, por se tratar de área de preservação, ainda contribui para a perda da qualidade da “singularidade” ou “clareza da figura-fundo”. A ocupação da Serra altera o contraste entre as áreas construídas e o relevo. (Figura 43)



Figura 43 – Tecido Urbano 2 – ocupação da Serra dos Cristais.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

O traçado urbano desse tecido contribui para que se diferencie na malha, e proporciona elementos para que funcione como uma unidade, um “bairro” e assim se torne legível. Entretanto, se pode perceber que os elementos que poderiam agregar valor à paisagem urbana não são tratados com o devido cuidado, e assim, assumem função contrária à esperada.

Exemplo disso é o Córrego Rio Grande, que mesmo como elemento delimitador entre áreas, poderia ser trabalhado com uma “costura”, como linha de continuidade, com “diferenciação direcional”, e onde o “alcance visual” promovesse uma paisagem que integrasse o natural ao edificado. Entretanto, a falta de tratamento da água do córrego e o descuido com suas margens promovem a sensação de limite, de barreira. (Figura 44)

O uso do solo predominante é o uso residencial – unifamiliar e multifamiliar. Nas vias estruturantes desse tecido, o uso misto é encontrado, mesclando o uso residencial com um comércio local e de pequeno porte. (ANEXO G)



Figura 44 – Vista do Córrego do Rio Grande.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

De acordo com o Plano Diretor Municipal, a área está inserida na Zona Residencial de Requalificação Urbana e Contenção (ZRRUC). Essa zona é destinada ao uso predominantemente residencial, de baixa densidade, e para ela estão previstas ações de contenção da expansão urbana, como forma de evitar o aumento do impacto sobre a paisagem da Serra dos Cristais, área de interesse paisagístico (DIAMANTINA, 2011d).

4.3.3. O Tecido Urbano 3 – ocupações recentes em fase de consolidação

O Tecido Urbano 3 corresponde às ocupações recentes e em fase de consolidação, que predominam na região sudeste da malha urbana de Diamantina. Esse tecido tem uma ocupação também iniciada no século XIX e apresenta-se como uma das áreas urbanas ainda em fase de expansão.

O tecido urbano é composto por vias sinuosas e estreitas, adaptadas à topografia natural do terreno. A área ocupada localiza-se às margens do Córrego Quatro Vinténs, e as vias estruturantes acompanham as curvas de nível. Os quarteirões possuem tamanhos variados e formas irregulares. Os lotes são predominantemente estreitos e compridos, e a taxa de ocupação é acima de 60%. Algumas implantações respeitam os afastamentos frontal e lateral. (Figura 45)

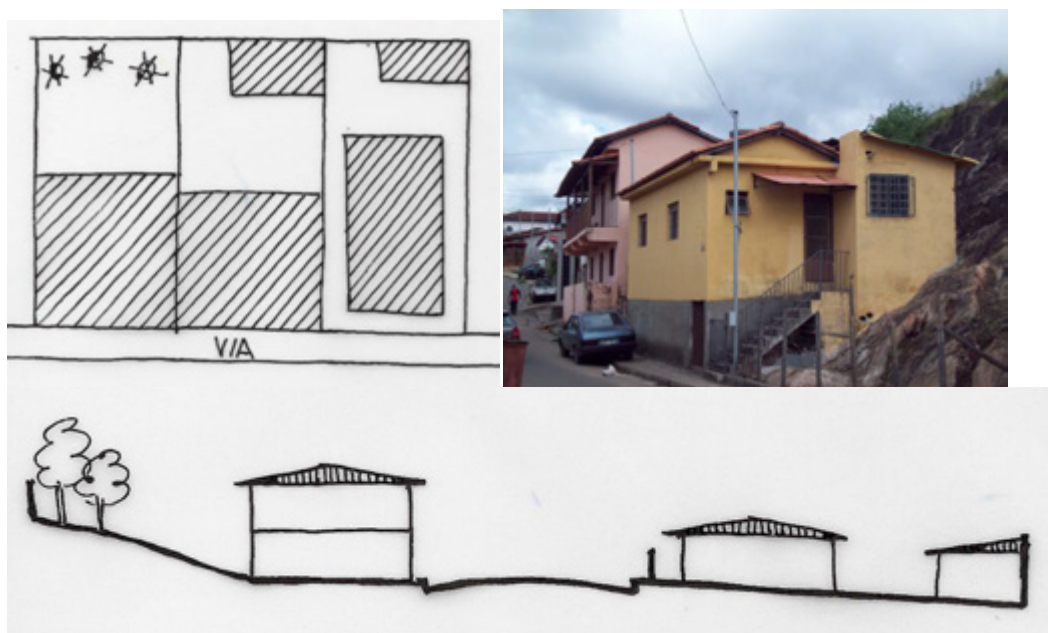


Figura 45 – Tecido Urbano 3 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

As edificações são, preferencialmente, em dois pavimentos acima do nível da rua e um ou dois pavimentos para os fundos do lote, aproveitando o declive natural. As fachadas, assim como as edificações, não seguem uma tipologia padrão, e não são representativas de nenhum estilo arquitetônico. O padrão construtivo é de baixa renda e, na maioria das vezes, não se usa revestimento externo ou mesmo pintura.

No Tecido Urbano 3, o traçado irregular e orgânico seguindo o terreno natural contribuem para a formação de paisagens ricas em sensações. Entretanto, a qualidade artística das construções e o descuido com o espaço público levam à perda de qualidade na paisagem urbana. (Figuras 46)

De acordo com o Plano Diretor vigente, esse tecido está predominantemente na área de Especial Interesse Social. São consideradas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, as áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, informais, existentes, consolidados ou propostos, que apresentam características de falta de infra-estrutura e de regularização fundiária, ou ocupação em áreas de risco e que possuem problemas sociais acentuados (DIAMANTINA, 2011).



Figura 46 – A Rua da Palha – paisagem urbana comprometida.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Nesse tecido, o uso do solo predominante é o uso residencial – unifamiliar e multifamiliar. Assim como no Tecido Urbano 2, nas vias estruturantes o uso misto é encontrado, mesclando o uso residencial com um comércio local e de pequeno porte. (ANEXO G)

4.3.4. O Tecido Urbano 4 – área de expansão urbana

O Tecido Urbano 4 corresponde às ocupações recentes na região oeste da malha urbana de Diamantina, localizado na área de expansão urbana da cidade. Esse tecido também tem a ocupação iniciada no século XX, nas áreas mais próximas ao Tecido Urbano 1, destinadas à população de classe média e baixa, e uma ocupação recente, iniciada no século XXI, destinada à população de classe média e alta nas margens da BR-367.

O tecido urbano é predominantemente reticulado, com quadras e lotes de tamanhos regulares e padronizados – lotes retangulares com 300m². Ao contrário dos outros tecidos, nesse a ocupação é planejada, projetada e na maioria das vezes legalizada – trata-se de loteamentos abertos e condomínios fechados implantados através da iniciativa privada e incentivados pelos investidores imobiliários para suprir a demanda habitacional da cidade.

As edificações são implantadas, preferencialmente, no centro dos lotes, respeitando afastamentos frontal, lateral e de fundos; são predominantemente

de uso residencial unifamiliar, de dois pavimentos, e com uma tipologia contemporânea. (Figura 47)

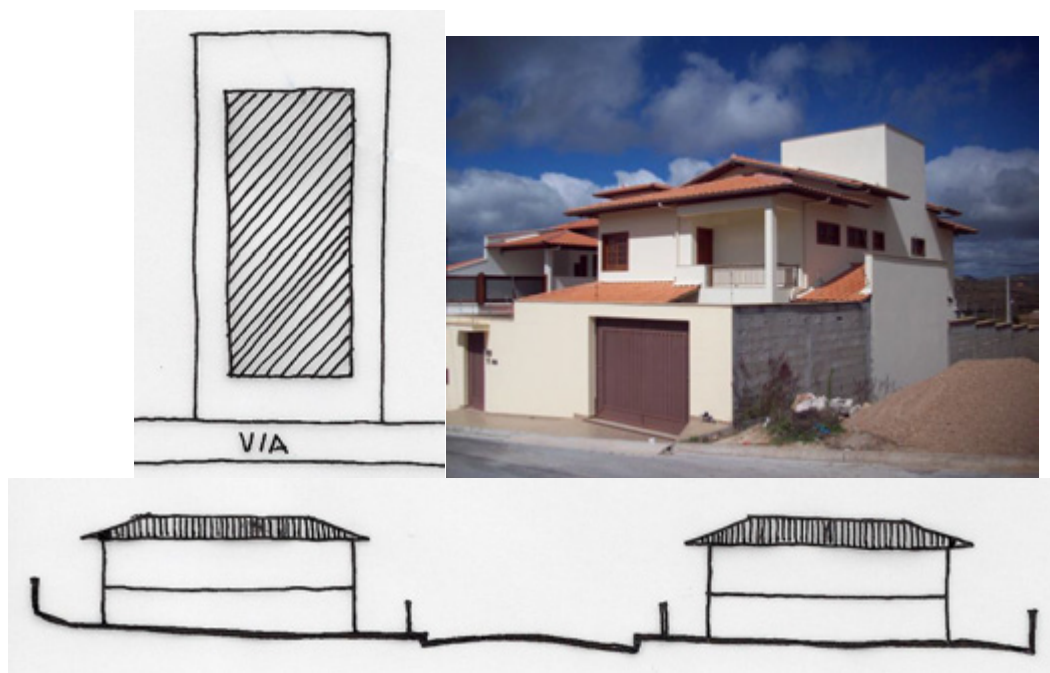


Figura 47 – Tecido Urbano 4 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Elaborado por Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No Tecido Urbano 4, caracterizado pelo traçado regular e a sua implantação sem a devida adequação ao terreno natural, a paisagem urbana está prejudicada. Nesses locais, a visão serial e as surpresas que surgem no percurso do transeunte são reduzidas, devido à monotonia e à falta de referências e associações.

De acordo com Salgado (2010),

Esta redução está associada à falta de elementos surpresas e conseqüente dificuldade de leitura do espaço, pois os traçados regulares, assim como a existência de recuos frontais e muros no alinhamento frontal, padronizam a paisagem, não possibilitam a criação do efeito e mistério e também da associação de referências ao longo do trajeto. (SALGADO, 2010, p. 150)

Nesse mesmo Tecido, é possível observar a ausência da “ondulação”, característica que se relaciona com a forma de implantação da via e dos edifícios. A falta de movimentação desses elementos impossibilita o jogo de luz e sombra, o que gera uma paisagem urbana pobre em sensações. (Figuras 48)



Figura 48 – Tecido Urbano 4 – ausência de “ondulação”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo (DIAMANTINA, 2011b), as diretrizes para ocupação dos lotes inseridos nesse tecido urbano é preferencialmente residencial – unifamiliar ou multifamiliar.

Juntamente com loteamentos de uso residencial, nesse tecido também está inserida a Zona Comercial de Diamantina, ao longo da BR 367, devido à facilidade de acesso, carga e descarga. De acordo com o Plano Diretor vigente, esta Zona se destina aos usos comerciais e de serviços, com empresas de pequeno e médio porte, indústrias de caráter não poluente que tenham ligação com a cadeia produtiva do turismo (DIAMANTINA, 2011).

Como demonstra o mapa de usos do Plano Diretor (ANEXO G), ao longo da Avenida Silvio Felício dos Santos, também há uma tendência de ocupação por usos comerciais e de serviços. Essa tendência se deve à presença da rodovia, e também por ser esta avenida, a via de ligação do Centro Histórico e seu entorno com as áreas recentemente ocupadas e em expansão.

4.3.5. O Tecido Urbano 5 – *fringe-belts*

O Tecido Urbano 5 corresponde aos *fringe-belts*, e são representados pela Fábrica de Tecidos, pelo terreno da Santa Casa de Misericórdia, pela UFVJM, área do aeroporto, Clube Campestre Diamantinense, Associação Atlética do Banco do Brasil. São áreas de grande proporção, equivalentes a um

bairro, e que se configuram como um limite à expansão da malha urbana. (Figura 49)



Figura 49 – Tecido Urbano 5 – exemplo de *fringe-belts*.
Fonte: Elaborado por Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Os *fringe-belts* externos ao tecido urbano, os clubes de lazer e a universidade, funcionam como equipamentos indutores do crescimento urbano e, assim, agregam valor ao solo urbano do seu entorno.

Observando o croqui dos tecidos urbanos de Diamantina (Figura 17), se pode perceber que os *fringe-belts* representados pelo Clube Campestre, AABB, área da COPASA e aeroporto, formam uma verdadeira barreira à expansão urbana, e ajudam a delimitar a área urbana.

Nesse estudo sobre os tecidos urbanos de Diamantina foi possível fazer uma associação dos tecidos urbanos com a evolução urbana apresentada anteriormente. Ao serem analisadas a paisagem urbana e o tipo de uso do solo urbano em cada um dos tecidos, também foi possível a compreensão da malha urbana de Diamantina.

O Tecido Urbano 1, representado pelo Centro Histórico, devido às limitações de tombamento do IPHAN, apresenta-se como um tecido onde a raridade do espaço urbano começa a se manifestar.

Por outro lado, o Tecido Urbano 4, aliado à presença da rodovia BR-367, configura-se como o tecido com maior capacidade de absorção da demanda habitacional de Diamantina.

A presença dos *fringe-belts* externos à malha urbana, e fisicamente aglomerados ao final do perímetro urbano de Diamantina, no sentido oeste, aponta o início do processo de formação de uma nova centralidade além deles – na área urbana do distrito do Guinda.

5. O DISTRITO DE GUINDA

Conforme apresentado no capítulo anterior, a análise da estrutura urbana de Diamantina aponta a manifestação da raridade do espaço urbano no Centro Histórico, a consolidação do uso no seu entorno, e o início do processo de formação de uma nova centralidade além da área urbana da cidade.

Esse capítulo apresenta, então, uma descrição sobre o distrito de Guinda. Num primeiro momento será apresentada a proximidade do distrito com a cidade de Diamantina e os seus aspectos gerais – históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais. O objetivo é agrupar informações relevantes para a compreensão do contexto urbano do distrito de Guinda, e sua relação com a sede do município – Diamantina. O distrito de Guinda está localizado na direção do vetor de crescimento urbano de Diamantina, apontado pelas novas ocupações e também pelo plano diretor municipal.

Num segundo momento, será feita uma análise descritiva da sua evolução urbana, com o objetivo de compreender a cidade, desde sua formação até 2012. Posteriormente, será analisada a estrutura urbana de Guinda, com estudos sobre seus tecidos urbanos. Para cada tecido urbano identificado serão apresentadas as suas características principais, a paisagem urbana e o tipo de uso do solo urbano predominantes.

Assim como nas análises sobre a cidade de Diamantina, o embasamento teórico e metodológico adotado é da Morfologia Urbana, e a linha de investigação apresentada será pautada nos estudos de Cullen (2009), Lynch (2009), Sitte (1992) e Pereira Costa (2004, 2007).

A análise de todos esses aspectos sobre o distrito de Guinda proporcionará a compreensão da sua formação, consolidação e atual expansão urbana. O objetivo geral desse capítulo é levantar dados que apontam o início do processo de formação de uma nova centralidade no distrito, consequência da manifestação da raridade do espaço urbano no Centro Histórico de Diamantina e seu entorno imediato.

5.1. A proximidade de Guinda com Diamantina

O distrito de Guinda localiza-se na região oeste da cidade de Diamantina. Seu acesso é através da rodovia federal BR-367, saída para Belo Horizonte. Com o intuito de apresentar ao leitor o panorama da paisagem que se apresenta entre o Centro Histórico de Diamantina e o ponto de chegada no Guinda, foi feito um percurso. Nele, partindo do Largo da Catedral em Diamantina, percorre-se em direção ao distrito, através da Rua São Francisco, Avenida Sílvio Felício dos Santos, Avenida João Antunes de Oliveira e BR-367. No percurso em direção a esse distrito percebe-se como a paisagem vai se modificando, e identifica-se esse caminho como indutor da expansão urbana de Diamantina. (Figura 50)

O percurso é em aclave, e saindo do Centro Histórico de Diamantina, subimos a encosta até sua linha de cumeada. A malha urbana é irregular e acompanhando a topografia natural do terreno até a altura da Igreja do Bom Jesus. Os bairros Bela Vista e Serrano fazem a ligação do entorno do Centro Histórico com os novos bairros que foram surgindo na periferia. Os bairros já consolidados são predominantemente residenciais e destinados à população de classe média e baixa.

A partir da rotatória onde tem início a Avenida João Antunes de Oliveira - avenida que nomeia a BR-367 no perímetro urbano - os tecidos urbanos são mais recentes. O traçado das vias e a configuração das quadras tende ao quadriculado, com lotes padronizados (estreitos e compridos). Esse tipo de tecido urbano, além de não respeitar a topografia natural do terreno, em nada se parece com o tecido urbano do Centro Histórico e seu entorno. Percebe-se, então, que a ocupação já não é espontânea e sem assessoria técnica. A presença da rodovia, a facilidade de acesso ao Centro, e também a farta oferta de glebas induziram o crescimento nessa direção. Ao longo da avenida surgem vários acessos, principalmente pelo lado esquerdo, para condomínios e loteamentos. Esses empreendimentos imobiliários têm como alvo a população de classe média e alta da cidade, e também a população emigrante, principalmente de professores e funcionários da UFVJM. Além dos loteamentos já implantados, tem-se também inúmeros outros em processo de aprovação na prefeitura municipal.

Em meio a esses novos loteamentos, tem-se o Bairro Cazuzza, que é uma ocupação espontânea e irregular, do lado direito da Avenida, no sentido do percurso apresentado. Nesse caso, verifica-se um fato recorrente nas cidades brasileiras: ocupação de classe baixa junto à ocupação de classe média e alta, localizada estrategicamente e fornecendo mão-de-obra barata.

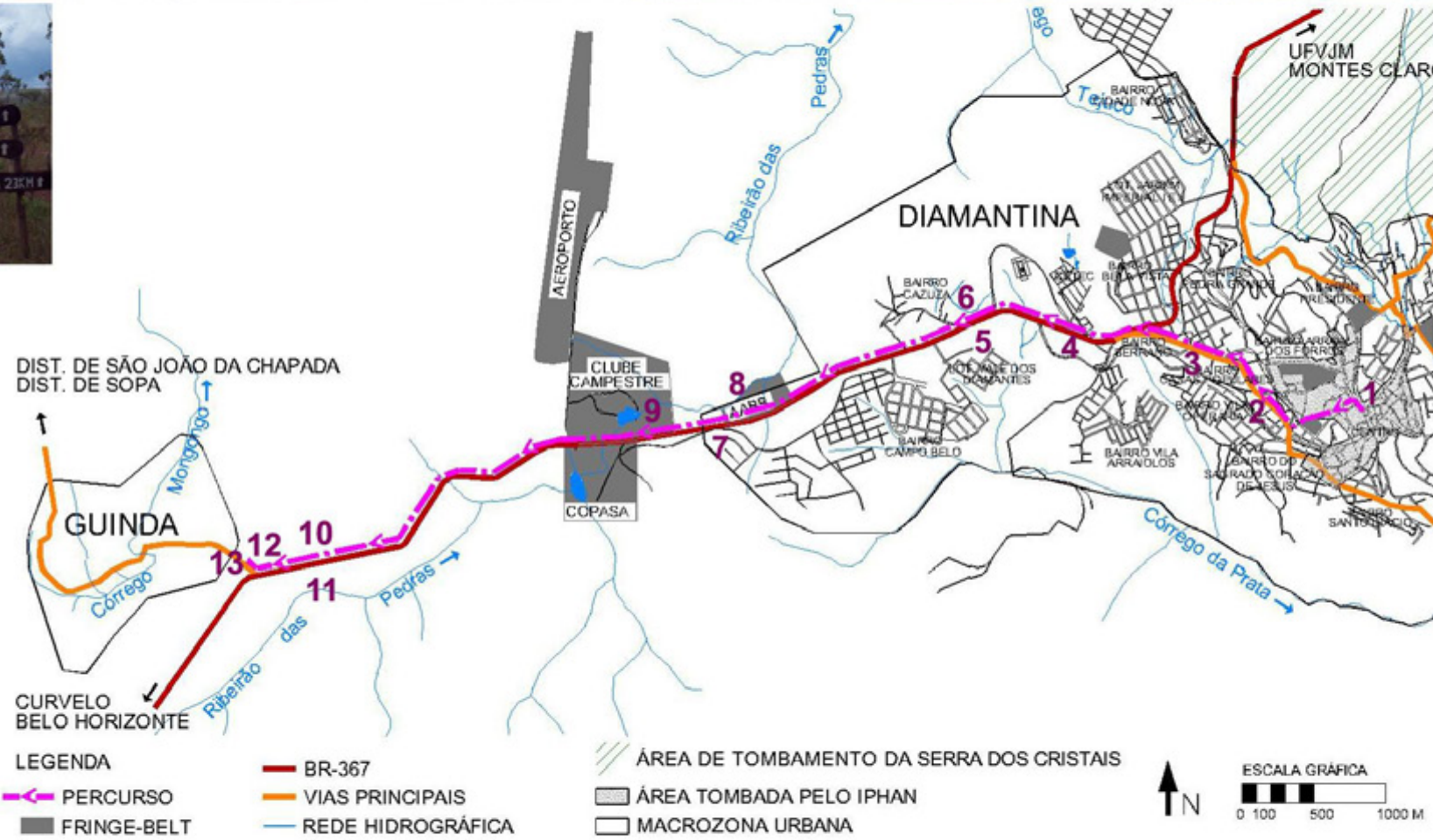
Os loteamentos são para fins residenciais, e por isso estão afastados da rodovia, que por ser o acesso principal a Diamantina, apresenta atividades consideradas como equipamentos de médio porte, pequenas indústrias, depósitos, e concessionárias de veículos e oficinas mecânicas. Apesar dessa expansão urbana, nessa área ainda não se consolidou um centro de bairro, e a população continua muito dependente do centro de Diamantina.

Ao longo do percurso, podem ser observados os novos loteamentos que estão sendo implantados nas duas margens da avenida. Ao lado direito, estão localizados os dois clubes recreativos de Diamantina: a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e o Clube Campestre Diamantinense (CCD).

O perímetro urbano finaliza na ponte sobre o Córrego Ribeirão das Pedras. A partir desse ponto, tem-se o aeroporto implantado à direita, e a COPASA à esquerda.

A paisagem que surge além do perímetro urbano, cortada pela BR-367, é predominantemente de vegetação nativa e aflorações rochosas, e praticamente não há ocupação ao longo da rodovia. Pelo lado esquerdo, há uma área de preservação do manancial Pau-de-fruta, que abastece a cidade de Diamantina. No lado direito, já em terreno pertencente ao distrito de Guinda, tem-se um restaurante e hotel.

Após aproximados 8km percorridos, tem-se a entrada, pela direita, para o distrito de Guinda.



O distrito de Guinda localiza-se na região oeste da cidade de Diamantina. Seu acesso é através da rodovia federal BR-367, saída para Belo Horizonte. No percurso em direção a esse distrito percebe-se como a paisagem vai se transformando, e identifica-se esse caminho como indutor da expansão urbana de Diamantina.

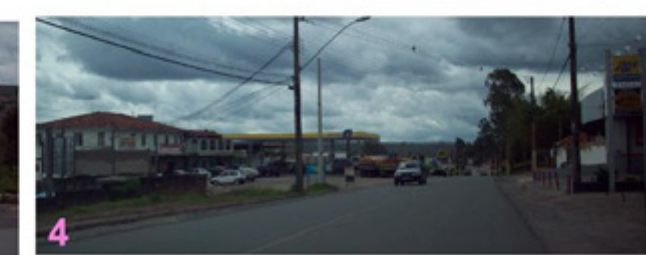


Figura 50 – Percurso Diamantina-Guinda.
 Elaboração: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

5.2. Caracterização do distrito

O Distrito de Guinda teve início junto ao córrego do Mongongo, local onde muitos diamantes foram explorados. Diz a história que o escravo Manoel Guinda encontrou grande quantidade de pedras preciosas e se escondeu nas proximidades do atual distrito, numa serra conhecida como Serra do Quilombo. Outros escravos, quando fugiam, iam se esconder junto ao escravo Guinda. Assim, o povoado ganhou o nome de Guinda.

A partir dos anos 70 do século XX, com a queda na produção de diamante, o povoado entrou no processo de estagnação econômica que ainda perdura.

Pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, e Lei estadual nº 401, de 14-09-1905, foi criado o distrito de Guinda e anexado ao município de Diamantina.

Guinda é passagem para quem se dirige para os distritos diamantinenses de Sopa e São João da Chapada. Por ele, também sai uma estrada para o distrito de Conselheiro Mata.

O distrito de Guinda é um lugar tranquilo. O entorno da área urbana é formado por serras com orquídeas, sempre-vivas, lagoas e pequenas grutas. Apesar de uma paisagem tão rica, o distrito não conta com atrativos turísticos. A festa popular religiosa mais importante do distrito é a festa de Santo Antônio, que atrai visitantes e antigos moradores.

A conformação urbana de Guinda e a vida cotidiana dos moradores compõem um ambiente típico do interior de Minas Gerais. O casario é singelo, de pequeno porte, e as casas possuem amplos quintais onde se criam animais e cultivam hortas. (Figuras 51 e 52)



Figura 51 – Casario singelo em Guinda.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2011.



Figura 52 – Quintal com criação de animais.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No distrito predomina o uso residencial. Devido ao fim da exploração de diamantes, a população sofre com a falta de emprego. Já houve um empreendimento particular com trabalho artesanal com sempre-vivas para exportação, empregando, na maioria, mulheres que coletavam e tingiam as sempre-vivas. Houve também uma iniciativa de trabalho artesanal com a comunidade para a produção de tapetes arraiolo, entretanto, também foi um empreendimento frustrado. Atualmente, há um projeto em andamento da UFVJM para implantação de uma cooperativa para trabalho com artesanato de sabão.

Com isso, o distrito de Guinda possui suas atividades também dependentes da cidade de Diamantina. A infraestrutura fornecida pelo poder público atende ao mínimo necessário, e o distrito conta com um posto de saúde, uma creche e uma escola primária. (Figuras 53 e 54)



Figura 53 – O posto de saúde e a creche.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 54 – A escola municipal.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A dependência econômica se reflete na sua dinâmica local: a população reside no Guinda mas trabalha em Diamantina. Segundo Beaujeu-Garnier (1997), nas cidades dormitórios “a população habita numa cidade e vai trabalhar na outra, que, em geral, corresponde à cidade-centro. São os famosos „movimentos migratórios cotidianos” ou „movimentos pendulares” ” (BEAUJEAU-GARNIER, 1997, p. 130). O distrito de Guinda pode ser caracterizado como uma cidade dormitório de Diamantina.

Verifica-se que a centralidade política e econômica é o Centro Histórico de Diamantina. Entretanto, a predominância do uso residencial no distrito favorece e induz a formação de uma nova centralidade de caráter habitacional.

Com relação à legislação municipal, o distrito do Guinda está subordinado às leis vigentes em Diamantina (DIAMANTINA, 1993a,b; 1999; 2011a,b,c,d,e). Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei nº 101, de 18 de dezembro de 2011, o distrito do Guinda está inserido na Macrozona Urbana 3.

5.3. A evolução urbana

A área urbana de Guinda está implantada junto ao Córrego do Mongongo, onde os diamantes eram explorados. Ao contrário do que ocorreu em Diamantina, a ocupação inicial se deu ao longo do córrego e de forma linear, o que, segundo Vasconcellos (1959) é a forma característica de ocupação das cidades mineradoras. (Figura 55)

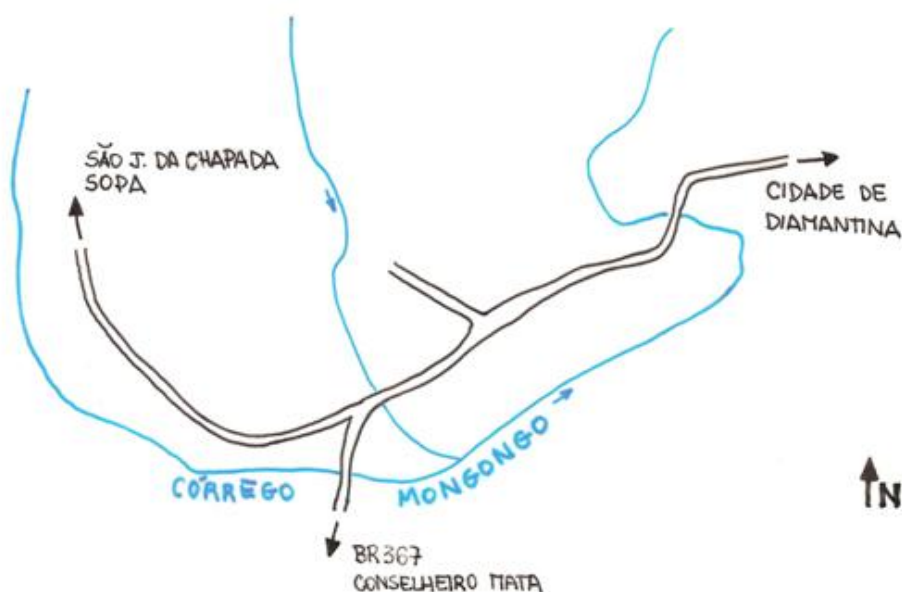


Figura 55 – Croqui da ocupação inicial de Guinda.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

O distrito de Guinda foi ocupado no início do século XVIII, quando diamantes foram encontrados no córrego do Mongongo e em toda a sua redondeza, no município de Diamantina. Os primeiros habitantes, provavelmente, se instalaram ao longo do caminho tronco da época, que subia a encosta acompanhando o curso do córrego Mongongo, e ligava o povoado

aos outros do município. É possível inferir que essas edificações pertenciam a grandes glebas, e que eram moradias para os exploradores de diamantes.

Posteriormente, a área onde hoje se encontra a Igreja de Santo Antônio foi ocupada, à meia-encosta, e com visada privilegiada para quem vem de Diamantina. Certamente, pela topografia favorável do terreno, e também pelo alcance visual, o lugar foi escolhido estrategicamente para ocupação, e posteriormente, para construção da Igreja. (Figuras 56)



Figura 56 – O alcance visual do largo da Igreja.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

O traçado do caminho tronco é irregular e acompanhando a topografia natural do sítio, e a partir dele, surgem novos caminhos ligando ao seu afluente, onde muitos diamantes foram explorados.



Figura 57 – Croqui da segunda fase de ocupação de Guinda.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Esses novos caminhos subiam a encosta, e não só faziam a ligação entre os dois córregos, pontos de mineração, como também conformaram o centro urbano que se consolidou. A tipologia do traçado urbano se assemelha ao da cidade de Diamantina, tendendo para o reticulado. (Figura 57)

Em 1860 foi construída a Igreja de Santo Antônio, que hierarquizava o espaço e tinha um grande largo à sua frente. (Figura 58) No entorno desse largo, as edificações foram sendo construídas, em estilo colonial. No lado oposto da igreja, ficava a casa do padre, delimitando o espaço e caracterizando-o como público e religioso (Figura 59)



Figura 58 – O largo da Igreja de Santo Antônio
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 59 – A casa do padre no largo da Igreja.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Numa terceira fase de ocupação de Guinda, a área inicialmente ocupada se consolidou, e teve suas glebas desmembradas em quarteirões e lotes. Com o aumento da população, em busca dos diamantes, novos caminhos surgiram, e o alto da encosta começou a ser ocupado, tanto pela topografia favorável, quanto por ser a área mais fácil para a expansão urbana, uma vez que o córrego Mongongo funciona como limite natural. (Figura 60)

Nessa fase, surgem no traçado urbano duas vias principais de ligação com a área de expansão e com os outros povoados, sendo a primeira, uma continuação do caminho tronco inicial, e a segunda, um caminho novo de traçado retilíneo. Esses caminhos se encontram no final da encosta, e marcam o fim da área urbana de Guinda nessa fase de ocupação. O tecido urbano expandiu-se ocupando as áreas mais altas e delimitadas pelos dois córregos que atravessam a área urbana. O traçado é irregular, característico de uma ocupação espontânea.



Figura 60 – Croqui da terceira fase de ocupação de Guinda.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Uma característica importante da ocupação do Guinda, que a difere de Diamantina, é que as áreas ocupadas eram exploradas em busca de diamante. Uma das conseqüências disso é a extensa área de garimpo limitando a expansão urbana e fragmentando a malha em dois “braços”. (Figura 61) Outro fato que demonstra que houve exploração de diamantes na área ocupada é a forma do relevo nas áreas livres dos lotes, que apresentam muitos buracos devido à intensa movimentação de terras. (Figuras 62)



Figura 61 – A área de garimpo fragmentando a malha urbana.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 62 – Áreas de garimpo que foram ocupadas.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Numa quarta fase de ocupação, o traçado urbano apresenta quadras grandes e de formatos irregulares; os lotes de tamanhos variados, irregulares e

muito estreitos e compridos que demonstram o intenso processo de consolidação das áreas já ocupadas. A sua ocupação é recente, com traçado urbano regular em duas direções: a primeira, seguindo o caminho inicial de ligação aos outros povoados, hoje distritos de Sopa e São João da Chapada; e a segunda, na área entre a ocupação inicial e a BR-367 que liga à cidade de Diamantina. (Figura 63)

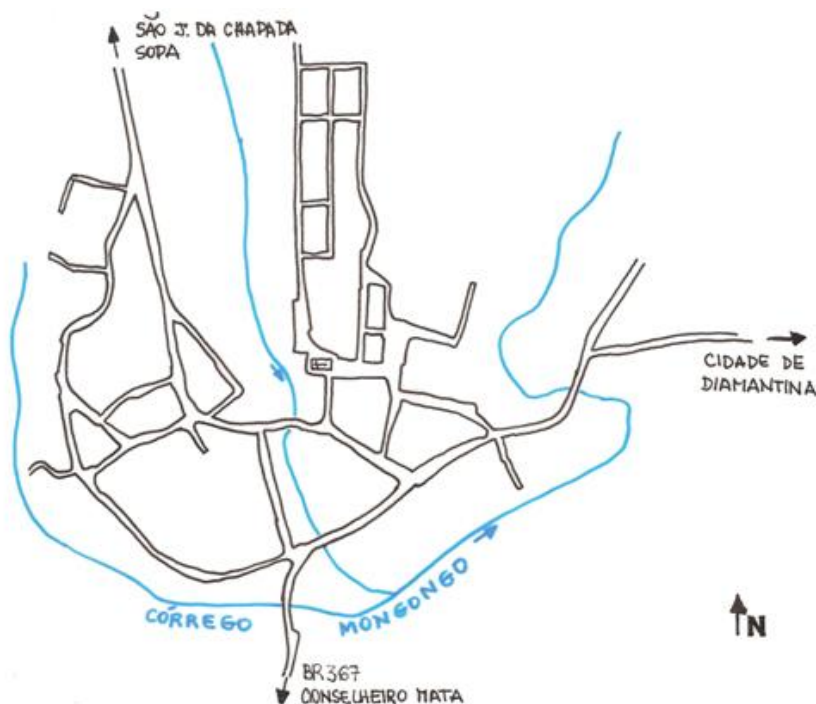


Figura 63 – Croqui da quarta fase de ocupação de Guinda.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Nesse processo de evolução e expansão urbana é importante ressaltar que Guinda apresenta uma das suas áreas de expansão em direção a Diamantina, que, por sua vez, tem seu vetor de crescimento urbano direcionado para o Guinda. (Figura 64)



Figura 64 – Croqui dos vetores de crescimento de Guinda e de Diamantina.
Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
Fonte: Mapa do Município de Diamantina, 2010, fornecido pela COPASA.

5.4. A estrutura urbana

Em Guinda, assim como em Diamantina, pode-se observar a forte influência do sítio natural na conformação urbana, através do relevo e da hidrografia. Além desses condicionantes físicos, os fatores econômicos, políticos e sociais também determinam as formas de ocupação urbana.

A malha urbana de Guinda pode ser compreendida através da análise das articulações viárias e da análise dos seus tecidos urbanos. A sul e também a oeste, o córrego do Mongongo é limite e barreira natural à expansão urbana; a norte, a área do garimpo também limita e condiciona a malha urbana. A leste, a estrada de ligação a Diamantina, a presença da rodovia (BR-367) e a topografia facilitam e promovem as novas ocupações; a ocupação a norte, margeando as áreas do garimpo e seguindo a estrada que leva aos distritos de Sopa e São João da Chapada a ocupação também é favorecida. (Figura 65)

Em Guinda, ao contrário de Diamantina, não se verifica a presença de *fringe-belts*. Entretanto, a área onde se garimpava os diamantes, com limites naturais bem marcados, se constitui como uma barreira física ao crescimento da malha urbana.

O fato da área já consolidada estar contida pelos limites naturais do sítio e ser de pequena extensão contribui para que toda a área urbana do distrito se configure com uma única centralidade. Essa centralidade pode ser representada pelo Largo da Igreja de Santo Antônio.

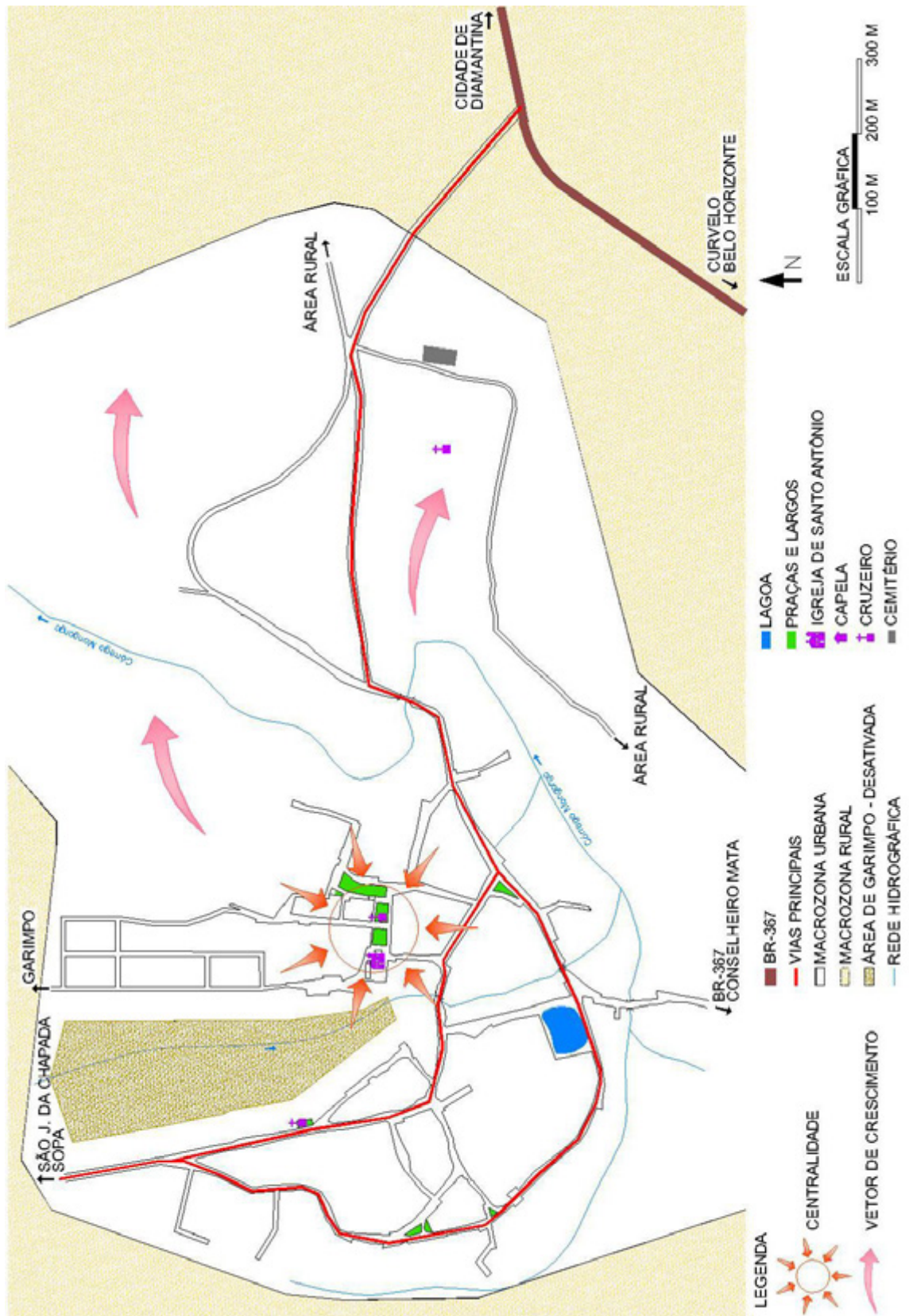


Figura 65 – Croqui da malha urbana de Guinda.
 Elaboração: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Distrito do Guinda, 2008, fornecido pela Prefeitura Municipal.

No sistema viário, percebemos que a ocupação inicial do distrito está deslocada da via que hoje se configura como principal – a rua Prefeito Antônio C. Cruz. Essa via é caracterizada como principal porque é o percurso mais fácil e direto para quem se dirige aos distritos de Sopa e São João da Chapada, e também por ser uma via asfaltada. O percurso é em auge, e atravessa todo o distrito de Guinda. (Figuras 66)



Figura 66 – Rua Pref. Antônio C. Cruz – início, meio e fim.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

As ruas Amélia dos Reis e Antonieta Freire, classificadas como vias secundárias formam, juntas, e em continuação com o primeiro trecho da Rua Pref. Antônio C. Cruz, o caminho inicial do distrito. Por ser um percurso mais longo para quem se desloca para os outros distritos na direção norte, as vias receberam pavimentação asfáltica parcial, e por isso, hoje são consideradas como vias secundárias.

Além dessas, as demais vias foram classificadas como terciárias, uma vez que possuem um tráfego baixo e pouca extensão. Essas vias preenchem a malha urbana, apontam as novas áreas a serem ocupadas, e ligam a área urbana à área rural. (Figura 67)

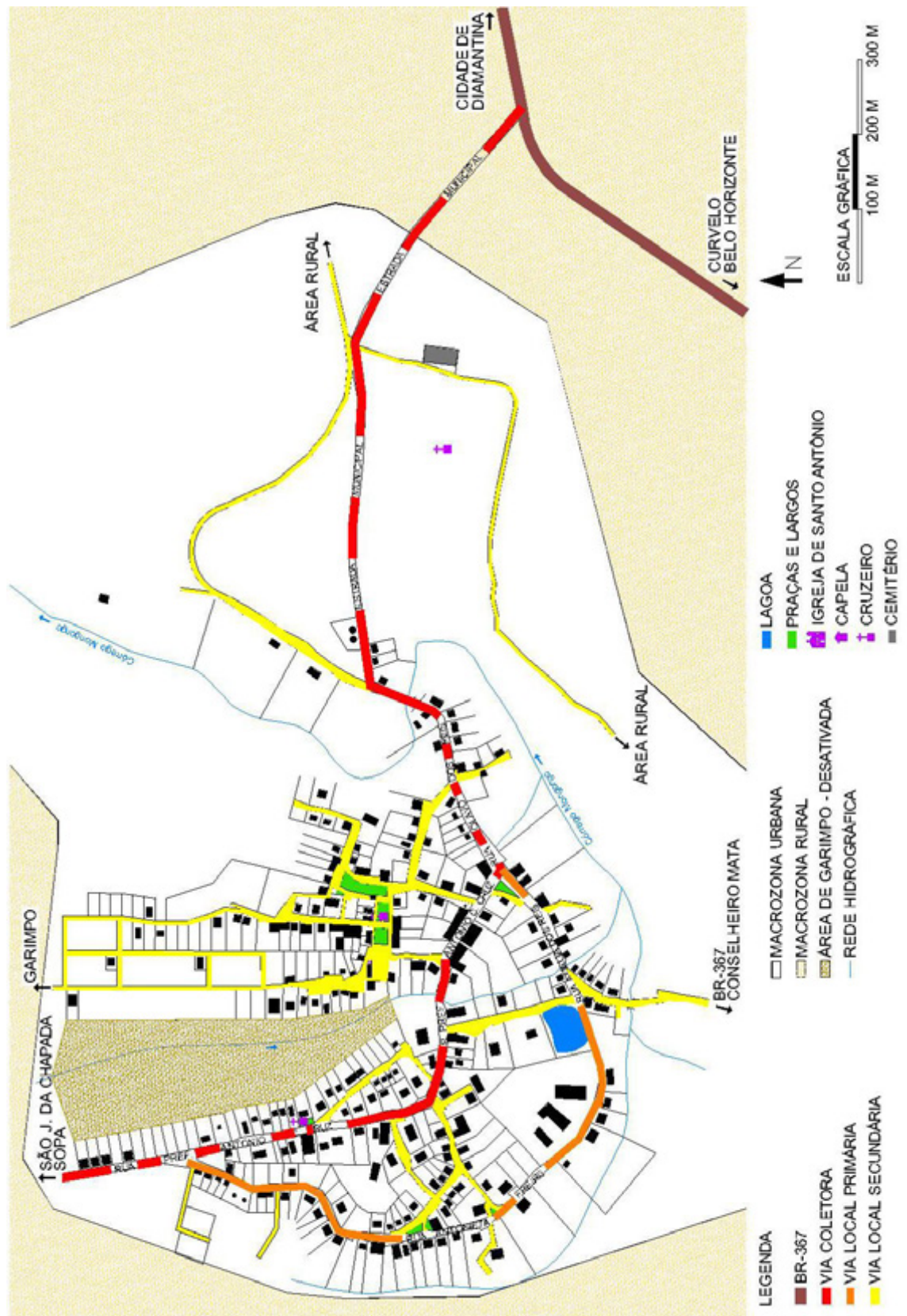


Figura 67 – Croqui do sistema viário de Guinda.
 Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Distrito do Guinda, 2008, fornecido pela Prefeitura Municipal.

As vias, em Guinda, têm larguras irregulares, variando entre 3 e 6 metros, são sinuosas, porém, bem delimitadas através do casario. Como a maioria das ruas não é pavimentada, a sua delimitação é feita pelas construções e fechamentos frontais dos lotes. Em algumas vias, a ausência de passeios para os pedestres cede lugar a locais onde, com o menor fluxo de pessoas e automóveis, a grama começa a predominar; essa mistura de terra, grama e pedras, confere ao local um caráter singular e bucólico. (Figuras 68 e 69)



Figura 68 – A sinuosidade das ruas.
Fonte: Rafeale Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 69 – A singularidade das ruas não pavimentadas.
Fonte: Rafeale Bogatzky R. Corrêa, 2011.

É importante observar que o sistema viário de Guinda apresenta apenas uma saída em cada direção, característica típica das cidades conhecidas como arraial-rua, estruturadas ao longo de um caminho tronco⁹.

Na malha urbana de Guinda podemos identificar quatro tecidos urbanos diferentes, assim divididos em razão de semelhanças quanto à época de ocupação, traçado urbano, tipologia dos lotes, das edificações, e predominância de uso do solo urbano.

Os quatro tecidos urbanos identificados são os seguintes: Tecido Urbano 1, correspondente à ocupação ao longo do caminho tronco inicial; Tecido Urbano 2, correspondente à ocupação junto ao largo da Igreja; Tecido Urbano 3, correspondente às ocupações recentes em fase de consolidação; Tecido Urbano 4, correspondente à área de expansão urbana. (Figura 70)

⁹ Caminho tronco é uma expressão utilizada para identificar o caminho que estrutura a malha urbana de ocupações lineares. Em muitas cidades, esse caminho recebe o nome de Rua Direita.

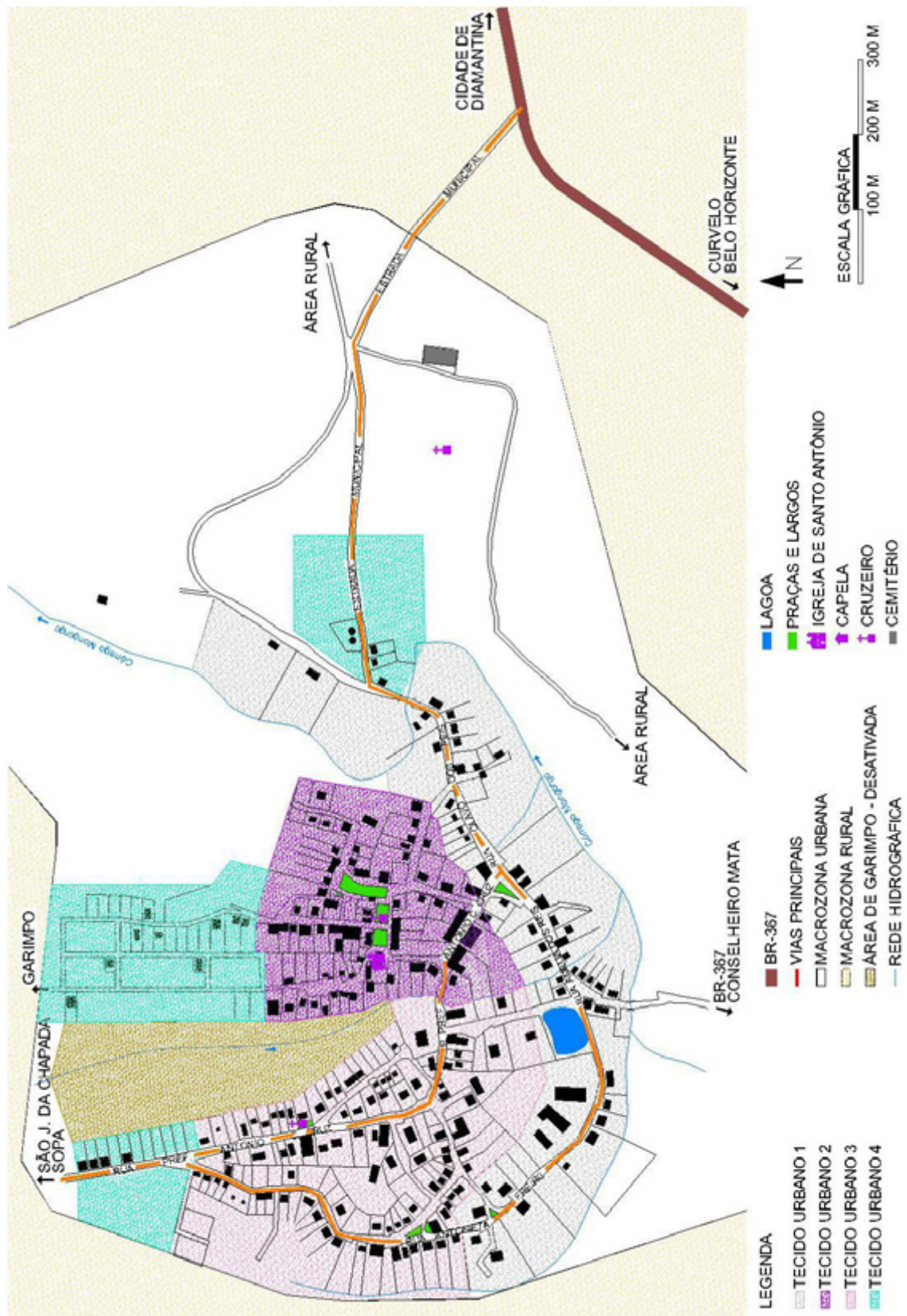


Figura 70 – Croqui dos tecidos urbanos de Guinda.
 Elaboração: Rafaela Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Distrito do Guinda, 2008, fornecido pela Prefeitura Municipal.

5.4.1. O Tecido Urbano 1 – ocupação ao longo do caminho tronco

O Tecido Urbano 1 corresponde à ocupação ao longo do caminho tronco inicial, hoje correspondente às ruas Olavo dos Reis, Amélia dos Reis e Antonieta Freire.

O traçado é irregular, composto por vias sinuosas e com larguras variadas. As quadras são grandes, com formas irregulares, e seguindo a topografia do terreno. Os lotes situados entre a via e o curso d'água são do tipo “*burgage plots*” - conformados no início da formação das cidades e possuem como característica principal o formato alongado e testada estreita, e seus comprimentos se estendem até uma barreira física. Os lotes na outra margem da via são estreitos e compridos. As edificações mais antigas, em estilo colonial, estão junto à divisa frontal, guardam afastamento lateral e possuem apenas um pavimento. As edificações mais recentes, foram implantadas com afastamento frontal e lateral, possuem um ou mais pavimentos, e não possuem um estilo arquitetônico representativo. (Figura 71)



Figura 71 – Tecido Urbano 1 – ilustrações sobre a forma de ocupação – “*burgage plots*”.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa,2012.

Buscando compreender a paisagem no Tecido Urbano 1 foi elaborado um percurso pelas ruas Olavo dos Reis, Amélia dos Reis e Antonieta Freire. (Figura 72) Nele, apesar da singeleza do local e da simplicidade do seu casario, a malha urbana de formação espontânea enriquece e proporciona diferentes sensações ao transeunte. A presença da lagoa nesse tecido ressalta elementos únicos na sua paisagem.

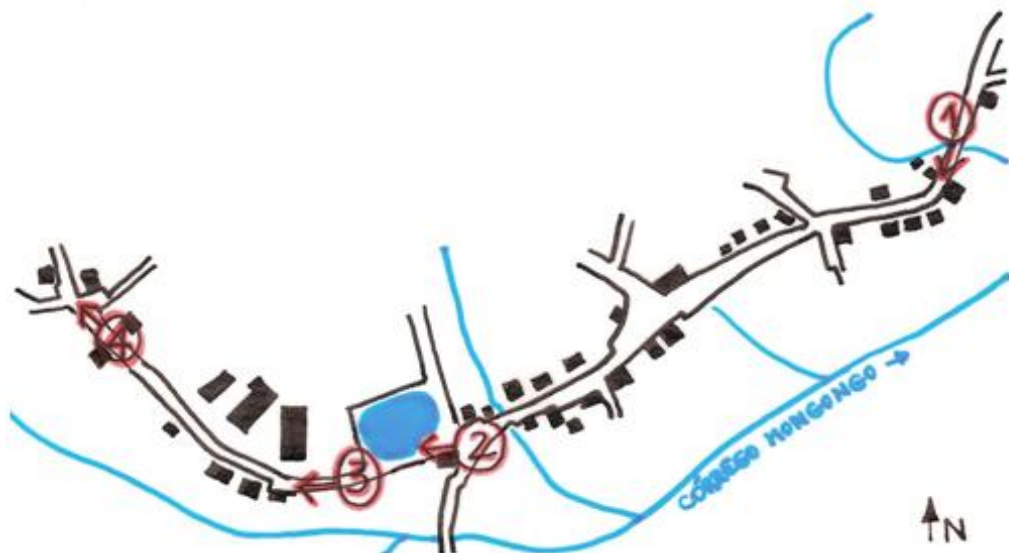


Figura 72 – O Percurso 1.
 Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A ponte sobre o córrego do Mongongo, marca a chegada à área urbana. A curva na via proporciona a presença do “edifício-barreira”, em estilo colonial, e sugerindo que também no Guinda, a ocupação inicial é do século XVIII. (Figura 73)



Figura 73 – A chegada em Guinda – “edifício-barreira”.
 Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A amplitude do espaço onde se situa a lagoa promove um “recinto exterior” (Figura 74), marcado pela presença de elementos naturais, e provocando “a sensação de posição ou de identificação com aquilo que as rodeia” (CULLEN, 2009, p. 31).



Figura 74 – O espaço da lagoa – “recinto exterior”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Os pinheiros ao longo da via sinuosa marcam a “ondulação” e proporcionam “o prazer de coisas tão elementares e vitais como luz e sombra” (CULLEN, 2009, p. 48). Além disso, percebemos também nesse trecho a sensação de “intimidade”, devido à pouca largura da via e também à vegetação. Ainda nesse trecho, a “consciência do movimento” é reforçada pela presença das árvores ao lado direito de quem segue o percurso. (Figura 75)



Figura 75 – O caminho dos pinheiros – “ondulação”, “intimidade” e “consciência do movimento”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Marcando o final do trecho referente à ocupação inicial do distrito, encontramos outro exemplo de “edifício-barreira”. A casa colonial “não impede o tráfego de veículos ou pessoas, funcionando apenas como elemento de

pontuação ou delimitação”, marcando não só a paisagem como também a malha urbana (CULLEN, 2009, p. 32). A árvore presente na frente dessa edificação faz a “perspectiva velada”, ocultando a edificação e provocando o caráter dramático de visualizar algo até então ocultado (CULLEN, 2009, p. 43). A edificação colonial, a árvore, o entroncamento das ruas e a presença de um banco de pedra fazem de espaço um “recinto exterior”, de acordo com Cullen (2009). Esse espaço é também singular, bucólico e único, e assim, contribui para a formação de uma imagem clara e legível para o transeunte, dotando o espaço de alta imaginabilidade (Lynch, 2009). (Figura 76)



Figura 76 – A praça xxxx – “edifício-barreira”, “perspectiva velada” e “recinto exterior”.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No Tecido Urbano 1, assim como em todo o distrito, o uso do solo predominante é o uso residencial unifamiliar. (Figura 77)

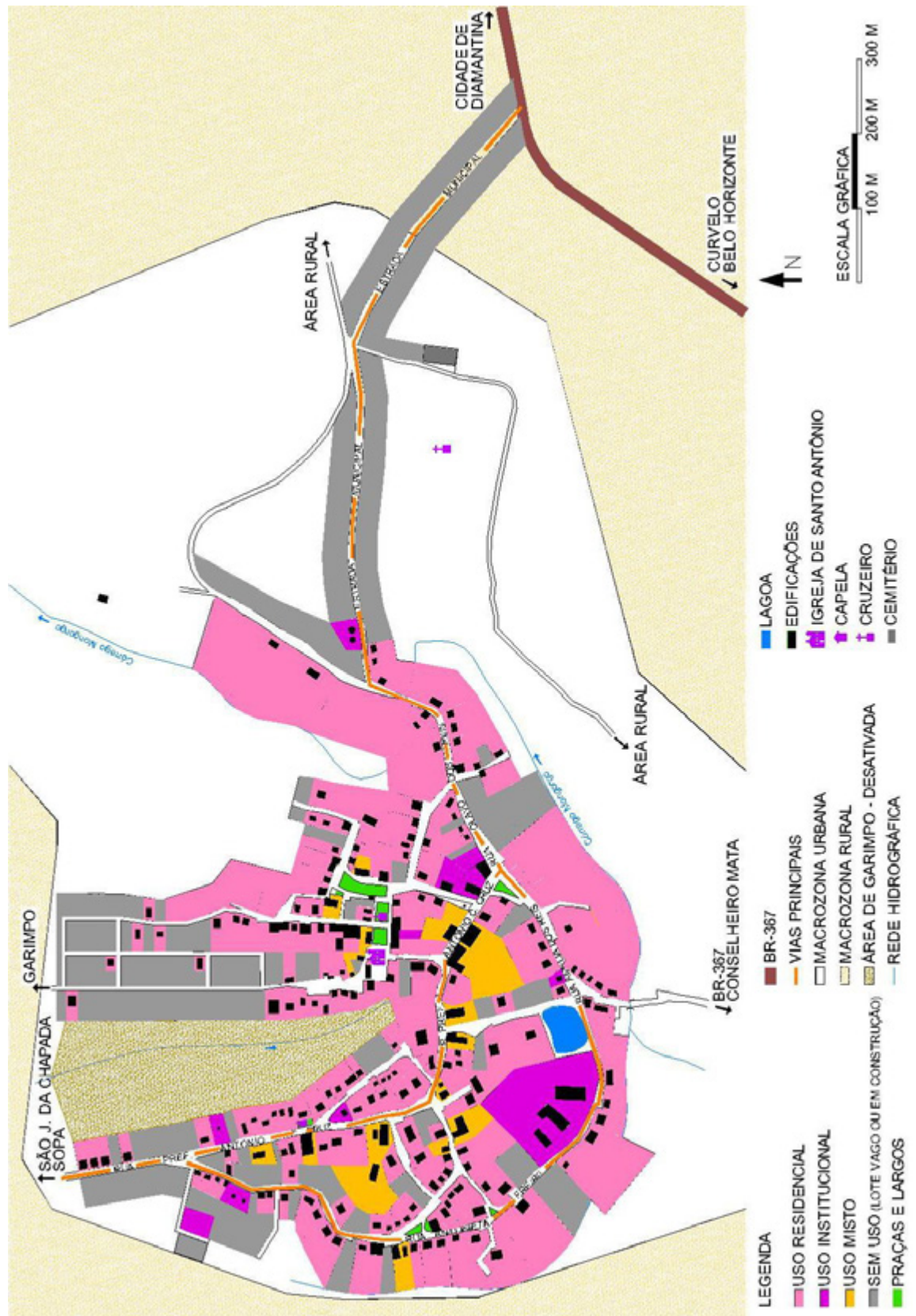


Figura 77 – O uso do solo urbano em Guinda.
 Elaboração: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.
 Fonte: Mapa do Distrito do Guinda, 2008, fornecido pela Prefeitura Municipal.

5.4.2. O Tecido Urbano 2 – ocupação junto ao largo da Igreja

O Tecido Urbano 2 corresponde à ocupação junto ao largo da Igreja de Santo Antônio, em período posterior à ocupação do Tecido Urbano 1.

O traçado é irregular, composto por vias sinuosas e com larguras variadas, e apesar de irregular, tende ao reticulado. Os lotes são predominantemente estreitos e compridos, com a área edificada junto à divisa frontal, e sem afastamentos laterais. As edificações mais antigas, em estilo colonial, estão junto à divisa frontal, guardam afastamento lateral e possuem apenas um pavimento. As edificações mais recentes, foram implantadas com afastamento frontal e lateral, possuem um ou mais pavimentos. Nas construções mais antigas predomina o estilo colonial, com alvenarias pintadas de branco, estrutura e esquadrias de madeira, a marcação ritmada entre cheios e vazios, e o telhado colonial. (Figura 78)



Figura 78 – Tecido Urbano 2 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

A paisagem urbana no Tecido Urbano 2 pode ser compreendida através do Percurso 2, pela rua Geraldo Farnes e Largo da Igreja, que contempla o caminho que liga o caminho tronco à praça da Igreja. Esse trajeto é pouco utilizado atualmente, mas pelo traçado urbano de Guinda, é possível identificá-lo como estruturante da ocupação inicial. (Figura 79)



Figura 79 – O Percurso 2.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012

Na rua Geraldo Farnes a sensação é de “intimidade”, uma vez que é estreita, possui poucas edificações, e pavimentação com pedra São Tomé. A presença de edificações com características coloniais demonstra a sua presença desde o início da ocupação de Guinda. (Figura 80) O movimento de subir a rua, vencendo a declividade natural do sítio, prepara o transeunte para a chegada na praça da Igreja, em um espaço urbano amplo. A Igreja é, assim, o “ponto focal”, o elemento vertical para onde tudo se converge. (Cullen, 2009) Reforçando sua importância na organização espacial e social, tem-se o “desnível”, tanto pela sua implantação no alto da encosta, como também pela escadaria na entrada. (Figura 81)



Figura 80 – A Rua Geraldo Farnes –
 “intimidade” e “expectativa”.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.



Figura 81 – A Igreja Santo Antônio –
 “ponto focal” e “desnível”.
 Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

O uso do solo predominante é o uso residencial unifamiliar. (Figura 77)

O espaço público que mais se destaca é o largo da Igreja, estrutura principal desse tecido urbano. Ali acontecem os eventos sociais e também religiosos. O espaço é conformado pelo casario residencial, predominantemente de um pavimento; possui formato retangular, e apresenta nos dois lados de menor comprimento, as duas edificações estruturantes do espaço – a Igreja de Santo Antônio e a casa do padre. (Figura 82)



Figura 82 – O largo da Igreja – croqui da planta e foto.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

Outro espaço público que também se destaca no Tecido Urbano 2 é a praça próxima à Igreja: um amplo espaço gramado, que tem como fundo um casario antigo, e dá ao local um caráter bucólico e rural. (Figura 83)



Figura 83 – A praça no Tecido Urbano 2 – croqui da planta e foto.
Fonte: Rafael Bogatzky R. Corrêa, 2012.

5.4.3. O Tecido Urbano 3 – ocupação recente em fase de consolidação

O Tecido Urbano 3 corresponde às ocupações recentes e de forma orgânica que predominam no interior da malha urbana de Guinda. Esse tecido tem uma ocupação iniciada no século XX, quando a malha urbana se consolidou.

A tipologia dos lotes e também das quadras aponta uma subdivisão da estrutura antiga, desmembrando lotes e favorecendo a ocupação da área urbana central. (Figura 84)



Figura 84 – Tecido Urbano 3 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafael Bogatzky Ribeiro Corrêa, 2012.

Conforme observado na cidade de Diamantina, também no Guinda as áreas de expansão urbana possuem uma paisagem pobre e descuidada. Apesar do traçado irregular e orgânico em alguns locais, que poderia contribuir para a formação de paisagens ricas em sensações, a falta de cuidado arquitetônico com as construções, a ausência de pavimentação das ruas, e também o descuido com o espaço público levam à perda de qualidade na paisagem urbana. (Figura 85)

Os “acidentes” que são encontrados ao longo do percurso chamam a atenção para si, conforme apresenta Cullen (2009, p.46), mas não pela beleza ou qualidade arquitetônica, mas sim, pela ausência das qualidades artísticas. (Figura 86)



Figura 85 – Edificações com qualidades artísticas comprometidas.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2011.



Figura 86 – O “acidente” na rua Antonieta Freire.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2011.

O uso do solo predominante é o uso residencial unifamiliar. (Figura 77)

No Tecido Urbano 3 está inserido um espaço público formado pelo cruzamento das ruas do Progresso e Antonieta Freire: espaço amplo, com canteiro central delimitando as ruas, bancos e vegetação. (Figura 87)



Figura 87 – A praça no Tecido Urbano 3 – croqui da planta e foto.
Fonte: Rafaele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

5.4.4. O Tecido Urbano 4 – área de expansão urbana

O Tecido Urbano 4 corresponde às ocupações recentes na região norte e leste da malha urbana do Guinda, e caracteriza as áreas de expansão urbana. Esse tecido tem a ocupação iniciada no século XXI, através de loteamentos informais, destinados a suprir a demanda habitacional tanto de Guinda quanto de Diamantina.

A principal característica desse tecido é a tendência à malha reticulada, implantada devido à facilidade de execução. Ao contrário do que acontece em

Diamantina, em Guinda essa malha adapta-se bem no terreno natural, que é pouco acidentado nessa área. Os lotes e as quadras possuem formas regulares e tamanhos padronizados - lotes com áreas de 300m². A maioria dos lotes ainda não possui ocupação. As edificações que já foram implantadas estão, preferencialmente, no centro dos lotes, respeitando os afastamentos frontal, lateral e de fundos; são de uso residencial unifamiliar, de dois pavimentos, e com uma tipologia contemporânea. (Figura 88)



Figura 88 – Tecido Urbano 4 – ilustrações sobre a forma de ocupação.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2012.

No Tecido Urbano 4 as qualidades artísticas, segundo Sitte (1992) também ficam comprometidas, devido à falta de espaços públicos, praças, e de edifícios estruturantes do espaço urbano.

Nesse tecido urbano, onde predomina o traçado regular, a paisagem urbana também é prejudicada pela ausência da “ondulação” e das surpresas ao longo do percurso, que o torna monótono e sem referências e associações. (Figuras 89)



Figura 89 – Ruas monótonas no Tecido Urbano 4.
Fonte: Rafele Bogatzky R. Corrêa, 2011.

Outra observação sobre a paisagem urbana nas áreas de expansão de Guinda é a ausência das qualidades indicadas por Lynch (2009). A sua inexistência, ou o fato de não funcionarem em conjunto, contribuem para uma perda significativa na qualidade da paisagem urbana, e torna fraca a imaginabilidade do local.

No Tecido Urbano 4 muitos lotes estão sendo desmembrados e terrenos sendo loteados, assim como aconteceu na periferia da malha urbana de Diamantina. Na área de expansão na direção da rodovia, sentido leste, um novo condomínio residencial está sendo implantado, e tem como público alvo a população de classe média e alta de Diamantina, que procura um local sossegado e longe da confusão do Centro Histórico para morar ou passar o final de semana. Localizado na área urbana do distrito, o condomínio residencial encontra-se em fase de aprovação na prefeitura, e em breve oferecerá 80 lotes. (Figura 90)



Figura 90 – Condomínio residencial no Guinda – entrada e primeiras construções.
Fonte: Rafael Bogatzky Ribeiro Corrêa, 2012.

Nesse estudo sobre os tecidos urbanos de Guinda foi possível fazer uma associação dos tecidos urbanos com a evolução urbana apresentada anteriormente, e ao serem analisadas a paisagem urbana e o tipo de uso do solo urbano em cada um dos tecidos, também foi possível a compreensão da sua malha urbana. (APÊNDICE B)

Os Tecidos Urbanos 1 e 2 representam as áreas mais centrais de Guinda, e apresentam características arquitetônicas e urbanísticas que devem ser preservadas, uma vez que contam a história local. O Tecido Urbano 3, consolidado pela demanda habitacional da própria população do Guinda,

apresenta características que degradam o ambiente urbano merecendo, assim, um tratamento artístico.

O Tecido Urbano 4, vinculado à via principal do distrito, configura-se como o tecido com maior capacidade de absorção da demanda habitacional de Diamantina. Nesse tecido, a expansão urbana está pautada apenas no desmembramento de lotes, visando uma solução imediata para a demanda por terras. A ausência de uma legislação mais específica para o distrito, de fiscalização e controle das obras, de investimento nas áreas públicas e de projetos e planejamento urbano, de regularização fundiária e de conhecimento e interesse por parte da população local pelas questões urbanas contribuem para a consolidação da situação atual.

Como apresentado no Capítulo II, o vetor de crescimento urbano de Diamantina está apontado em direção a Guinda, e o distrito, já responde à demanda habitacional da sede municipal, e apresenta um processo de formação de uma nova centralidade vinculada à habitação.

6. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE EM GUINDA

Neste capítulo é apresentada uma análise sobre a manifestação da raridade do espaço urbano em Diamantina e o início do processo de formação de uma nova centralidade no seu distrito de Guinda.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ficou evidente que os recentes parcelamentos do solo urbano de Guinda apontam uma atividade imobiliária que tenta suprir a demanda por terras e moradia da população da cidade de Diamantina. A proximidade de Guinda com Diamantina e o fácil acesso através da rodovia fazem do distrito um lugar propício para o desenvolvimento de uma nova centralidade voltada para o uso residencial.

6.1. A raridade do espaço urbano em Diamantina

A manifestação da raridade do espaço urbano em Diamantina teve início quando as atividades turísticas se tornaram mais intensas, após o tombamento do IPHAN, em 1938 e, principalmente, com o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1999.

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a raridade do espaço urbano prescinde da modificação dos usos, funções e o sentido dos lugares, que é um fato contínuo e que acontece mesmo em áreas já consolidadas (CARLOS, 2001a), como é o caso do Centro Histórico de Diamantina.

Com as atividades turísticas, as propriedades do Centro Histórico ficaram valorizadas e desencadearam um processo de especulação imobiliária. As antigas residências em estilo colonial passaram a ter o seu valor de uso (residencial unifamiliar) reduzido, e o valor de troca (aluguel ou venda do imóvel para comércio e prestação de serviços) ganhou força e expressividade.

Sobre a influência das atividades turísticas e de lazer na produção do espaço urbano, Carlos (2001b) observa:

Essa atividade que se articula à tendência da transformação do espaço em mercadoria, traz profundas mudanças, visto que é uma atividade que redefine singularidades espaciais e reorienta o uso com novos modos de acesso. (CARLOS, 2001b, p. 65)

Os reflexos dessas atividades podem ser vistas no modo de uso e apropriação dos espaços públicos. As relações de pertencimento e estranhamento no cotidiano da população local aparecem como respostas a um espaço que é mercadoria, utilizado para promoção das cidades e objeto de consumo dos turistas.

Em Diamantina isso já acontece, e foi apresentado nos estudos de Corrêa e Lustoza (2011, 2012). O Centro Histórico, que é a centralidade social, política e econômica, também se configura como centralidade turística, onde o espaço é objeto de consumo e lugar da acumulação.

A disputa pelas áreas centrais, comercialmente bem localizadas, fez com que o solo urbano em Diamantina se tornasse raro: em poucos anos, toda a área central já se encontra ocupada, e onde foi permitida pela legislação do IPHAN, a área edificada foi ampliada.

No Centro Histórico, os pequenos proprietários de imóvel vislumbraram na possibilidade de alugar seus imóveis, ou parte deles, uma forma de aumentar os rendimentos financeiros. Assim, o solo urbano foi fragmentado, através da construção de outra edificação, ou ampliação da já existente, no mesmo terreno onde moram, para aluguel. Isso provocou o adensamento do Centro Histórico, e fez com que muitas edificações fossem reformadas e ampliadas até mesmo sem a aprovação do IPHAN – fato que demonstra a importância econômica do imóvel em detrimento de seu valor cultural.

A ocorrência de um proprietário de um único imóvel com, principalmente, valor de uso para si, ou seja, para moradia de uma família ou para instalação de seu negócio, se dá no Brasil nas classes médias e pobres. (...) O que é pouco reconhecido é que mesmo os pequenos proprietários de imóveis, em uma primeira etapa do desenvolvimento, podem ser beneficiados pela valorização imobiliária. Isso ocorre quando, pressionados por uma valorização crescente dos seus imóveis na medida da consolidação dos bairros populares, eles os vendem e se deslocam para bairros mais periféricos, mas o fazem com o dinheiro obtido com a venda. Em alguns casos, isso pode significar um pequeno capital para iniciar negócio próprio. (CAMPOS FILHO, 1992, p. 62)

Em Diamantina, podemos verificar a manifestação da raridade do espaço urbano, uma vez que no Centro Histórico, os lotes possuem uma

ocupação máxima permitida pela legislação, e a propriedade privada é alvo da especulação imobiliária.

Se o acesso à terra vai se tornando cada vez mais difícil, pela interação desses processos especulativos, relativos ao uso do solo para fins urbanos, o privilégio da sua propriedade se acentua e, através dela, a possibilidade de cobrança de aluguéis crescentes em valor real, isto é, descontada a inflação. (CAMPOS FILHO, 1992, p.62)

Devido à impossibilidade de verticalização do Centro Histórico de Diamantina, dadas as questões patrimoniais, as áreas do entorno imediato também sofreram valorização imobiliária. Com isso, as áreas mais periféricas, que inicialmente eram ocupadas pela população com menor poder aquisitivo, agora são alvo da população vinda do centro, ou dos que lá não conseguem ter acesso à propriedade privada.

Em Diamantina, lotes vagos no Centro Histórico são uma “raridade”, e o valor do metro quadrado gira em torno de R\$450,00. Lotes já edificadas, no Centro Histórico são vendidos por valores entre R\$250.000,00 e um milhão de reais, dependendo da localização, área do lote e estado de conservação da edificação.

As “contradições espaciais”, manifestadas através do tipo de habitação, o acesso aos serviços e infra-estrutura e o preço da terra (CARLOS, 2008), aparecem nos diversos tecidos que compõem a malha urbana das cidades. O desenvolvimento da malha urbana, resultante da especulação imobiliária, acontece acentuando ainda mais as diferenças sociais e provocando os conflitos de classes. (CARLOS, 2008).

Em Diamantina, verificamos a contradição espacial e social através do contraponto entre as ocupações apresentadas nos Tecidos Urbanos 2 e 3 com relação às ocupações do Tecido Urbano 4. Enquanto a população menos favorecida ocupou informalmente as margens dos córregos e a encosta da Serra dos Cristais na direção leste da malha urbana, a população mais favorecida ocupou as áreas mais elevadas, com topografia menos acidentada e na região oeste da malha.

Essa segregação espacial e social não é fruto somente da especulação imobiliária, mas também da participação do Estado, através da legislação urbanística e ações políticas adotadas. O Plano Diretor vigente (DIAMANTINA, 2011d) apresenta diretrizes que induzem essa forma de ocupação do espaço

urbano, através do zoneamento proposto e dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos para cada zona urbana.

Assim, o vetor de crescimento urbano de Diamantina está apontado e legalmente formalizado. Os investimentos públicos e também do setor imobiliário local estão voltados para as áreas do Tecido Urbano 4. O preço da terra nesses locais está cada vez mais valorizado. Segundo corretores imobiliários, lotes de 300m² eram vendidos, em 2007, por R\$15.000,00 e, em 2012, são vendidos por R\$50.000,00. Está previsto, em 2012, a entrega de 1150 lotes no Tecido Urbano 4, com áreas em torno de 360m², visando suprir a demanda habitacional da cidade através de loteamentos.

Com todos esses fatores, é perceptível a tendência de expansão urbana no sentido do distrito de Guinda, que está no início do processo de formação de uma nova centralidade.

6.2. O distrito de Guinda no vetor de crescimento urbano – uma nova centralidade

Conforme apresentado anteriormente, a raridade do espaço urbano já se manifesta em Diamantina, e a sua evolução urbana apresenta o vetor de crescimento urbano direcionado para o distrito de Guinda.

Uma das formas de suprir a demanda por espaço urbano é o incentivo à expansão urbana nas áreas periféricas, distantes do Centro Histórico de Diamantina e suas restrições. Esse incentivo acontece, através da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do plano diretor municipal, e foi apresentado anteriormente (DIAMANTINA, 2011b, c, d).

Conforme observou Beaujeau-Garnier (1997, p. 149), “na determinação dos preços influencia não só a proximidade do centro e dos principais eixos de circulação que a ele conduzem, mas também o sítio e a qualidade dos equipamentos”.

No distrito de Guinda, a infraestrutura urbana está instalada, e existe uma ocupação inicial consolidada, que oferece suporte às novas ocupações. O sítio natural é favorável à ocupação, com baixas declividades. Além disso, está no sentido do vetor de crescimento urbano de Diamantina, da qual dista-se

apenas 8km. A pouca distância entre eles, e a presença da rodovia favorecem o deslocamento diário e são fatores preponderantes na formação de uma nova centralidade.

O início do processo de formação de uma nova centralidade em Guinda, vinculada à demanda habitacional, já pode ser verificada através dos novos investimentos imobiliários que têm sido feitos no distrito.

Assim, a estratégia de inovação para atrair demanda, se traduz na oferta do bem habitação com todos os seus atributos intrínsecos (características físicas), e extrínsecos (“acessibilidades que a localização da moradia permite usufruir”). (ABRAMO e FARIA, 1998, p. 423)

Os loteamentos, apesar de alguns ainda serem informais, se apresentam como uma alternativa para quem procura por terras e oportunidade de construção da casa própria.

A função essencial do espaço urbano é a residencial [...] É que o homem é o motor da cidade, sem ele, não se pode conceber nenhuma atividade urbana e, conseqüentemente, porque é indispensável, precisa de alojamento. (BEAUJEAU-GARNIER, 1997, p.189)

Esses investimentos imobiliários em Guinda são recentes, e há três anos, a procura por terras para compra tem sido freqüente. Segundo os corretores imobiliários locais, a demanda parte da população da cidade de Diamantina, principalmente dos professores da UFVJM que chegam na cidade. A busca é por locais onde o preço da terra seja baixo, onde o terreno apresente facilidades para construção e onde se possa ter sossego e descanso, longe da agitação do Centro Histórico.

A literatura sobre mobilidade residencial, de modo geral, aponta para uma certa regularidade nas decisões de deslocamentos dos diferentes segmentos do mercado habitacional. Para os grupos de renda alta, o principal fator que impulsiona as trocas de residência, está ligado ao meio ambiente físico e social. Os processos de transformação do uso do solo, que alteram as características físicas e sociais de determinadas áreas, podem provocar mobilidade residencial. Na tentativa de obter maior qualidade de vida, esse segmento do mercado procura por áreas mais aprazíveis, menos densas, fora do núcleo urbano. A acessibilidade a outros setores da cidade (trabalho, comércio, escolas etc...) é menos valorizada por essa classe, pois a sua decisão atrai investimentos em serviços e comércio, tornando-se, assim, responsável pela estruturação residencial da cidade. (Faria, p.430)

Ainda segundo os corretores imobiliários, o preço da terra urbana em Guinda é inferior ao valor da terra nos loteamentos na periferia da malha urbana de Diamantina, o que se torna um atrativo a mais para o investidor. Em Guinda, o valor da terra está entre R\$30,00 e R\$40,00 por metro quadrado, enquanto que nas áreas do Tecido Urbano 4 em Diamantina, esse valor sobe para aproximadamente R\$150,00.

O que se verifica atualmente, com base no que já foi exposto, é um cenário social, político, econômico e urbano propício para o surgimento de uma nova centralidade no distrito de Guinda. Os indícios de uma nova centralidade já estão aparecendo, e o estudo da morfologia urbana de Diamantina e Guinda também confirmam essa tendência.

A estrutura espacial e sua evolução permitem suprir a tendência à aceleração do fenômeno de urbanização.

[...] somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto. Os processos espaciais são condicionantes duráveis das ações inovadoras. (SANTOS, 1994, p.19)

Em seus estudos sobre as tendências da urbanização brasileira no final do século XX, Santos (1994) observou que tanto as metrópoles quanto as cidades pequenas e médias continuariam a crescer, segundo a mesma lógica.

As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão, com a coexistência de movimentos que só em aparência são contraditórios, porque obedientes a uma mesma lógica socioeconômica e geográfica. (SANTOS, 1994, p. 22).

Observou ainda que, apesar das tendências apontadas pelos estudos estatísticos e quantitativos, a realidade do futuro das cidades depende também da vontade política, manifestada através da intervenção do Estado no que diz respeito ao urbano.

[...] o futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade. Por isso, ele também vai depender das políticas públicas que possam ser geradas.(...) Ora, a vontade política é o fator por excelência das transformações sociais.” (SANTOS, 1994, p.26)

Um dos fatores que pode adiar a formação de uma nova centralidade em Guinda é a falta de legalização da questão fundiária, uma vez que a maioria

dos terrenos do distrito não possui escritura, apresentando apenas o recibo de compra e venda. Sobre a origem irregular do espaço intra-urbano, Campos Filho (1992) observa:

[...] a maior parte do espaço urbano brasileiro, pode-se afirmar, teve origem predominantemente clandestina ou legalmente irregular, com todos os problemas daí decorrentes [...]. Por isso, a planta do tecido urbano assemelha-se a uma colcha de retalhos mal costurada". (CAMPOS FILHO, 1992, p. 56).

Esse fato, além de dificultar a venda de terrenos, também impede que os investidores tenham acesso ao crédito bancário para financiamento.

Outro aspecto que merece atenção do poder público e também dos investidores imobiliários é a atual ausência de uma atividade comercial básica. É preciso investir, primeiramente, na atividade comercial do distrito, dando-lhe capacidade de atender às necessidades básicas dos moradores, através de supermercados, farmácias, lanchonetes, etc. Conforme apresentado anteriormente, já existe um condomínio residencial em fase de aprovação na prefeitura para ser implantado em Guinda, oferecendo 80 lotes. Investir no setor comercial do distrito se faz necessário.

As relações de "pertencimento" a Guinda por parte da população local, e de "estranhamento" com os novos moradores devem ser levadas em consideração. Observando o aspecto social do distrito, é necessário, por parte do poder público, um trabalho de assistência social. Com problemas sociais relacionados ao desemprego, tráfico de drogas e ausência de projetos culturais e de lazer, a população local pode ser marginalizada, e entrar em conflito com os novos moradores.

Outro fator relevante para o incentivo à formação de uma nova centralidade é o investimento público na infraestrutura urbana, pavimentando ruas, tratando o esgoto sanitário, requalificando os espaços públicos existentes. Um bom planejamento urbano para Guinda se faz necessário, assim como um maior investimento.

A formação de uma nova centralidade em Guinda apresenta-se como um fato viável e promissor para o desenvolvimento urbano de Diamantina. Com a diminuição da pressão imobiliária no Centro Histórico através da oferta de novas terras, Diamantina pode melhorar sua paisagem urbana, cuidar melhor

dos espaços públicos e manter honrosamente seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se desenvolveu procurando investigar o início do processo de formação de uma nova centralidade no distrito de Guinda, a partir da manifestação da raridade do espaço urbano na cidade de Diamantina-MG, através das metodologias desenvolvidas pelas escolas de morfologia urbana.

Verificou-se que a metodologia adotada, com base na morfologia urbana e estudo da paisagem urbana, ainda é pouco utilizada no desenvolvimento de diretrizes de planejamento e gestão urbana. Um dos méritos da metodologia adotada foi trabalhar a morfologia urbana, a percepção ambiental e a análise visual de forma integrada. A complementação entre essas categorias de análise proporcionou uma melhor caracterização da cidade e do distrito estudado, com maior riqueza de detalhes. Essa metodologia foi avaliada como pertinente e eficaz na análise de Diamantina e de Guinda - cidades pequenas, onde o observador pode deslocar-se a pé, explorando o traçado urbano, vivenciando as sensações e “surpresas” ao longo do percurso.

Em Diamantina, foi possível observar as diferenças entre o tecido urbano correspondente ao Centro Histórico e os tecidos do seu entorno. Nesse sentido, foi possível identificar a dialética centro-periferia, preservação-expansão. A riqueza do traçado urbano nas áreas mais centrais se contrapõe com a falta de qualidade arquitetônica e urbanística nas áreas mais periféricas. Ficou evidente a desintegração entre o controle e o planejamento da área tombada pelo IPHAN e todo o conjunto que forma a cidade de Diamantina.

Em Guinda, foi observada a diferença entre os tecidos urbanos e a paisagem que neles se configura. A falta de uma legislação específica para o distrito e de fiscalização e controle por parte do poder público contribuem para uma situação de expansão urbana sem planejamento e gestão adequados.

Em Diamantina, observou-se a forte influência da legislação urbana na forma de ocupação do sítio. Na tipologia dos tecidos e na paisagem urbana que se configura é possível perceber o reflexo dos parâmetros urbanísticos presentes na Lei de Uso e Ocupação do Solo. A falta de qualidades artísticas nas edificações reflete-se no traçado urbano, tornando-o pobre e em desarmonia com as características do sítio natural.

A abordagem sobre o tema raridade do espaço urbano e novas centralidades em Diamantina possibilitou discussões sobre a produção do espaço urbano, o planejamento urbano e a expansão urbana. Ao apresentar o início do processo de formação de uma nova centralidade, foi possível verificar que é recorrente a seguinte situação: a demanda de terras e novas áreas para expansão urbana estimula a ocupação, a princípio, de forma irregular; posteriormente, a legislação urbana é adaptada, adequada e válida uma situação existente, legalizando ou mesmo promovendo uma situação formada, por um lado, pela falta de planejamento do uso e ocupação do solo, por outro lado, atendendo aos interesses do mercado. Nesse sentido, percebe-se a forte influência do poder público e dos grandes investidores imobiliários, que direcionam e determinam a expansão urbana.

A formação de uma nova centralidade em Guinda apresenta-se como um fato viável e promissor para o desenvolvimento urbano de Diamantina. O surgimento de uma nova centralidade vem acompanhado da desconcentração da oferta de serviços e comércio, e com isso é esperada uma melhoria significativa com relação ao trânsito, à preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico.

Com a diminuição da pressão imobiliária no Centro Histórico através da oferta de novas terras, a demanda habitacional pode ser suprida evitando conflitos indesejados entre novas ocupações e a área a ser preservada. Diamantina pode melhorar sua paisagem urbana, cuidar melhor dos espaços públicos e manter honrosamente seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

No distrito de Guinda, a formação de uma nova centralidade também se apresenta vantajosa. A implantação de comércio e serviços no distrito pode contribuir para a valorização do solo urbano e promover o seu desenvolvimento. Com isso, os problemas sociais presentes no distrito podem ter uma possibilidade de solução: novos empregos podem ser gerados com o investimento em comércio e serviço local; com investimento em ações sociais e de lazer os jovens podem ter oportunidades de se afastar do uso e contrabando de drogas; com o aumento populacional, as oportunidades de interações sociais também aumentam, e podem promover manifestações culturais e artísticas.

A presença do conjunto de *fringe-belts* externos, que delimitam a área urbana na direção de Guinda, pode ser um fator estimulador da formação de novos centros de bairros no Tecido Urbano 4 de Diamantina, melhorando a qualidade de vida cotidiana para a população residente.

Diante das questões levantadas, esse trabalho se apresenta como uma contribuição inicial para discussões em termos de diretrizes e/ou programas de desenvolvimento a serem elaborados não só para a cidade de Diamantina e para o distrito de Guinda, mas para todo o município.

Esse trabalho é uma contribuição para os estudos de morfologia urbana em cidades pequenas, e principalmente nas que possuem um conjunto arquitetônico e urbanístico a serem preservados. Essa pesquisa também aponta novas perspectivas de estudo que se utilizem da morfologia urbana em diagnósticos e práticas de planejamento urbano.

Com relação à produção do espaço urbano, o desafio de superar a diferença de escala entre a metrópole e a cidade pequena sob o tema da raridade do espaço urbano e a nova centralidade foi satisfatório e compensador. Apesar de o tema ser abordado primeiramente e mais exaustivamente com relação às metrópoles brasileiras, foi possível perceber que, mesmo em cidades de pequeno porte, tais como Diamantina, a raridade do espaço urbano já começa a se manifestar, favorecendo o início de um processo de formação de uma nova centralidade.

Verificou-se que, quando diagnosticado o processo de produção do espaço urbano de uma cidade ainda de pequeno porte, maiores são as possibilidades de acerto no seu planejamento e gestão.

Sugere-se também que esse estudo seja aprofundado a fim de criar critérios de identificação do surgimento de novas centralidades e mapeamento da raridade do espaço urbano em cidades de pequeno porte, fazendo uso da metodologia da morfologia urbana.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro, FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro**: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP: 1998.

ALEXANDER, Christopher. A city is not a tree. In: **Architectural Forum**, abril/maio, Nova Iorque, 1965.

ALMEIDA, José Paiva de. **O desenho das cidades na Nova Inglaterra e na Capitania de Minas Gerais**. Anais da V Jornada Setecentista. Curitiba: 2003.

ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli d^{ra}. **Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas**. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n. 9, p. 130-142, jun. 1989.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva: história antiga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. **A arte do urbanismo conveniente**: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. 2003. 240f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BATTY, Michael. **A chornicle of scientific planning**: the anglo-american modeling experience. In: APA Journal winter. Baltimore, 1994, p. 7-29.

_____. **Exploring isovist fields**: space and shape in architectural and urban morphology. Environment and Planning B: Planning and Design 28. 2001, p. 123-150.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**, tradução : Raquel Soeiro de Brito, 2^a edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Elementos do urbanismo barroco nas cidades coloniais mineiras. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 3., 1994, São Carlos. **Anais...** São Carlos: USP, 1994. 1 CD-ROM.

BOLTSHAUSER, João. **Noções de evolução urbana nas Américas**. Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1968, 2ª edição.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil** – arquitetura moderna, lei de inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1999, 2ª edição.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo, Studio Nobel, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole** – a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001a.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p.53-73.

_____. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2001b.

_____. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte, UFMG/IAB, 1998

CONZEN, M.R.G. **The urban landscape**: historical development and management. London: Academic, 1981a.

_____. Historical Townscapes in Britain: a problem in applied geography. In: WHITEHAND, J.W.R. (Ed.). **The urban landscape**: historical development and management. London: Academic, 1981b. p. 55-74.

_____. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers Publication 27. George Philip, London, 1960.

CONZEN, Michael P. Mineiro morphogenesis: Ouro Preto's townscape development and Brazilian heritage practice. In: **ASSOC. AMER. GEOGRAPHERS** Ann.Mtg., 2008, Boston. Proceedings... Boston: University of Chicago, 2008, p. 1-4.

CORREA, Rafaele B. R., LUSTOZA, Regina E. A morfologia dos espaços públicos e turísticos de Diamantina-MG: a Praça Barão de Guaicuí e a Rua da Quitanda. In: GAZZANEO, Luiz Manoel (org.), **Espaços culturais e turísticos em países lusófonos: cidades e turismo**, Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011(Coleção Proarq). Cidades e Turismo, p. 301-318
_____. De uma praça a outra no centro histórico: os usos e a apropriação do espaço urbano na cidade de Diamantina. In: **Seminário Nacional do Centro de Memória**, 7, 2012, Campinas. Memória, cidade e educação das sensibilidades. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2012. 1 CD ROM.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2009.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.) **O espaço no fim de século**: a nova raridade. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2001.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1995.

DIAMANTINA. **Lei Complementar nº 100**, de 30 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o código de obras e edificações do Município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011a.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 18 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano no município de Diamantina. Diamantina, 2011b.

_____. **Lei Complementar nº 102, de 30 de dezembro de 2011**. Estabelece normas gerais para o parcelamento do solo urbano no município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011c.

_____. **Lei Complementar nº 103, de 30 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011d.

FARIA, Teresa C. A. ; ABRAMO, P. . Mobilidade Residencial na Cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**, 1998, Caxambú-MG. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

Belo Horizonte-MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998. v. 17. p. 421-456.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia and Schmidt, 1993.

GOMES, Wander José Cabral ; LUSTOZA, Regina. E. . "Um Olhar sobre a Tiradentes atual - a problemática da centralidade". In: **Intervenções em Edificações e Conjuntos Urbanos de Interesse Cultural - II SEMPRE**, 2009, Juiz de Fora. **Intervenções em Edificações e Conjuntos Urbanos de Interesse Cultural - II SEMPRE**, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

GUNN, Philip. **O paradigma de cidade-jardim na Vila Fabiana de reforma urbana**. In Espaço e debates: revista de estudos regionais e urbanos, nº 17, 1997, p. 11-27.

HILLIER, Bill. **Space is the machine**. Londres, Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill; HANSON, Juliene. **The social logic of space**. Londres, Cambridge University Press, 1994.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora UNB, 2000.
_____.A morfologia interna da capital. In: PAVIANI, Aldo (org.) 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. MG. **Diamantina**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

JOSÉ DE SOUZA, Renato Cesar. **A redescoberta da ordem**: contribuição ao estudo da urbanização nas Minas dos séculos XVIII e XIX. 2000. 287f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

KRIER, Rob. **Urban space**. New York: Rizzoli International Publications, 1991.

KRUGER, Mário Júlio. **Na approach to built-form connectivity at urban scale: system description and its representation**. In: Environment and Planning B. Londres, 1979, v.6, p. 67-88.

LAMAS, J.M.R. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999
_____. **O direito à cidade**, tradução: Rubens Eduardo Farias, São Paulo: Editora Moares, 1991.

LUSTOZA, Regina Esteves. **Produção do espaço urbano e questão ambiental: a urbanização entre mar e montanha na cidade do Rio de Janeiro**. Niterói: (s.n.), 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2006. 295f.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo / Lisboa: Ed. Martins Fontes, 2009.

_____. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá/FAUUSP, 1999.

MARTIN, Leslie; MARCH, Lionel (org.). **Urban space and structures**. Cambridge University Press, Londres, 1966.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/Fapesp, 1991.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. **O morro já tem vez**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1986.

_____. **Transformações e permanências no tempo da Savassi, Belo Horizonte**. TOPOS Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.1 ,n.1, jul/dez 1999.

_____. **A morfologia urbana das cidades sul-metropolitanas do ciclo do ouro**. Relatório de pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Belo Horizonte, 2003a.

_____. Planos Diretores Participativos e conceitos de paisagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO, 9, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ENEPEA, 2007. 1CD-ROM.

_____. **O estudo da forma urbana no Brasil**. Arqtextos, São Paulo, 08.087, Vitruvius, ago 2007b. Disponível em: [HTTP://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.087/220](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.087/220). Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. The role of the landscape on shaping urban forms of colonial mining towns. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF URBAN FORM, n.10, 2003, Trani. **The planned city?** Bari: Uniongrafica Corcelli Editrice, 2003b, p. 393-399.

_____. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul-metropolitana de Belo Horizonte**. 2004. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PESSÔA, José. **Atlas de centros históricos do Brasil** / José Pessôa, Giorgio Piccinato – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720**. São Paulo: Pini, 2000.

SAADI, A. **A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens**. Geonomos, Belo Horizonte-MG, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Rio de Janeiro, o que transforma o que é transformado**. In TURKIENICZ, Benamy (org.). Seminário sobre desenho urbano no Brasil. São Paulo: ProEditores, 1984, p. 99-117.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**, 5ª edição, São Paulo: Editora Universidade São Paulo, 2004.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 17-26.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SITTE, Camilo. **Construção das cidades**: segundo os princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B. SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

_____. **A gestão do território e as diferentes escalas na centralidade urbana**. Revista Território, ano 111, nº4, jan/jun. 1993

STEADMAN, P. **Architectural Morphology** (Pion, London). 1983.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Ação dos engenheiros no planejamento e ordenação da rede de cidades no Brasil**: peculiaridades da arquitetura e morfologia urbana. São Paulo: Convento da Arrábida, 1996.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências**. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1956

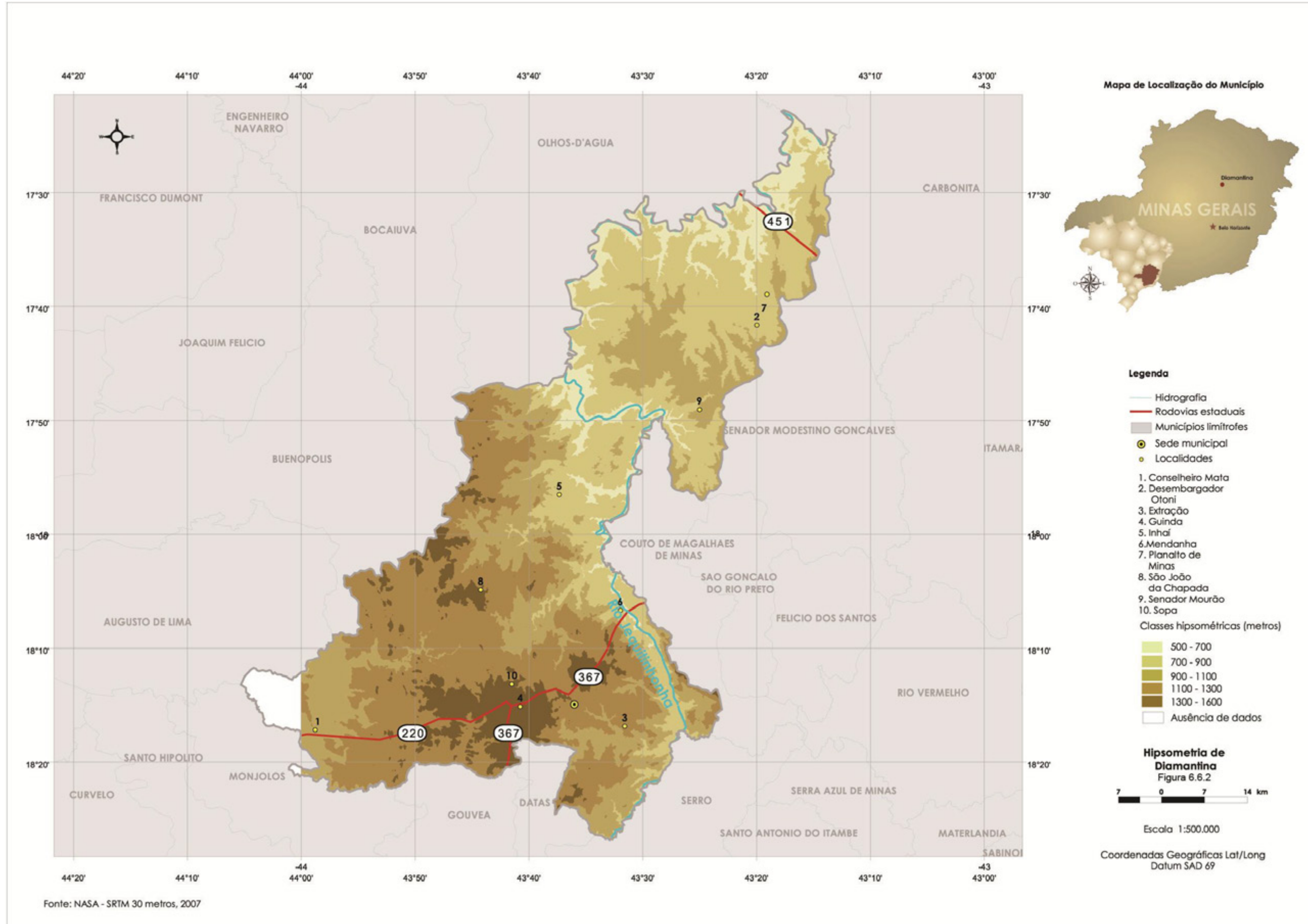
_____. **Formação urbana do Arraial do Tejuco**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p. 121-134, 1959.

_____. **Dengosa é Diamantina**. Estado de Minas, Turismo, p.6, 08-set/1967

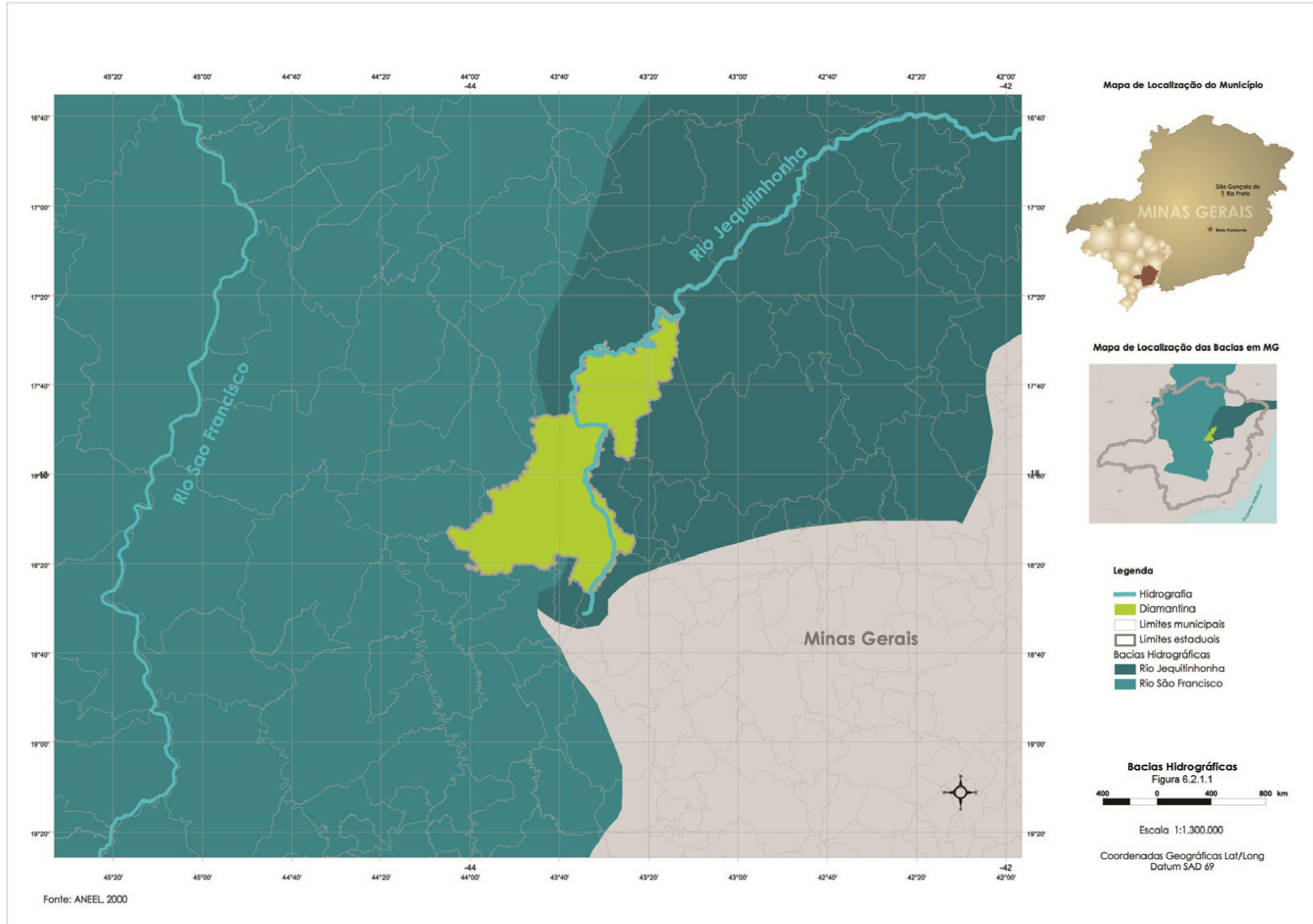
VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

WHITEHAND, J.W.R. British urban morphology: the Conzenian tradition. **Urban morphology**: Journal of the International Seminar of Urban Form, England, v.5, p. 103-109, jul/dec., 2001.

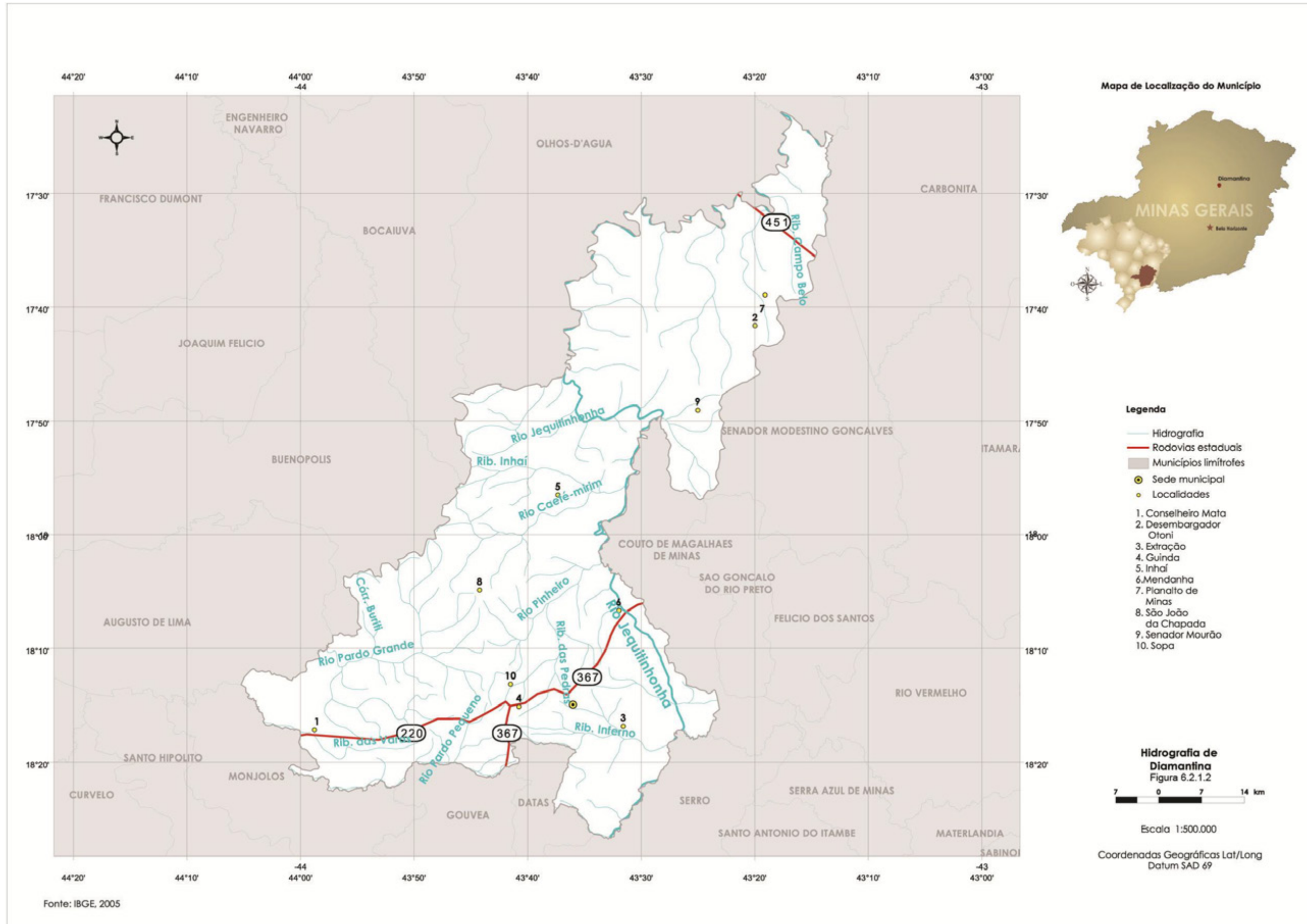
ANEXO A – Hipsometria de Diamantina



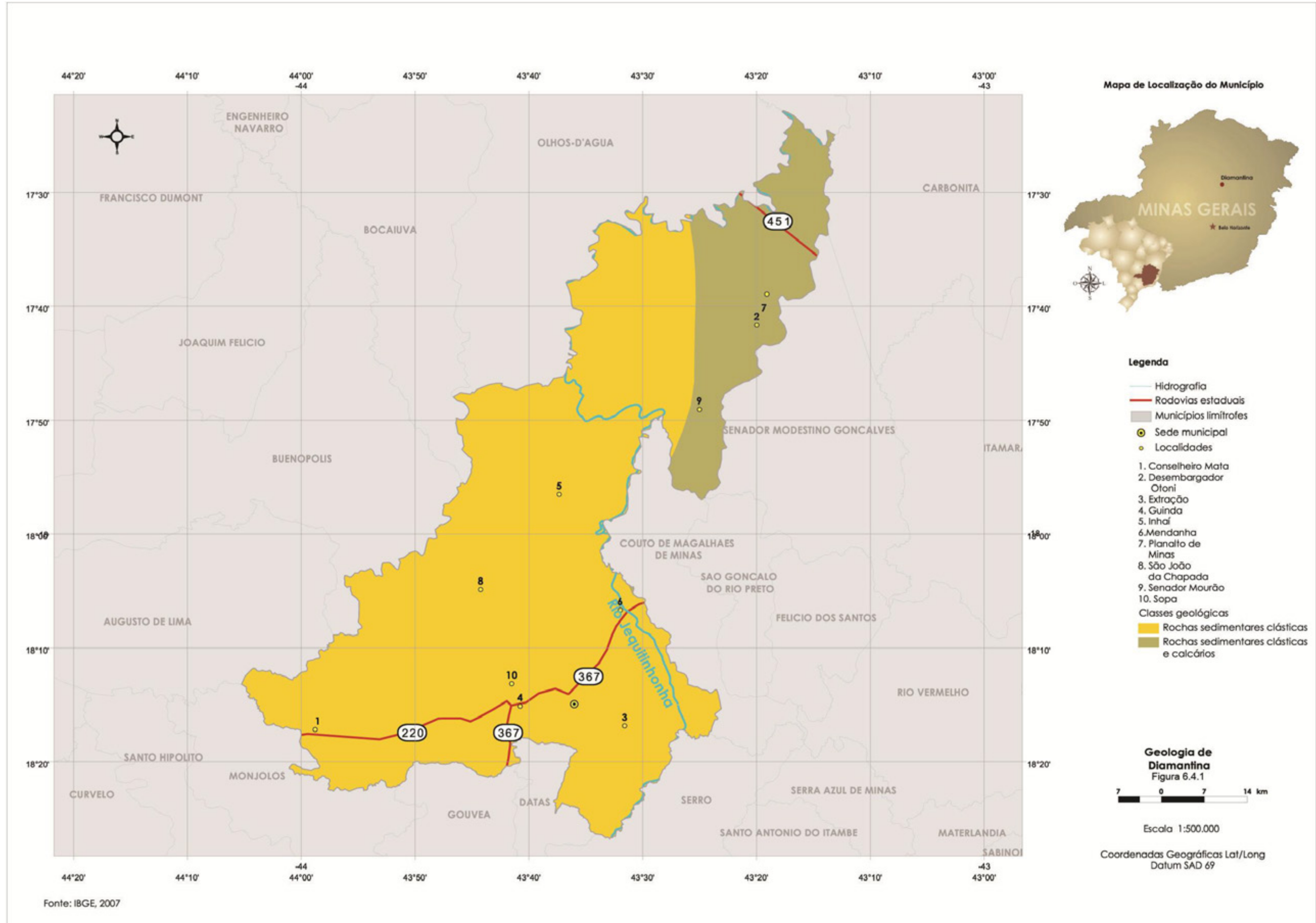
ANEXO B – Bacias Hidrográficas



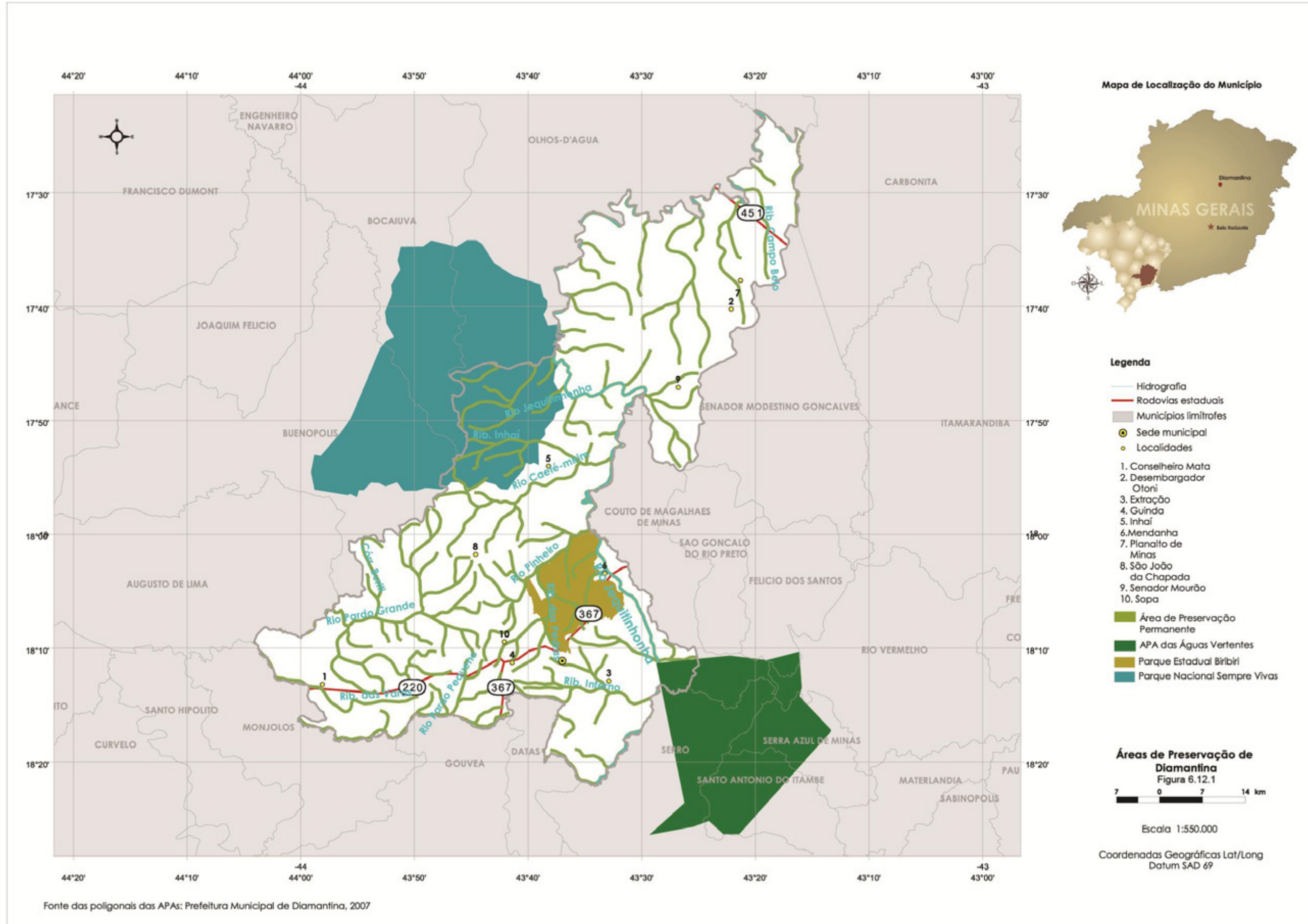
ANEXO C – Hidrografia de Diamantina



ANEXO D – Geologia de Diamantina



ANEXO F – Áreas de Preservação de Diamantina



ANEXO G – Mapa diagnóstico – uso do solo

